



Departamento Nacional de Produção Mineral

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Março/2017.



Departamento Nacional de Produção Mineral

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, por meio do Sistema E-CONTAS, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as normas gerais de prestação de contas anuais conforme Resolução TCU nº 234/2010 e 244/2011 e disposições das Instruções Normativas TCU Nº 63/2010 e 72/2013, das normas específicas das contas de 2016 de acordo com Decisão Normativa TCU Nº 154/2016 e 156/2016, da Portaria TCU Nº 59/2017, e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 500/2016, a qual divulga a Norma de Execução.

Brasília, 2017.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1. - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS
- QUADRO 2. - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS
- QUADRO 3. - AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DO DNPM – OFSS
- QUADRO 4. - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2016
- QUADRO 5. - LIMITE ORÇAMENTÁRIO 2016
- QUADRO 6. - DESPESAS DE FUNCIONAMENTO
- QUADRO 7. - DESPESAS DE PUBLICIDADE LEGAL
- QUADRO 8. - DESPESAS DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- QUADRO 9. - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELO DNPM NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS
- QUADRO 10. - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE.
- QUADRO 11. - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO
- QUADRO 12. - PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS
- QUADRO 13. - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO
- QUADRO 14. - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
- QUADRO 15. - REPASSE RECEBIDO
- QUADRO 16. - FONTE DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- QUADRO 17. - DESEMPENHO OPERACIONAL DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS
- QUADRO 18. - ATOS PUBLICADOS NO DOU REFERENTES À FISCALIZAÇÃO MINERÁRIA
- QUADRO 19. - DETALHAMENTO DAS ANÁLISES TÉCNICAS POR UNIDADE REGIONAL
- QUADRO 20. - DETALHAMENTO DAS VISTORIAS REFERENTES À PESQUISA MINERAL
- QUADRO 21. - RELATÓRIOS DE PESQUISA ANALISADOS DE 2012 A 2016.
- QUADRO 22. - DETALHAMENTO DAS ANÁLISES TÉCNICAS
- QUADRO 23. - DISTRIBUIÇÃO DA LAVRA POR ASSUNTO.
- QUADRO 24. - ARRECADAÇÃO 2016 X 2015
- QUADRO 25. - RECUPERAÇÃO DE PASSIVOS (2016 X 2015)
- QUADRO 26. - ATOS PRATICADOS NAS COBRANÇAS (2016 X 2015)
- QUADRO 27. - INSCRIÇÕES NO CADIN (2016 X 2015)
- QUADRO 28. - FORÇA DE TRABALHO DO DNPM
- QUADRO 29. - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA
- QUADRO 30. - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO DNPM
- QUADRO 31. - EGRESSOS 2016
- QUADRO 32. - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL
- QUADRO 33. - EMPREGADOS GERIDOS PELO DNPM
- QUADRO 34. - CAPACITAÇÃO 2016
- QUADRO 35. - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO
- QUADRO 36. - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

- QUADRO 37. - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO
- QUADRO 38. - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL
- QUADRO 39. - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL – OBRAS,
- QUADRO 40. - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL CEDIDOS AO DNPM POR ESTADOS E MUNICÍPIOS
- QUADRO 41. - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ
- QUADRO 42. - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS
- QUADRO 43. - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE TERCEIROS LOCADOS PELO DNPM
- QUADRO 44. - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS
- QUADRO 45. - PRINCIPAIS FORNECEDORES
- QUADRO 46. - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
- QUADRO 47. - MAIORES CONTRATADOS
- QUADRO 48. - DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO
- QUADRO 49. - PROCESSOS LIQUIDADOS A PAGAR
- QUADRO 50. - PROCESSOS A LIQUIDAR
- QUADRO 51. - PROCESSOS DE PROCEDIMENTOS ARRECADATÓRIOS
- QUADRO 52. - PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA
- QUADRO 53. - PLANOS ORÇAMENTÁRIOS 2016
- QUADRO 54. - VISTORIAS E ANÁLISES PROCESSUAIS POR UF
- QUADRO 55. - ANÁLISE PROCESSUAL POR SUPERINTENDÊNCIA - EXERCÍCIO 2016.
- QUADRO 56. - VISTORIADOS POR SUPERINTENDÊNCIA - EXERCÍCIO 2016.
- QUADRO 57. - CERTIFICADOS DE KIMBERLEY EMITIDOS EM 2016
- QUADRO 58. - CPKS EMITIDOS A PARTIR DE SETEMBRO DE 2006
- QUADRO 59. - LISTA DE BARRAGENS VISTORIADAS NO ANO DE 2016
- QUADRO 60. - BALANÇO FINANCEIRO 2016
- QUADRO 61. - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2016
- QUADRO 62. - BALANÇO PATRIMONIAL 2016
- QUADRO 63. - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 2016
- QUADRO 64. - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2016

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL
- FIGURA 2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS SUBSTÂNCIAS METÁLICAS
- FIGURA 3. OUTORGA DE REQUERIMENTO – REQUERIMENTO E ANÁLISE
- FIGURA 4. REQUERIMENTOS E DESISTÊNCIA

- FIGURA 5. RENÚNCIA
- FIGURA 6. VISTORIAS REALIZADAS 2004-2016.
- FIGURA 7. DISTRIBUIÇÃO DAS GUIAS DE UTILIZAÇÃO COM AUTORIZAÇÃO DE EXTRAÇÃO POR SUBSTÂNCIA.
- FIGURA 8. QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES DE COLETA DE FÓSSEIS EM 2016,
- FIGURA 9. DISTRIBUIÇÃO DOS POÇOS E A ÁREA DE PROTEÇÃO DE FONTE ENGLOBALANDO A SERRA DE CALDAS.
- FIGURA 10. FORÇAS TAREFAS 2016
- FIGURA 11. NÚMERO DE CPKS EMITIDOS NO BRASIL ENTRE 09/2006 E 12/2016
- FIGURA 12. PESO EM QUILATES DOS LOTES CERTIFICADOS NO BRASIL ENTRE 09/2006 E 12/2016.
- FIGURA 13. VALOR TOTAL EM US\$ DOS LOTES CERTIFICADOS NO BRASIL ENTRE 09/2006 E 12/2016.
- FIGURA 14. PAÍSES DE DESTINO DOS CPKS BRASILEIROS EMITIDOS DE 2006 A 2016.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AMB – Anuário Mineral Brasileiro
ANM - Agência Nacional de Mineração
CFEM – Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CGTIG – Coordenação Geral da Tecnologia da Informação e Geoprocessamento
CGU – Controladoria Geral da União
CPK - Certificados do Processo Kimberley
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DN - Decisão Normativa
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
D.O.U. - Diário Oficial da União
DIFIS - Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária
DGADM – Diretoria de Gestão Administrativa
DGTM – Diretoria de Gestão de Títulos Minerários
DIPAR - Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios
DIPLAM - Diretoria de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração
DIPEM – Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LOA – Lei Orçamentária Anual
MME - Ministério de Minas e Energia
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCI - Órgão de Controle Interno
PAC – Plano Anual de Capacitação
PPA – Plano Plurianual
PEN - Processo Eletrônico Nacional
PLG – Permissão de Lavra Garimpeira
PO - Plano Orçamentário
PSI – Política de Segurança da Informação
RAL – Relatório Anual de Lavra
RFP – Relatório Final de Pesquisa
SGM – Secretaria de Geologia e Mineração
SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS - Sistema de Atenção à Saúde do Servidor
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPU - Sistema de Patrimônio da União
TRF – Tribunal Regional Federal
TAH - Taxa Anual por Hectare
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

1.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

1.3 Ambiente de Atuação

1.4 Organograma Funcional

1.5 Macroprocessos Finalísticos

1.5.1 Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios

1.5.2 Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração

1.5.3 Macroprocesso de Gestão de Títulos Minerários

1.5.4 Macroprocesso de Fiscalização da Atividade Minerária

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

2.2 Desempenho Orçamentário

2.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

2.2.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

2.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

2.4 Informações Sobre a Execução das Despesas

2.4.1 Análise Crítica

2.5 Desempenho Operacional

2.5.1 Planejamento e Desenvolvimento da Mineração

2.5.2 Gestão de Títulos Minerários

2.5.3 Fiscalização da Atividade Minerária

2.5.4 Procedimentos Arrecadatórios

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

- 3.1 Descrição das Estruturas de Governança
- 3.2 Informações sobre os Dirigentes e Colegiados
- 3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna
 - 3.3.1 Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades descentralizadas.
 - 3.3.2 Informações quantitativas e qualitativas referentes as áreas de negócios objeto das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício.
 - 3.3.3 Execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliações comparativas entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas.
- 3.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos
- 3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos
- 4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
 - 4.1 Gestão de pessoas
 - 4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade
 - 4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal
 - 4.1.3 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários
 - 4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura
 - 4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
 - 4.2.2 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas
 - 4.2.3 Informações sobre os Imóveis Locados de Terceiros
 - 4.3 Gestão da Tecnologia da Informação
 - 4.3.1 Principais Sistemas de Informações
 - 4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI
 - 4.3.2.1 Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
 - 4.3.2.2 Processos de Gerenciamento de Serviços de TI
 - 4.3.2.3 Projetos de TI
 - 4.3.2.4 Dependência Tecnológica
 - 4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade
 - 4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras
- 5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
 - 5.1 Canais de Acesso do Cidadão

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho Financeiro do Exercício

6.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas Pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

6.3.1 NOTAS EXPLICATIVAS

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

7.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

7.5 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

ANEXO

APRESENTAÇÃO

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), responsável por acompanhar, fiscalizar e desenvolver as políticas públicas e ações do governo relacionadas com a pesquisa e lavra das substâncias minerais, apresenta este Relatório de Gestão tendo como base as atividades realizadas no exercício de 2016. Com o objetivo de dar publicidade às informações da atuação e dos produtos entregues a partir das atividades desenvolvidas e serviços prestados à sociedade, buscando a transparência, o cuidado com o Interesse Público e a Responsabilidade com as prioridades do país para a Produção de Bens Minerais e a Atividade de Mineração.

O ano de 2016 foi marcado por ações voltadas para responder a sociedade em relação ao acidente ocorrido em Mariana-MG, no final de 2015, que afetou diretamente as atividades do órgão, que agiu na busca de melhorar os procedimentos e supervisão das barragens de rejeitos da mineração.

No ano de 2016 o DNPM buscou participar do Programa Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa de adoção do processo eletrônico na Autarquia, por meio da utilização do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), disponibilizado pelo TRF 4ª Região para uso nas instituições da Administração Pública Federal. Colhendo resultados com a utilização do processo eletrônico, como a redução do uso de papel e serviços de correios.

A estrutura do Relatório de Gestão obedece os tópicos sugeridos pelo Tribunal de Contas da União, por meio do sistema e-Contas, no qual elenca as informações que o DNPM, no caso Unidade Prestadora de Contas, deve apresentar, além de nortear a estrutura e os conteúdos sugeridos para uma clareza e coerência do Relatório, em cumprimento às disposições das normas gerais de prestação de contas anuais conforme Resolução TCU nº 234/2010 e 244/2011 e disposições das Instruções Normativas TCU Nº 63/2010 e 72/2013, das normas específicas das contas de 2016, de acordo com Decisão Normativa TCU Nº 154/2016 e 156/2016, da Portaria TCU Nº 59/2017 e Portaria CGU nº 500/2016, a qual divulga a Norma de Execução.

O Relatório de Gestão está estruturado com as informações que devem ser apresentadas pelo DNPM. Ele é composto por sete partes mais Apêndices e Anexos, além de suas subdivisões, assim apresentadas no Sistema e-Contas:

- Visão Geral;
- Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário;
- Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos;

- Áreas Especiais da Gestão;
- Relacionamento com a Sociedade
- Desempenho Financeiro e Informações Contábeis;
- Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle;
- Anexos e Apêndices;

1. VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Missão Institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral é a de planejamento, fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o Território Nacional, na forma do que dispõe o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e a legislação que os complementa.

1.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no ano de 1994, com a sanção da Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, foi transformado em Autarquia Federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia(MME), inicialmente criado em 1934, como Órgão Central de Direção Superior vinculado à época ao Ministério da Agricultura, possui mais de 81 anos de existência, conforme expresso na Lei 8.876/94. Compete a Autarquia, em especial:

- I. Promover a outorga ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;
- II. Coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;
- III. Acompanhar, analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;
- IV. Formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;
- V. Fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;
- VI. Fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;

- VII. Baixar normas em caráter complementar e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores;
- VIII. Implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral, necessárias ao planejamento governamental;
- IX. Baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição e das demais receitas da Autarquia;
- X. Fomentar a pequena empresa de mineração; e
- XI. Estabelecer as áreas e as condições para o exercício da garimpagem em forma individual ou associativa.

O Decreto Lei nº 4.146, de 4 de março de 1942, também estabelece como competência do DNPM autorizar e fiscalizar a extração de espécimes fósseis.

1.3 Ambiente de Atuação

O Departamento Nacional de Produção Mineral possui representação em todos os Estados da Federação. A base legal que respalda a atuação do DNPM é o Código de Mineração e sua Legislação Complementar. Destaca-se que a representação Nacional do DNPM é composta de uma Sede localizada no Distrito Federal, 25 Unidades Gestoras, 6 escritórios regionais e um Centro de Pesquisas Paleontológicas da Chapada do Araripe (museu do Crato). Cada Unidade Gestora possui uma estrutura organizativa própria com autonomia administrativa e financeira para realizar a gestão no âmbito de sua circunscrição.

A previsão da estrutura funcional do Departamento Nacional de Produção Mineral se fundamenta no Decreto nº 7.092/2010 e por meio da Portaria nº 247/2011, que foram modificados pela Portaria nº 401/2013. A Composição Funcional da Autarquia possui uma gestão centralizada na Sede em Brasília, gerida por um Diretor-Geral, com órgãos de assistência direta e imediata - Gabinete, Procuradoria Jurídica, Ouvidoria e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento - como órgãos seccionais: Auditoria Interna, Corregedoria e Diretoria de Gestão Administrativa

A Autarquia possui também quatro Diretorias Finalísticas, a Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração,

a Diretoria de Gestão de Títulos Minerários e a Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária. Nos estados é composta de vinte e cinco Superintendências estaduais, dispostas em Classes, quais sejam Classe I-A, Classe I-B, Classe II, Classe III, Classe IV, conforme as estruturas administrativas estabelecidas no Regimento Interno.

1.4 Organograma Funcional

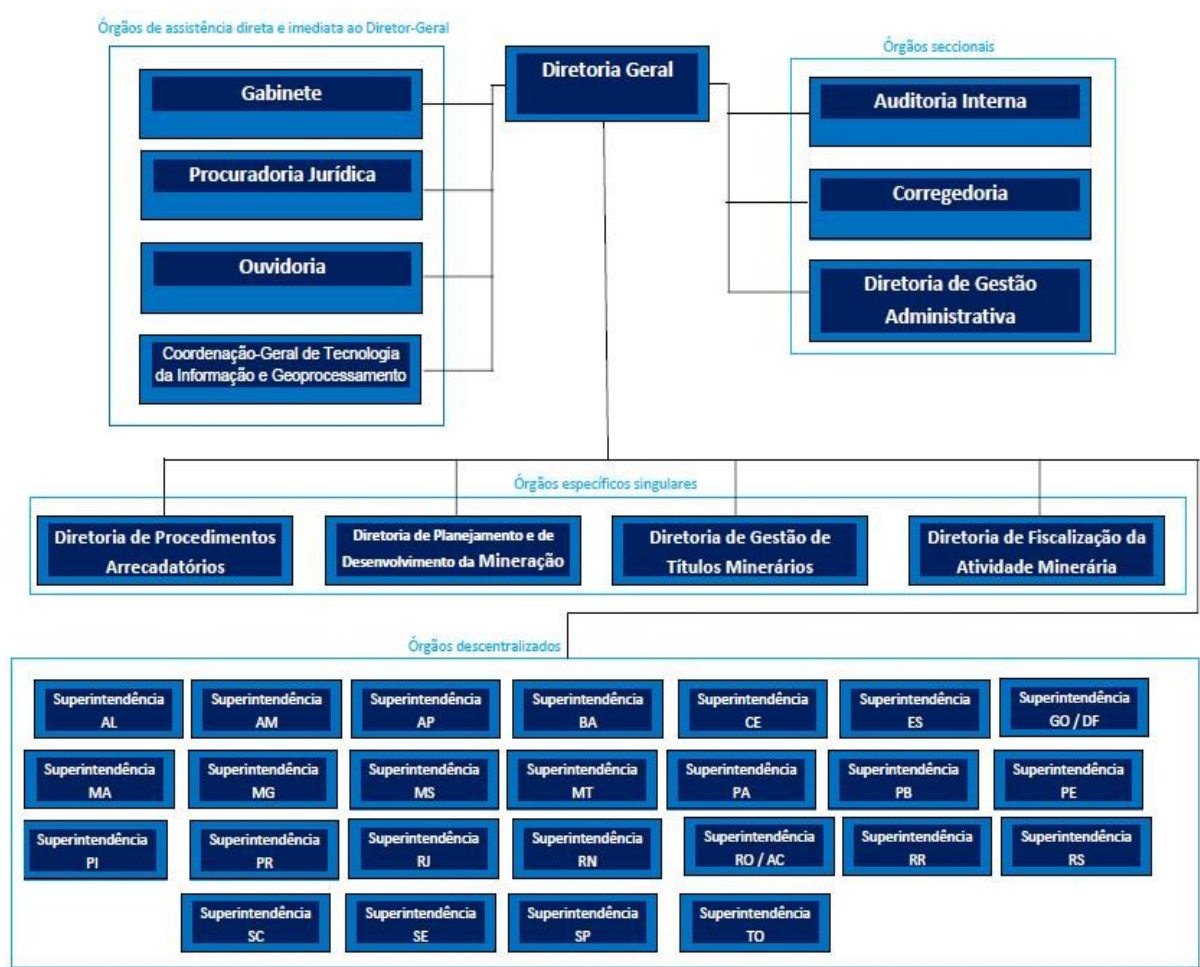


FIGURA 1. Organograma Institucional

QUADRO 1. - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS	O planejamento e a execução de ações de fiscalização da atividade minerária no Território Nacional.	Walter Lins Arcoverde	Diretor	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Fiscalização da Pesquisa Mineral - CFPM	As ações de fiscalização das atividades de pesquisa mineral, inclusive de Água Mineral.	Luiz Paniago Neves	Coordenador	01/01/2016 a 31/12/2016

Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral - CFAM	As ações de fiscalização das Lavras Registradas e Concedidas, inclusive de Água Mineral.	Roger Romão Cabral	Coordenador	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral - CORDEM	As ações de fiscalização das Permissões de Lavra Garimpeira, e certificação no Processo Kimberley-CPK. Bem como ações de fiscalização para coibir e formalizar a extração mineral não autorizada e promover a proteção de depósitos fossilíferos.	João da Goméa Fidelis da Silva	Coordenador	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Gestão de Títulos Minerários - DGTM	Planejar, gerenciar e padronizar as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de exploração e aproveitamento de recursos minerais.	Aloísio Souza de Jesus e Cruz	Diretor	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Gestão da Outorga de Títulos Minerários	Coordenar e gerir a análise dos processos minerários relativos as atividades de outorga, manutenção e extinção dos direitos minerários	Vanda Lima de Andrade	Coordenadora	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação da Gestão de Estudos de Áreas	Coordenar e orientar as ações de controle de áreas relativas ao ordenamento territorial dos direitos minerários a nível nacional.	Paulo Júnio Ribeiro Peixoto	Coordenador	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Procedimentos de Gestão de Títulos Minerários	Coordenar e acompanhar os programas relativos a organização, qualidade e produtividade da criação, manutenção e extinção de títulos minerários.	Peterson Augusto Guedes; Wellington Pereira da Silva; Julio Cesar Mello Rodrigues	Coordenador	01/01/2016 a 22/03/2016; 22/03/2016 a 06/10/2016; 06/10/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios - DIPAR	Arrecadar, fiscalizar e cobrar, além de distribuir a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)	Marco Antônio Valadares Moreira Luiz Antônio Oliva	Diretor	01/01/2016 a 19/12/2016 19/12/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Gestão das Receitas - CGR	Prover os meios e controlar a arrecadação e a cobrança dos créditos do DNPM, distribuir a CFEM e elaborar previsões.	Yvone Sena de Sá	Coordenadora	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Fiscalização das Receitas - CFR	Planejar a fiscalização da CFEM e empreende-las através de auditorias fiscais e contábeis. Gerir as inscrições do DNPM no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).	Airlis Luis Ferracioli	Coordenador	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração-DIPLAM	Compatibilizar o planejamento institucional com o planejamento setorial das atividades de mineração no País, na perspectiva das dimensões democrática, econômica, social, ambiental e da sustentabilidade do desenvolvimento regional.	Wagner Fernandes Pinheiro	Diretor	01/01/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Sustentabilidade da Mineração	Acompanhamento de ações para as pequenas e médias empresas de mineração, por meio de estudos e	Kiomar Oguino	Coordenador	01/01/2016 a 22/07/2016;

	divulgação de novos métodos e técnicas adequados ao desenvolvimento sustentável da atividade de mineração;	Mathias Heider		06/10/2016 a 31/12/2016
Coordenação de Desenvolvimento da Mineração	Acompanhar, analisar e divulgar Informações e Estudos do desempenho do Setor Mineral	Oswaldo Barbosa Ferreira Filho	Coordenador	01/01/2016 a 31/12/2016

1.5 Macroprocessos Finalísticos

O Departamento Nacional de Produção Mineral possui quatro macroprocessos finalísticos, que são agrupados conforme as quatro áreas da Estrutura Funcional, de acordo com o quadro a seguir:

QUADRO 2. - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Procedimentos Arrecadatórios	Gerenciar e fiscalizar as receitas do DNPM e adotar medidas institucionais para desenvolver e aprimorar a atividade arrecadatória.	Arrecadação das Receitas da Autarquia e Distribuição da CFEM.	Municípios, Estados e público interno	Coordenação de Gestão das Receitas – CGR; Coordenação de Fiscalização das Receitas – CFR.
Planejamento e Desenvolvimento da Mineração	Estruturar os dados e Informações da Produção Mineral Brasileira para a geração de conhecimento e desenvolvimento do Setor Mineral e promover ações com foco na competitividade e sustentabilidade na pequena mineração e promoção do conhecimento geológico	Publicações Institucionais; Projetos e Ações de Sustentabilidade na Mineração	Setor Mineral, Universidade, cidadãos e pequenos mineradores	Coordenação de Sustentabilidade da Mineração; Coordenação de Desenvolvimento da Mineração.
Gestão de Títulos Minerários	Planejar, gerenciar e padronizar as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de pesquisa, exploração e aproveitamento de recursos minerais	Títulos Minerários mantidos	Mineradores e cidadãos	Coordenação de Gestão da Outorga de Títulos Minerários; Coordenação da Gestão de Estudos de Áreas; Coordenação de Procedimentos de Gestão de Títulos Minerários
Fiscalização da Atividade Minerária	Coordenar e realizar a gestão, o planejamento e a execução das atividades de fiscalização dos empreendimentos minerários no País, da fase de pesquisa à lavra.	Fiscalizações Realizadas	Mineradores e cidadãos	Coordenação de Fiscalização da Pesquisa Mineral – CFPM; Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral – CFAM; Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral - CORDEM

1.5.1 Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios

O Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios que possui as subunidades de Coordenação de Gestão das Receitas e Coordenação de Fiscalização das Receitas é responsável por gerenciar as receitas do DNPM e por meio de seus processos, vide Quadro 51 - Processos de Procedimentos Arrecadatórios, coordena e controla a arrecadação, executa a cobrança, a distribuição das quotas-partes e a fiscalização sobre a arrecadação.

Em conformidade com a Legislação vigente promove a interação e dá suporte institucional às Superintendências do DNPM para promover, fiscalizar e controlar o recolhimento de taxas, emolumentos, multas e ressarcimentos, bem como, realizar a interação em suas áreas de atuação

A definição e atualização dos valores a serem cobrados, bem como a previsão das receitas da Autarquia a partir da elaboração de estudos e estimativas de receitas, são atividades que constituem o Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios, e também a celebração de acordos e convênios de cooperação técnica com os entes federados, para fins de fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.

1.5.2 Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração

O Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração composto por duas subunidades que são responsáveis pelo processo de Desenvolvimento da Mineração e pelo processo Sustentabilidade da Mineração, busca compatibilizar o planejamento setorial das atividades de mineração no País, na perspectiva das dimensões democrática, econômica, social, ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento regional, com o planejamento institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Esse Macroprocesso coordena o desenvolvimento de sistemas de bancos de dados estatísticos de recursos, reservas, produção, consumo e fluxo de comércio exterior de bens minerais, e também atua na supervisão da elaboração de estudos e projetos referentes aos mercados interno e externo de bens minerais.

Na atuação visando a sustentabilidade da mineração promove as ações de extensionismo mineral, realizadas por meio de atividades de orientação técnica ao pequeno minerador; apoio as formas associativas, cooperativistas, a organização de arranjos produtivos locais e desenvolve estudos estratégicos compostos de exercícios de cenários prospectivos de mercado de bens minerais.

Outra atividade é a de implantar e gerir banco de dados geológicos dos depósitos minerais oriundos dos trabalhos de pesquisa mineral realizados pelos detentores de títulos minerários.

1.5.3 Macroprocesso de Gestão de Títulos Minerários

O Macroprocesso Gestão de Títulos Minerários apresenta como subunidades a Coordenação de Gestão da Outorga de Títulos Minerários, a Coordenação da Gestão de Estudos de Áreas e a Coordenação de Procedimentos de Gestão de Títulos que planejam, gerenciam e padronizam as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de pesquisa, exploração e aproveitamento de recursos minerais.

As atividades são integradas com as Superintendências que são orientadas para realizar as rotinas e procedimentos relacionados à manutenção de informações em banco de dados, relativas aos títulos minerários, promovendo sua modernização e racionalização, bem como no atendimento ao cidadão-usuário, no âmbito da sede da autarquia e das Superintendências, no que se refere a processos de direitos minerários.

1.5.4 Macroprocesso de Fiscalização da Atividade Minerária

O Macroprocesso Fiscalização da Atividade Minerária é composto pela Fiscalização da Pesquisa Mineral, Fiscalização do Aproveitamento Mineral e da Extração Mineral, como subunidades, coordena e realiza a gestão, o planejamento e a execução das atividades de fiscalização dos empreendimentos minerários no País, que por meio de seus processos, vide QUADRO 52. - Processos de Fiscalização da Atividade Minerária, efetua o aperfeiçoamento normativo dos procedimentos fiscalizatórios e promove o relacionamento com outras instituições de fiscalização em matérias correlatas.

As ações desse Macroprocesso objetivam o desenvolvimento efetivo da pesquisa mineral, o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional das minas, o controle ambiental nas operações mineiras, bem como contribuem para a formalização da extração mineral; promove a proteção dos depósitos fossilíferos; apoia as Superintendências em sua área de atuação; coordena a participação do DNPM em fóruns interinstitucionais afetos à deliberação de temas de interesse da Autarquia, bem como de normativos sobre assuntos relacionados às águas subterrâneas, em especial, às águas minerais e potáveis de mesa.

Os processos finalísticos descritos são resultantes da base legal existente no Brasil, atribuindo competências fiscalizatórias ao DNPM em diversas áreas. Em função dela e dos objetivos estratégicos dos últimos Planos Plurianuais de Governo. Dessa forma, esse macroprocesso tem procurado como um todo, por meio de seus processos, gerenciar, planejar, supervisionar a execução de suas atividades e avaliar resultados, redefinindo metas e objetivos em função da conjuntura do Setor Mineral e universo fiscalizável.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

O Departamento Nacional de Produção Mineral é Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) e tem como objetivo a gestão do patrimônio mineral brasileiro, bem como o acompanhamento da produção mineral que inicia com a pesquisa mineral, passando pelas etapas do processo minerário e concluindo com a autorização da lavra dos bens minerais e segue até o fechamento da mina.

A Missão do DNPM é definida como: “Gerir o patrimônio mineral brasileiro de forma social, ambiental e economicamente sustentável utilizando instrumentos de regulação, em benefício da sociedade.” A outorga e a fiscalização são reconhecidas como instrumentos de regulação.

A Visão de Futuro é: “Ser reconhecido pela sociedade como uma instituição de excelência capaz de gerir o patrimônio mineral de forma sustentável no interesse da Nação”.

No que concerne as Políticas Públicas para a Mineração, o Órgão da Administração Direta responsável pela Política Mineral é o MME, o qual estabelece as diretrizes básicas das políticas públicas do Governo Federal para a mineração, por meio da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM).

O Planejamento Estratégico com objetivos de longo prazo, com os cenários de atuação construídos e a análise dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças para o delineamento de planos e metas não está formalizado e estruturado em um documento validado e disseminado para toda a Gestão do DNPM.

Em decorrência dessa situação as ações e desempenho estão subordinados ao Planejamento Governamental baseado no Plano Plurianual e Macro estratégias, como o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM 2030) que se origina no Ministério de Minas e Energia, ou mesmo, na Presidência da República.

O ano de 2016 representou o primeiro ano do ciclo plurianual com os esforços para a realização dos Objetivos do Plano Plurianual 2016-2019 (PPA) e as ações orçamentárias da Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA). As atividades desenvolvidas anualmente são baseadas nas metas do PPA desdobradas para o ano e a compatibilização com a dotação orçamentária consignada a Autarquia, resultando em uma fonte norteadora para as realizações e atividades programadas.

No desempenho da Programação Anual de Trabalho o risco observado ao desenvolvimento das atividades foi a discrepância entre os recursos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para custeio e investimento da Autarquia e os referenciais para execução orçamentária e financeira estabelecidos pelo seu órgão supervisor – o Ministério de Minas e Energia. Como poderá ser visualizado nos vários itens adiante, há evidente escassez de recursos orçamentários autorizados e, principalmente, de recursos humanos para a realização das inúmeras demandas operacionais da Autarquia.

O acompanhamento do desempenho da Autarquia ocorre de duas maneiras, uma por meio do monitoramento do PPA e LOA, onde são fornecidas informações do alcance dos produtos referentes às metas da Instituição no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e também por parte da Avaliação de Desempenho Institucional que utiliza o PPA como referência, possui um ciclo que se inicia em maio e termina em abril do ano seguinte, tendo ligação direta ao pagamento da Gratificação de Desempenho dos servidores.

Em 2016 no nível tático, foram desenvolvidos os sistemas de gerenciamento das fiscalizações - SIGFIS (em implantação), de autuação por inadimplementos - AUTFIS (interrompido por ausência e mudança de equipes) e o COPAL, de comunicações e autorizações paleontológicas, concluído e em operação.

As tendências para 2017 e 2018 são de mudanças para a transformação do DNPM em Agência e atualização do Código de Mineração e na legislação da CFEM. Tais fatos deverão ser acompanhados com aumento de recursos e de infraestrutura logística.

No ano de 2016 iniciou-se a implantação do Sistema SEI nos processos administrativos do DNPM. Está dentre os objetivos institucionais a adoção do Processo Eletrônico em todos os processos da Autarquia.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

A Autarquia Departamento Nacional de Produção Mineral, participou do PPA 2016-2019 no Programa 2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral por meio dos objetivos:

0038 - Ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios, considerando a seguinte iniciativa:

- Sistematização dos dados primários das pesquisas e jazidas minerais brasileiras.

0478 - Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor considerando as seguintes iniciativas:

- Elaboração de critérios e metodologia para avaliação do nível de sustentabilidade das minas brasileiras.
- Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente: o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, e o Anuário Mineral Brasileiro.
- Instituição do processo eletrônico para Outorga e Fiscalização de direitos minerários visando a redução no tempo da outorga.
- Elaboração de Estudo do Posicionamento Geográfico das minas concedidas.
- Elaboração versus Planos Diretores de Mineração.
- Criar mecanismos normativos de conservação de pontos notáveis da geodiversidade (patrimônio paleontológico, geológico e geomineiro).

0481 - Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais, considerando a seguinte iniciativa:

- Fomentar e apoiar a organização social e empresarial das pequenas unidades produtivas, com incentivo à formação de cooperativas.

2.2 Desempenho Orçamentário

2.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Ações do OFSS

Os quadros a seguir dispõem sobre as dimensões físicas e financeiras da execução das ações, considerando, inclusive, os valores executados a título de Restos a Pagar no decorrer do

exercício, em razão da significância que tal dado tem atingido para demonstração dos resultados gerados pela gestão.

QUADRO 3. - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade do DNPM – OFSS

Identificação da Ação						
Código		20TZ		Tipo: Atividade		
Título		Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais.			Código:0481	
Programa		Geologia, Mineração e Transformação Mineral		Código:2041 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
283.849	283.849	268.109	152.540	152.540	0,00	115.569
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Tecnologia Mineral Difundida			Unidade	20	20	4
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	2,50	Tecnologia Mineral Difundida		Unidade	0

Identificação da Ação						
Código		215Z		Tipo: Atividade		
Título		Outorga e Fiscalização Minerária				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor			Código:0478	
Programa		Geologia, Mineração e Transformação Mineral		Código:2041 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.800.505	4.800.505	4.466.069	3.973.171	3.965.150	8.021	492.898
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada

Título mantido		Unidade	10.550,0	10.550,0	8.145,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	2,50	Título mantido	Unidade	0

Identificação da Ação						
Código		4396		Tipo: Atividade		
Título		Avaliação de Distritos Mineiros				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios.				Código:0038
Programa		Geologia, Mineração e Transformação Mineral		Código:2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
182.259	182.259	182.259	51.848	51.848	0,00	130.411
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta	Reprogramada	Realizada
Distrito Avaliado			Unidade	3	3	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
46.239,01	43.646	-3.027	Distrito Avaliado	Unidade	1,0	

Identificação da Ação						
Código		8890		Tipo: Atividade		
Título		Informações e Estudos do Setor Mineral				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor.				Código:0478
Programa		Geologia, Mineração e Transformação Mineral		Código:2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
253.865	253.865	248.214	100.806	100.806	0,00	147.408
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta	Reprogramada	Realizada
				Prevista		

Estudo Realizado		Unidade	4	4	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Título Mantido	Unidade	0

Identificação da Ação							
Código		0005 Tipo: Operação Especial					
Título		CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PREC					
Iniciativa		-					
Objetivo		-					
Programa		CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS Código: 0901 Tipo: Operação Especial					
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
421.660,00	445.236,00	441.840,92	441.840,92	441.840,92	0,00	94,11	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta	Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
94,10	0,00	94,10	-	-	-	-	

Identificação da Ação							
Código		00M1 Tipo: Operação Especial					
Título		Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade					
Iniciativa		-					
Objetivo		-					
Programa		PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
71.376,00	71.376,00	49.247,93	49.247,93	49.247,93	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta	Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				

Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de Realizada
0,00	0,00	0,00	-	-	-

Identificação da Ação						
Código		09HB Tipo: Operação Especial				
Título		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
27.138.786,00	27.513.054,00	26.037.998,78	26.037.998,78	26.037.998,78	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código		2004 Tipo: Operação Especial				
Título		Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.200.000,00	1.200.000,00	1.153.850,00	1.153.629,97	1.153.629,97	0,00	220,03
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
126.428,22	7.030,95	3.000,09	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	2010 Tipo: Operação Especial					
Título	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
144.000,00	513.473,00	512.880,72	509.816,48	509.816,48	0,00	3.064,24
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
-			-	Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2011 Tipo: Operação Especial					
Título	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.260.000,00	1.260.000,00	953.587,32	953.278,45	953.278,45	0,00	308,87
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
-			-	Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Identificação da Ação							
Código		2012 Tipo: Operação Especial					
Título		Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares					
Iniciativa		-					
Objetivo		-					
Programa		PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
7.680.000,00	9.132.758,00	9.132.758,00	9.131.710,29	9.131.710,29	0,00	1.047,71	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-		-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	de	Realizada
0,00	0,00	0,00			-	-	-

Identificação da Ação							
Código		20TP Tipo: Operação Especial					
Título		Pagamento de pessoal ativo da União					
Iniciativa		-					
Objetivo		-					
Programa		PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
172.110.214,00	185.287.436,00	183.939.663,13	182.446.162,67	182.446.162,67	0,00	1.493.500,46	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-		-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	de	Realizada
539.408,22	414.300,77	0,00			-	-	-

Identificação da Ação							
Código		0181 Tipo: Operação Especial					
Título		Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis					
Iniciativa		-					
Objetivo		-					
Programa		PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO Código: 0089 Tipo: Operação Especial					
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
37.712.610,00	43.070.709,00	43.028.468,63	43.028.468,63	43.028.468,63	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-		-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	de	Realizada
0,00	0,00	0,00			-	-	-

Identificação da Ação							
Código		00G5 Tipo: Operação Especial					
Título		Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor					
Iniciativa		-					
Objetivo		Código:					
Programa		Código: 0901 Tipo: Operação Especial					
Unidade Orçamentária		32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
26.634,00	26.634,00	26.633,46	26.633,46	26.633,46	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	de	Realizada
4.895,00	0,00	4.895,00					

Identificação da Ação						
Código		0Z00 Tipo: Operação Especial				
Título		Reserva de Contingência - Financeira				
Iniciativa		-				
Objetivo		Código:				
Programa		Código: 0999 Tipo: Operação Especial				
Unidade Orçamentária		32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
159.521.015,00	159.521.015,00					
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	de	Meta	
					Prevista	Reprogramada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada

Identificação da Ação						
Código		2000 Tipo: Atividade				
Título		Administração da Unidade				
Iniciativa		-				
Objetivo		Código:				
Programa		Código: 2119 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
43.725.820,00	43.621.820,00	43.203.264,75	36.746.031,65	35.856.919,42	889.112,23	6.457.233,10
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	de	Meta	
					Prevista	Reprogramada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada
15.695.639,78	12.526.304,50	795.296,09				

Identificação da Ação							
Código	15AL Tipo: Projeto						
Título	REFORMA DE UNIDADES DO DNPM						
Iniciativa	-						
Objetivo	Código:						
Programa	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA Código: 2119 Tipo: Programa						
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
4.300.993,00	4.300.993,00	3.526.090,08	30.807,19	30.807,19	0,0	3.495.282,89	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada	
626.438,65	326.411,36	0,00					

Identificação da Ação						
Código	14UE Tipo: Projeto					
Título	AQUISICOES DE IMOVEIS PARA UNIDADES DO DNPM					
Iniciativa	-					
Objetivo	Código:					
Programa	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA Código: 2119 Tipo: Programa					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada
723.969,28	542.288,46	7.784,08				

Identificação da Ação						
Código	20WT		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalizacao das Atividades Minerarias					
Iniciativa:	003E-Fiscalização da Atividade Minerária					
Objetivo	Otimizar o Aproveitamento dos Recursos Minerais e Promover Mecanismos para o Desenvolvimento das Atividades, Visando o Presente e o Futuro, por Meio de Regulação, Fiscalização e Execução					Código:0046

de Projetos de Produção e Transformação Mineral.					
Programa	Geologia, Mineração e Transformação Mineral			Código:2041	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.055.932,45	956.133,65	35.138,82	Fiscalização Realizada	Unidade	0

Identificação da Ação					
Código	2377			Tipo: Atividade	
Título	Gestão da Emissão, Manutenção e Extinção de Direitos Minerários				
Iniciativa:	003G - Gestão dos Direitos Minerários				
Objetivo	Otimizar o Aproveitamento dos Recursos Minerais e Promover Mecanismos para o Desenvolvimento das Atividades, Visando o Presente e o Futuro, por Meio de Regulação, Fiscalização e Execução de Projetos de Produção e Transformação Mineral.				Código:0046
Programa	Geologia, Mineração e Transformação Mineral			Código:2041	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
443.107,91	395.805,87	18.583,41	Título Mantido	Unidade	0

Análise Situacional

Em 2016 o DNPM recebeu Dotação Orçamentária conforme quadro a seguir:

QUADRO 4. - Dotação Orçamentária 2016

ORÇAMENTO DNPM 2016	PLOA	LOA
32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	53.655.976,00	53.637.862,00

Fonte: DNPM

O Limite Orçamentário e apresentado no quadro abaixo:

QUADRO 5. - Limite Orçamentário 2016

Dotação das ações Gestão e manutenção	R\$ 48.028.771,00
Dotação das ações finalísticas	R\$ 5.520.478,00
Limite Autorizado	R\$ 53.549.249,00

Fonte:DNPM

O ciclo de planejamento orçamentário no ano de 2016, definido e aprovado por meio do Sistema de Planejamento do DNPM (SISPLAN), foi referenciado na busca dos objetivos de competências do DNPM, nos seguintes temas:

- Administração Orçamentária;
- Planejamento da execução;
- Gestão das informações relativas as descentralizações;
- Transparência na disponibilidade das informações para Gestão Institucional.

a. Ação Avaliação de Distritos Mineiros

No ano de 2016 foi realizado o Projeto Argila Branca no Município de Angélica, Mato Grosso do Sul (DNPM/MS) teve como objetivo verificar a potencialidade da argila branca utilizada atualmente na fabricação de tijolos. O relatório do projeto está em elaboração, entretanto os resultados demonstraram que a argila possui, de fato, possibilidades de usos mais nobres (argila refratária), podendo levar a uma agregação de valor maior para os produtores da região.

b. Ação Outorga e Fiscalização Minerária

A Ação Outorga e Fiscalização Minerária representa atividades que estão diretamente relacionadas à Missão da Instituição, pois visa a gestão do patrimônio mineral brasileiro e a garantia do aproveitamento racional da jazida, por meio de uma mineração tecnicamente adequada, com segurança operacional e boa condição de higiene e saúde dos trabalhadores, minimizando o impacto ambiental e local (sustentabilidade social e ambiental), em áreas tituladas, em cumprimento ao Código de Mineração e legislação vigente.

No ano de 2016, houve uma fusão das áreas de outorga e fiscalização (minerária e de receitas da autarquia) em uma única Ação do Plano Plurianual de Governo - PPA. As atividades de fiscalização minerária foram orçamentariamente cobertas pelos Planos Orçamentários:

001 – GESTAO DA OUTORGA DE TITULOS MINERARIOS

002 – FISCALIZACAO MINERAL EM AREAS TITULADAS

003 – FISCALIZACAO DE RECEITAS

004 – FISCALIZACAO DA ATIVIDADE MINERAL ILEGAL

Acrescente-se o valor de R\$ 3.559.000,00 de recursos oriundos do Ministério de Minas e Energia para o pagamento integral do contrato de assessoria e consultoria técnica em segurança de barragens, iniciado em 2015, com execução em 2016.

O custo da atividade se concentrou em emissão de diárias aos agentes técnicos e motoristas, material de consumo para combustíveis, pedágios e serviços eventuais com a viatura em deslocamento. Também foram emitidas passagens aéreas para deslocamento das equipes em apoio técnico às Unidades e em regiões com alvos distantes, como na Amazônia. Outra atividade foi a realização de forças tarefa voltadas para atividades de gestão de Títulos Minerários.

No ano de 2016 foram realizadas 12.086 fiscalizações, sendo 4.817 vistoriados in loco e 9.084 análises de projetos técnicos de pesquisa e lavra. Para a atividade de Outorga, realizou-se 31.227 análises referentes aos requerimentos de Títulos Minerários, sendo 23.118 deferidos e 8.109 indeferidos. O resultado geral da Ação Outorga e Fiscalização Minerária foi de 8.145 títulos mantidos.

c. Ação de Difusão Tecnológica e Extensionismo Mineral

Em 2016 foram realizadas 31 ações e 3 projetos de Difusão Tecnológica e Extensionismo Mineral, os projetos são os seguintes:

- Projetos de difusão em arranjos minerais / Levantamento Socioeconômico e apoio técnico das atividades de extração de minerais com emprego imediato na construção civil em Santarém e região (DNPM/PA)
- Projetos de difusão em arranjos minerais / Levantamento sócio-econômico e apoio técnico nas atividades de extração mineral, no município de São Miguel do Guama, Ourem, Capitão Poço e Irituia (DNPM/PA)
- Formalização de Pedreiras manuais (DNPM/AL)

As ações tiveram um amplo leque de atuação, buscando elevar os níveis de competitividade da pequena e média empresa de mineração, desenvolvidas nas seguintes linhas de atuação:

- Preparação e distribuição de material técnico como papers específicos para cada setor da pequena mineração e reuniões com entidades (Anepac, Agabritas, Anicer), bem como a elaboração de artigos;
- Participação de eventos do setor mineral com stands orientando diversos agentes do setor mineral (pequenos mineradores, consultores, prefeituras, órgãos ambientais), apresentação de palestras e sessão pôster;
- Palestras para determinadas entidades do setor mineral (Sindiareia);

- Visita às prefeituras visando orientação das mesmas em relação à atividade mineral, maximizando sua atuação e sinergia com o DNPM;
- Diagnóstico local de atividades de mineração e apoio às cooperativas e associações de mineradores e apoio ao ordenamento/formalização da atividade mineral em diversas regiões do Brasil (CE, BA, RJ), com paralização de atividades irregulares;
- Aplicação de novas tecnologias de fiscalização e apoio a atividade mineral (VANT, geoprocessamento, sistemas de consulta e apoio do DNPM – Cadastro Mineiro, Sigmine);
- Incentivo a ações de cooperativismo e associativismo;
- Realização de acordos de cooperação técnica;
- Reuniões com entidades estaduais de meio ambiente visando nivelamento de conceitos, critérios técnicos e otimização do licenciamento ambiental;

d. Informações e Estudos do Setor Mineral

A ação surgiu como uma das estratégias desenvolvidas pelo Ministério de Minas e Energia para identificar as características da indústria extrativa mineral do País e sua transformação no tempo, por meio de levantamentos e estudos periódicos necessários à formação, implementação e acompanhamento de políticas públicas e, às empresas privadas base de planejamento, como subsídios para tomada de decisões de investimentos e otimização operacional, econômica e financeira.

Essas demandas requerem constante atualização dos recursos de tecnologia da informação disponível para dar maior alcance e efetividade à disseminação das informações e conhecimentos gerados.

Parte importante dos conhecimentos e informações resultantes da ação é disseminada por veículos impressos e, nestes últimos anos, com alcance ainda mais amplo, por meios eletrônicos.

Em consonância com os objetivos estabelecidos no Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral, PPA 2016/2019, foram planejados para 2016, os seguintes produtos e atividades:

- Anuário Mineral Brasileiro (AMB Publicação) objetiva divulgar, anualmente, as mais importantes informações estatísticas sobre a indústria extrativa mineral;
- Sumário Mineral, objetiva apresentar uma síntese de dados e informações sobre as principais substâncias minerais do país.

- Informe Mineral, objetiva mensurar, através de levantamento sistemático e periódico, o desempenho da mineração por semestre.

Foram realizados 3 Estudos que apresentam informações acerca da mineração com dados recentes acerca do setor no âmbito do DNPM. Dois Informes Minerais, o do primeiro semestre de 2016, dados base do segundo semestre de 2015, e do segundo semestre de 2016 com dados base primeiro semestre de 2016, as informações estão no site do DNPM. Também o Informe Mineral do Pará, ano base 2016.

e. Ações de Manutenção e Funcionamento

No ano de 2016 houve a continuidade da utilização dos Planos Orçamentários como ferramenta de planejamento, proporcionando aos gestores o acompanhamento da execução das ações em todos os seus níveis, conforme QUADRO 53. - Planos Orçamentários 2016.

A execução das ações 0005, 00G5, 00M1, 0181, 09HB, 20TP, 2004, 2010, 2011, e 2012 do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS de responsabilidade do DNPM, transcorreram de forma regular no exercício de 2016. Todas as demandas apresentadas e legalmente instruídas foram executadas.

Cabe ressaltar que os atos administrativos que envolvem essas ações são vinculados, não cabendo a gestão do órgão nenhum ato discricionário.

A ação OZ00, não houve execução por referir-se a Reserva de Contingência.

Ação 15AL - Reforma de Unidades do DNPM - havia um planejamento de execução aprovado, no valor de R\$ 4.300.993,00 (quatro milhões, trezentos mil e novecentos e noventa e três reais). Foram contratados/realizados:

- **DNPM/SEDE** – Teve início a obra dos sanitários, uma conquista para os servidores e a comunidade. Também teve início a obra para adequação da rede elétrica e Ar condicionado. Estava prevista, também, a contratação de empresa que realizaria a impermeabilização do espelho d'água, porém, o fechamento da licitação não teve êxito em tempo hábil.
- **DNPM-RN** – A obra foi licitada/aprovada e toda a execução está assegurada para o exercício de 2017, no interesse da administração.
- **DNPM-GO, DNPM-PR e DNPM-SP** – Tiveram obras de pequeno vulto, porém importantes para o bom funcionamento da estrutura, de forma a melhorar as condições de trabalho dos servidores lotados nessas regionais.

Apesar do descontingenciamento orçamentário ter ocorrido apenas no final do primeiro semestre do exercício de 2016, esta autarquia conseguiu executar 82% do planejado.

A Ação 2000 - Administração da Unidade foi executada, durante o exercício de 2016, de maneira a dar continuidade às atividades desenvolvidas pela Autarquia e também com o foco no bom funcionamento administrativo e da gestão.

Como o DNPM é composto em sua estrutura de uma Sede em Brasília, 25 (vinte e cinco) Superintendências nos estados e 07 (sete) escritórios regionais, o escritório Regional do Acre encontra-se desativado por falta de pessoal e recursos para manutenção do funcionamento, o montante aprovado na LOA de R\$ 43.621.820,00 (Quarenta e três milhões, seiscentos e vinte e um mil, oitocentos e vinte reais), não atendeu de forma efetiva todas as necessidades da Autarquia.

Observa-se que 13 rubricas de despesas básicas como: locação de imóveis, apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância, manutenção dos imóveis e de móveis, serviço de copeiragem, brigada de incêndio, condomínio dos prédios alugados, manutenção dos softwares para realização dos trabalhos, água e esgoto, vide Quadro 6 – Despesas de Funcionamento, consumiram 59% do orçamento dessa ação.

QUADRO 6. - Despesas de Funcionamento

Natureza Despesa Detalhada		DESPESAS EMPENHADAS
33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	964.336,45
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	5.692.524,44
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	2.911.779,66
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	6.190.763,01
33903704	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	350.337,59
33903705	SERVICOS DE COPA E COZINHA	190.312,84
33903706	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS	58.456,12
33903707	SERVICOS DE BRIGADA DE INCENDIO.	412.174,17
33903902	CONDOMINIOS	241.824,08
33903908	MANUTENCAO DE SOFTWARE	5.155.099,22
33903910	LOCACAO DE IMOVEIS	1.250.294,00
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	1.921.244,13
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	320.038,89
Total		25.659.184,60

Fonte: DNPM

A despesa com publicidade legal – Imprensa Nacional, colaborou com 4,2% do consumo desse orçamento, vide Quadro 7 – Despesas de Publicidade Legal.

QUADRO 7. - Despesas de Publicidade Legal

33913990	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	1.829.072,06
----------	-------------------------------	--------------

Fonte:DNPM

Dos 36,80% restantes do orçamento dessa ação, R\$ 5.069.854,47 que correspondeu a 11,62%, foram destinados para atender despesas de TI com os contratos de Fábrica de Software, manutenção do ambiente tecnológico, rede VPM e acesso internet a rede esplanada (contrato SERPRO).

QUADRO 8. - Despesas de Contratos de Tecnologia da Informação

Natureza Despesa Detalhada		23
		DESPESAS EMPENHADAS
33903956	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.124.017,87
33903957	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	24.998,76
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	2.711.450,28
33903997	COMUNICACAO DE DADOS	209.387,56
Total		5.069.854,47

Fonte: DNPM

Observa-se que 74,82% dos créditos disponibilizados foram utilizados para cobrir despesas básicas de funcionamento, sobrando 25,18% para as demais despesas, como: capacitação, diárias, passagens, investimento na estrutura, combustível, material de consumo (açúcar, café, água), material de expediente, passagens e outros, da Sede, das 25 Regionais e dos 07 escritórios regionais.

2.2.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

O ano de 2016, foi um ano orçamentário atípico, uma vez que, em virtude do Decreto 8.700, de 30 de março de 2016, 56% do orçamento de Custeio e Investimento foram contingenciados. Considerando que nesse momento já havia sido executado 3/12 do orçamento aprovado, o DNPM paralisou todos os processos de licitações; aquisições não foram realizadas, não foram retomados contratos essenciais cortados no último semestre de 2015, como: brigada de incêndio, vigilância, Microsoft, sendo que algumas unidades regionais ainda permanecem sem contratos de limpeza e vigilância.

Com a publicação do Decreto nº 8.784, de 07 de junho de 2016, houve o descontingenciamento do orçamento, e a partir desse ato a autarquia começou a retomar os seus

contratos essenciais. Algumas unidades por falta de orçamento ainda não conseguiram retomar contratos importantes como: limpeza e vigilância, pois os créditos aprovados não atendem de forma plena todas as demandas do órgão.

No exercício de 2016 foi retomado o contrato da Microsoft, que atende o DNPM com produtos voltados para banco de dados, sistema de informação, correio eletrônico, segurança e pacote de escritórios (Word, Excel) ferramenta imprescindível para os trabalhos da autarquia.

Em 2016, também foi retomado, a partir do segundo semestre, o contrato de Brigada contra Incêndio, exigência do Corpo de Bombeiro do Distrito Federal, visto que esta Autarquia vinha sendo multada pela falta de brigadista. Em 2015, houve a descontinuidade do contrato que atendia a SEDE, tendo em vista que o montante previsto no mesmo não comportaria dentro do orçamento.

Ressalta-se que o órgão vinha acumulando desde o exercício de 2009 um déficit com a Imprensa Nacional, que no SIAFI em novembro/2016 registrava um montante de R\$ 9.095.959,32. Em 2015 o DNPM assinou Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Imprensa Nacional, com o objetivo de pagamentos das despesas de publicação dos atos oficiais no DOU, inclusive de exercícios anteriores.

Com isso houve a quitação de TED no montante de R\$ 6.147.000,00, e considerando que em 2016 a execução dos contratos ficou comprometida, em virtude do contingenciamento, esta Autarquia utilizou da sobra orçamentária para quitar mais o montante de R\$ 2.171.974,00.

Dessa forma, o saldo registrado no SIAFI de Despesas de Exercícios Anteriores com a Imprensa Nacional foi de R\$ 776.985,14. Em 2016 foi possível manter as despesas do exercício dentro do orçamento.

Dentro da Ação 2000, cabe ainda ressaltar o PO 0001 - CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS – que no exercício capacitou 547 servidores:

- 348 servidores (Sede/Superintendências) para utilizar a ferramenta SEI;
- 26 servidores (Sede/Superintendências) foram capacitados para utilizar a ferramenta SIADS, o curso aconteceu em Brasília;
- 48 servidores (Sede/Superintendências) participaram do 24º CONGRESSO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, no Rio de Janeiro/RJ;
- 19 servidores participaram do curso Segurança de Barragens, em Minas Gerais;
- 10 servidores participaram do 48º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, em Porto Alegre;
- 96 servidores solicitaram e foram atendidos em demandas individuais.

Ainda na Ação 2000, PO 000P - INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO – COMPUTADORES, visando renovar o parque tecnológico do DNPM (Sede/Superintendências) – foram adquiridos 467 computadores no final do exercício (segunda quinzena de dezembro), que serão entregues no exercício de 2017.

Também foram adquiridos 61scanners com o objetivo de utilização do SEI - para atender o DNPM (Sede/Superintendências), neste primeiro momento.

2.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

QUADRO 9. - Resumo dos Instrumentos Celebrados pelo DNPM nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Departamento Nacional de Produção Mineral				
CNPJ:		00.381.056/0001-33				
UG/GESTÃO:		323002/32263				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio				0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse (TED)		1		0,00	6.560.000,00	0,00-
Termo de Cooperação ¹			1	0,00	51.308,57	211.220,96
Termo de Compromisso				0,00	0,00	0,00-
Totais		1	1	0,00	6.611.308,57	211.220,96

Fonte: SIAFI

Endereço Eletrônico http://www.dnpm.gov.br/aceso-a-informacao/copy_of_convenios

QUADRO 10. - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente						
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL						
UG/GESTÃO: 323002/32263						
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação	Termo de Compromisso
2016	Contas Prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado				
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			1	
		Montante Repassado				
2015	Contas Prestadas	Quantidade			1	
		Montante Repassado				
		Quantidade				

	Contas NÃO Prestadas	Montante Repassado				
2014	Contas Prestadas	Quantidade				1
		Montante Repassado				211.220,96

Fonte: SIAFI e Processo DNPM nº 48400.001625/2013-35 e 48410900870/2012.

QUADRO 11. - Situação da Análise das Contas Prestadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão

Valores em R\$ 1,00					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL					
UG/GESTÃO: 323002/32263					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos			
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação	Termo de Compromisso
Contas analisadas	Quantidade aprovada			1	
	Quantidade reprovada			0	
	Quantidade de TCE instauradas			0	
	Montante repassado (R\$)			0	
Contas NÃO analisadas	Quantidade			1	
	Montante repassado (R\$)			245.529,65	

Fonte: SIAFI

QUADRO 12. - Perfil dos Atrasos na Análise das Contas Prestadas por Recebedores de Recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL					
UG/GESTÃO: 323002/32263					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse					
Termo de Cooperação ¹					

Nota¹: O Termo de Acordo firmado com a UFC, Processo nº 48410.900870/2012-27 está em vigência, com prestação de contas parcial primeira parcela, apresentada em maio de 2014, analisada pelo fiscal, conforme relatório de folhas nº 268. Ressalte-se que a análise da execução orçamentária e financeira está sendo realizada pelo setor competente. O Termo de Acordo firmado com a UFRGS, Processo nº 48400.001625/2013-35, está com prestação de contas parcial, apresentada em julho 2015, analisada pelo fiscal, conforme relatório de folhas nº 210. Ressalte-se que a análise da execução orçamentária e financeira está sendo realizada pelo setor competente.

Análise Crítica

O DNPM utiliza-se da ferramenta convênios ou acordos de cooperação técnica com objetivo de solucionar questões ambientais/sustentabilidade, de interesse social, de pesquisas tecnológicas, serviços ou de capacitação, dos quais a iniciativa privada não tem interesse e são de grande importância para o desenvolvimento do país.

Devido à complexidade dos projetos tanto no aspecto operacional quanto no aspecto financeiro/orçamentário e ainda a carência de pessoal, de capacitação e problemas operacionais recorrentes, há certa dificuldade do DNPM em produzir mais resultados, embora que aqueles realizados sejam relevantes para a sociedade em todos os aspectos.

O contingenciamento imposto em 2016, e a falta de financeiro comprometeu os repasses orçamentários/financeiros para andamento das atividades.

a. Projeto VANT:

O projeto VANT objetiva o sobrevoo para identificação do alvo, planejamento e operacionalização da fiscalização em áreas de interesse de mineração, formalizadas ou clandestinas, em obediência a Constituição Federal e Legislação Mineral correlata.

Esse projeto foi finalizado com êxito em 2014, a prestação de contas física já fora realizada, os processos estão na fase de análise da prestação de contas da execução orçamentária/financeira.

b. Projeto de- segurança em minas subterrâneas - UFRS:

O Projeto de segurança em minas subterrâneas é outro acordo, firmado com a UFRS, com objetivo de aumento da qualidade e consequente diminuição dos riscos da atividade, bem como atender exigências do MPF em Ação Civil Pública, que envolve o DNPM, FATMA e Empresas Carboníferas.

Em junho de 2015 houve a apresentação do relatório parcial de execução, sendo aprovada a entrega física do acordo, estando o processo em fase de prestação de contas da execução orçamentária e financeira. Não houve repasse orçamentário e financeiro em 2015 e 2016.

c. Projeto areia de britagem - UFC :

O Projeto areia de britagem – UFC - de Estudos Técnicos sobre areia de britagem na região metropolitana de Fortaleza-CE, objetiva saber as aplicações possíveis do citado recurso mineral, e objetiva também incentivar a redução do uso de areia de rio, evitando possíveis problemas ambientais de assoreamentos de rios. Este é outro Acordo firmado. DNPM e UFC.

d. Projeto calcário de Frecheirinha- CE

O Projeto calcário de Frecheirinha de Estudos Técnicos sobre o calcário de Frecheirinha-CE, para saber sua qualidade e avaliar outras aplicações com maior potencial de aproveitamento, visa fomentar a produtividade de cal na região.

Há perspectiva sobre celebração de novo acordo.

e. Perspectiva Convênio regularização das áreas de extração artesanal de Granito de Alagoas

A perspectiva de assinatura do convênio que seria firmado com a SEPLANDE que tinha por objetivo a regularização das áreas de extração artesanal de Granito de Alagoas, não prosperou, o processo foi arquivado.

Há perspectiva sobre celebração de novo acordo.

f. Termo de Execução Descentralizada

Em 2015 o DNPM firmou acordo com a Imprensa Nacional para publicação de atos oficiais e das matérias de interesse do DNPM no DOU, seções I, II e III, conforme estabelecido no Decreto nº 4.520, de 16.12.02, combinado com a Portaria nº 268, de 5.10.09. O Termo fora assinado no final do exercício de 2015, porém o registro no SIAFI somente ocorreu em 2016.

O valor executado em 2015 foi no montante de R\$ 6.560.000,00, realizado por meio dos documentos hábeis 2015NC000744 e 2015NC000745.

2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Com a publicação do Regimento Interno, em 2010, a área de Contratos ficou com a responsabilidade e a atribuição da gestão dos Termos de Execução Descentralizada-TED. No entanto, teve dificuldades para absorver a rotina, tanto pela falta de servidores, capacitação e manuais, quanto pela cultura existente.

Culturalmente a formalização, gestão e execução de convênios e termos congêneres, no DNPM, era de iniciativa da área demandante. A cargo da administração ficava a publicação dos atos legais quando solicitados, bem como emitir empenhos, executar a transferência de recursos e emitir relatórios técnicos sobre a execução no SIAFI.

Após várias solicitações da auditoria interna, bem como da CGU-PR, a Autarquia vem buscando melhorar os processos que envolvem Termos de Execução Descentralizada, orientando a área demandante quanto a rotina e formalização dos TED's.

Os processos com Termos de Execução Descentralizada, na Autarquia, obedecem um fluxo de procedimentos, que são analisados tanto pelos seus aspectos técnicos e produtos entregues, quanto pela regularidade orçamentária e financeira no seu processo de prestação de contas.

2.4 Informações Sobre a Execução das Despesas

QUADRO 13. - Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade orçamentária: DNPM		Código UO: 32263		UGO:320065	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2016	2015	2016	2015	
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	24.301.758,48	24.721.969,30	23.742.881,09	20.897.073,36	
a) Convite					
b) Tomada de Preços	25.607,19		25.607,19		
c) Concorrência					
d) Pregão	24.276.151,29	24.721.969,30	23.717.273,90	20.897.073,36	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	10.718.999,74	8.573.414,61	10.521.843,57	7.134.345,27	
h) Dispensa	6.706.399,79	5.810.713,11	6.536.339,63	4.782.107,92	
i) Inexigibilidade	4.012.599,95	2.762.701,50	3.985.503,94	2.352.237,35	
3. Regime de Execução Especial	504.684,20	373.412,92	504.684,20	373.412,92	
j) Suprimento de Fundos	504.684,20	373.412,92	504.684,20	373.412,92	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	264.893.041,22	243.080.756,05	242.295.201,87	196.847.834,44	
k) Pagamento em Folha	262.145.633,29	241.585.097,66	241.399.543,48	193.307.479,04	
l) Diárias	2.747.407,93	1.495.658,39	1.495.658,39	3.540.355,40	
5. Outros (modalidade não se aplica, auxílios, indenizações)	4.120.193,56	11.584.122,31	11.284.339,08	42.762.148,44	
6. Total (1+2+3+4+5)	304.538.677,20	288.333.675,19	282.584.372,50	271.787.288,13	

Fonte: Tesouro Gerencial

QUADRO 14. - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária: Departamento Nacional de Produção Mineral				Código UO: 32263		UGO: 320065		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
3190.11	165.387.120,99	163.275.912,67	165.387.120,99	163.275.912,67		0,00	165.387.120,99	163.275.831,87
3190.13 e 3191.13	35.595.695,67	34.148.236,20	34.734.292,87	33.993.018,56	908.432,21	155.217,64	34.734.292,87	33.807.545,18
3190.01	34.961.347,72	31.443.430,04	34.961.347,72	31.443.430,04		0,00	34.961.347,72	31.443.430,04
Demais elementos do grupo	17.061.966,16	13.258.570,68	16.429.868,50	12.872.736,39	710.175,70	385.834,29	16.429.868,50	12.872.736,39
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
3390.39	18.941.961,65	18.093.734,61	15.280.801,77	14.815.070,45	4.498.936,65	3.278.664,16	15.125.915,60	12.117.963,11
3390.37	15.938.300,57	22.413.434,54	15.019.532,03	16.394.594,71	1.045.278,88	6.018.839,83	14.322.044,25	14.541.233,71
3390.46	9.130.558,00	7.401.748,11	9.130.558,00	7.401.748,11		0,00	9.130.558,00	7.401.748,11
Demais elementos do grupo	14.172.341,48	13.097.120,90	12.910.430,13	7.121.337,42	1.937.867,28	5.975.783,48	12.872.104,77	6.436.630,62
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
4490.52	2.991.924,34	1.559.453,39	659.118,00	475.812,34	2.342.026,34	1.083.641,05	652.684,01	418.686,47
4490.39	404.403,43	600.657,37	25.607,19	0,00	678.823,53	600.657,37	25.607,19	0,00
4490.51	2.290.000,00	538.567,00		538.567,00	2.290.000,00	0,00		538.567,00
Demais elementos do grupo		1.447,50		1.447,50		0,00		0,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

2.4.1 Análise Crítica

Ao contrário dos exercícios anteriores, esta Unidade Gestora registrou a conta de Repasse Recebido, vide Quadro 15 – Repasse Recebido, valores compatíveis com a Dotação Orçamentária apresentada para o exercício de 2016.

QUADRO 15. - Repasse Recebido

Exercício	Repasse Recebido	RP Recebido	Total (R\$)
2015	32.300.294,29	1.435.257,00	33.735.551,29
2016	43.204.888,58	14.438.372,40	57.643.260,98

Fonte: DNPM

Conforme dados acima, percebe-se um crescimento de 33,76% de Repasse Recebido por esta autarquia, no ano de 2016 em comparação ao ano de 2015, totalizando um montante de R\$ 43.204.888,58 (quarenta e três milhões, duzentos e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

O valor de Restos a Pagar Recebido no total de R\$ 14.438.372,40 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, trezentos e setenta e dois reais e quarenta centavos) ocasionou um montante final da ordem de R\$ 57.643.260,98 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e sessenta reais e noventa e oito centavos) para o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Esse valor equivale a um crescimento de, aproximadamente, 70,86% em relação ao montante final do exercício de 2015.

Corroborando que a conta de Repasse Recebido apresentou valores compatíveis com a Dotação Orçamentária, verifica-se que, na fonte 0141032184, vide QUADRO 16. - Fonte de Dotação Orçamentária, tanto na conta referente à Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados houve redução de 56,86% e 99,84%, respectivamente.

QUADRO 16. - Fonte de Dotação Orçamentária

Fonte: 0141032184	2015 (em R\$)	2016 (em R\$)
Restos a Pagar Não Processados	13.644.403,99	5.885.900,06
Restos a Pagar Processados	7.599.999,58	12.139,20

Fonte: DNPM

Dentre os fatores, mais positivos, para a execução financeira no exercício de 2016 está o fato da fonte de recursos para atender a demanda de custeio e investimento apresentar, basicamente, uma única fonte, a 0141.

Outro fator que corroborou para uma melhor execução financeira foi o trabalho com as diversas vinculações disponíveis no sistema SIAFI, tais como: 400 (custeio/investimento), 412 (cartão corporativo/suprimento de fundos) e 414 (diárias).

Por fim, ressaltamos a utilização de relatórios do sistema SIAFI Gerencial como instrumento para subsidiar ações de execução financeira junto aos gestores e, concessão de sub-repasse para as superintendências que apresentassem despesas liquidadas.

2.5 Desempenho Operacional

O Desempenho Operacional do Departamento Nacional de Produção Mineral se divide em Desenvolvimento da Mineração, Gestão de Títulos Minerários, Fiscalização da Atividade Minerária e Procedimentos Arrecadatórios

2.5.1 Planejamento e Desenvolvimento da Mineração

Nas atividades relacionadas ao desenvolvimento da mineração em 2016, os resultados operacionais do Anuário Mineral Brasileiro que está, em parte, pronto para ser publicado, por sugestão dos órgãos de controle, está dividido pelas unidades da Federação, sob a responsabilidade das respectivas Superintendências e coordenação e supervisão da Sede que irá consolidar as informações. Segue abaixo as Superintendências que atenderam no todo ou em parte a programação.

- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral do Espírito Santo 2016 – ano base 2015;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral do Espírito Santo 2015 – ano base 2014;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral do Espírito Santo – anos base 2010 a 2013;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral do Ceará 2015 – ano base 2014;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral do Ceará – anos base 2010 a 2013;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral de Pernambuco – anos base 2010 a 2013;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral do Rio Grande do Sul 2015 – ano base 2014;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral do Rio Grande do Sul – anos base 2010 a 2013;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral de Santa Catarina – anos base 2010 a 2013;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral de São Paulo 2015 – ano base 2014;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral de São Paulo – anos base 2010 a 2013;
- Depuração, elaboração e publicação do Anuário Mineral do Pará – anos base 2010 a 2013;
- Depuração e elaboração e publicação do Anuário Mineral do Pará 2015 – ano base 2014.

Além dessas publicações, também foram desenvolvidos os trabalhos de depuração dos seguintes Anuários Estaduais, com previsão de publicação no primeiro semestre de 2017:

- São Paulo – ano base 2015;
- Pernambuco – anos base 2014 e 2015;
- Rio Grande do Norte – anos base 2010 a 2013;
- Pará – ano base 2015;
- Rio Grande do Sul – ano base 2015;
- Santa Catarina – anos base 2014 e 2015;
- Roraima – 2010 a 2013;
- Rondônia – 2010 a 2013;
- Bahia – 2010 a 2014;
- Mato Grosso – 2010 a 2013.

Além das publicações estaduais, também foi desenvolvido e publicado o Anuário Mineral Brasileiro 2016 – principais substâncias metálicas, disponível para download no link: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/colecoes/colecao-de-capas-paginas-do-anuario-mineral>.

Em 2016, foi remodelado o formato tradicional do Anuário Mineral Brasileiro devido aos seguintes fatores:

- Restrição de recursos humanos para desempenho da tarefa de depuração e elaboração do anuário nacional;
- Baixa qualidade das declarações do RAL;
- Baixa qualidade nas análises dos RALs;
- Alto volume de dados a serem tratados;
- Desde 2010 não era publicado nenhum trabalho com estatísticas do setor mineral de abrangência nacional.

Foi concebido o Anuário Mineral Brasileiro – Principais Substâncias Metálicas. A seleção das substâncias teve por base o peso de sua participação no total da produção mineral brasileira no ano de 2015, a partir dos dados declarados no Relatório Anual de Lavra.

Constatou-se que a classe dos metálicos responde por 76% do valor da produção mineral comercializada em 2015. Além disso, a produção de substâncias metálicas é menos pulverizada do que a de outros grupos de substâncias, o que torna o esforço de depuração menor. Portanto, optou-se por concentrar as análises na classe dos metálicos

Dentre as substâncias que compõem a classe dos metálicos, vide FIGURA 2 - Participação das Principais Substâncias Metálicas, apenas oito correspondem a 98,5% do valor da produção mineral comercializada desse grupo. Dessa forma, as seguintes substâncias foram selecionadas com base no valor da produção comercializada em 2015:

- Ferro

- Ouro
- Cobre
- Níquel
- Alumínio
- Nióbio
- Manganês
- Estanho

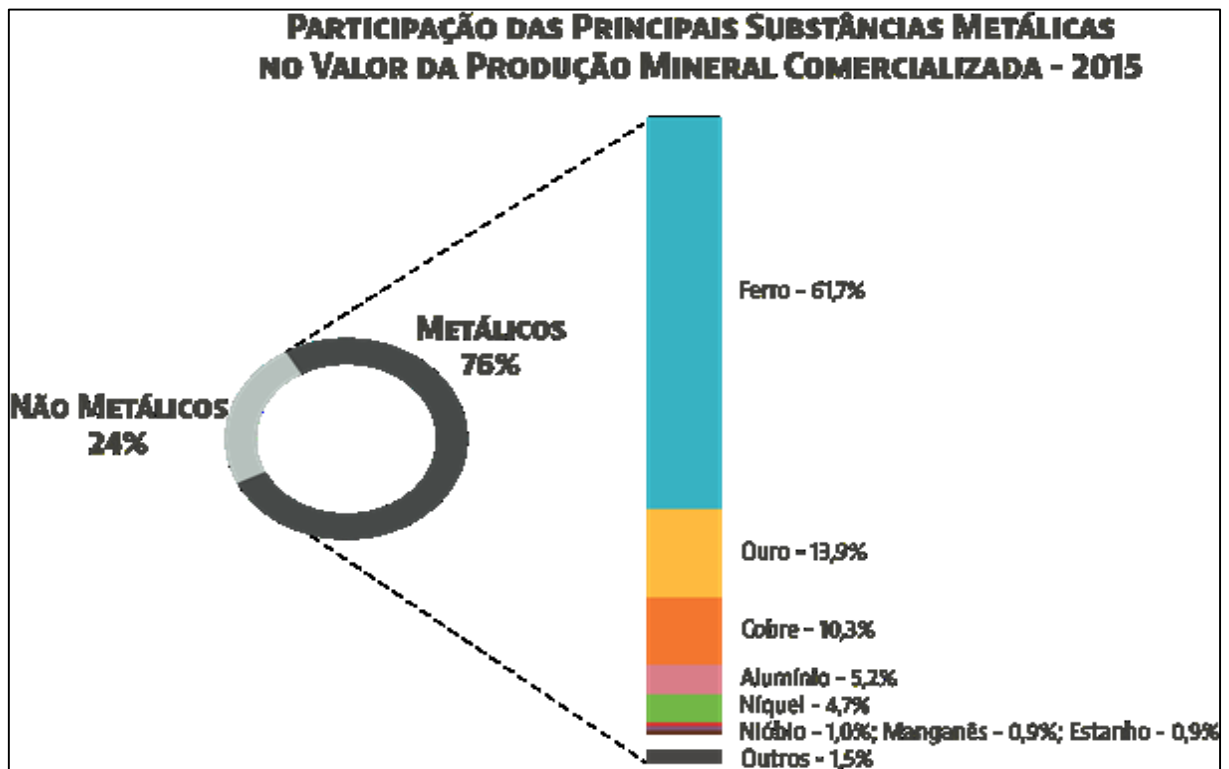


FIGURA 2. Participação das Principais Substâncias Metálicas

O Sistema do Comércio Exterior do Setor Mineral - COMEX é um instrumento informativo, por meio do qual são reunidos de forma dinâmica, sistematizada e continuada, dados sobre as importações e exportações brasileiras de produtos da mineração.

A compilação eletrônica dos dados estatísticos de exportação e importação do setor mineral é baseada nos dados do Sistema Alice, administrado pela SECEX/MDIC, levando em conta um grupo de produtos minerais pré-selecionados.

Os dados são apresentados em US\$ e em toneladas, tanto para as exportações (FOB) quanto para as importações (FOB), por valores mensais e acumulados e distribuídos de acordo com a Classificação Comum do Mercosul (NCM).

As exportações/importações apresentadas por segmentos (bens primários, semimanufaturados, manufaturados e compostos químicos), distribuídos por substâncias minerais; por países e blocos econômicos; por portos; por áreas de produção (Estados da Federação) com periodicidade mensal. O Sistema está em processo de desenvolvimento.

Os Informes Mineraiis do primeiro e do segundo semestre de 2016 foram publicados na internet. A avaliação que se tem do Informe Mineral é a de que ele apresenta informações acerca da mineração com intervalos semestrais e é a publicação que possui os dados mais recentes acerca do setor no âmbito do DNPM.

As informações referentes às anuências prévias realizadas em 2016 para a importação de amianto (crisotila), a exportação e importação de diamante bruto e a exportação de fósseis, foram desempenhadas no Portal Único, que unificou as atividades de anuências para importação e exportação.

Como atividades de Planejamento e Desenvolvimento ocorreu participação ativa na organização do III Congresso Brasileiro de Rochagem, o DNPM foi um dos organizadores do ocorrido de 08/11 a 11/11/2016 na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

O Projeto Argila Branca no Município de Angélica, Mato Grosso do Sul, projeto finalizado em 2016 que teve como objetivo verificar a potencialidade da argila branca utilizada atualmente na fabricação de tijolos. Apesar do relatório ainda estar em elaboração, os resultados foram auspiciosos tendo em vista que a argila possui, de fato, possibilidades de usos mais nobres (argila refratária), podendo levar a uma agregação de valor muito maior.

O Grupo de Trabalho do Processo Eletrônico do DNPM , que em 2016 houve a continuidade dos trabalhos iniciados em 2015 cujo objetivo é o de obter de forma eletrônica o conteúdo do requerimento de pesquisa, relatório final de pesquisa e plano de aproveitamento econômico, o que possibilitara a gestão da mineração brasileira.

Para a área de Avaliação de Distritos Mineiros, especificamente, o conteúdo dos relatórios finais de pesquisa possibilitara que o DNPM realize sua atribuição de guardião dos dados da pesquisa mineral realizada no Brasil, além de realizar uma série de estudos e divulgação de dados, mapas e outros trabalhos que levarão ao conhecimento e fomento da mineração brasileira. Espera-se que em 2017 já haja resultado do trabalho.

O DNPM participou dos eventos do setor mineral:

- PDAC (Mar/2016 – Canadá);
- Seminário ACMinas 115 Anos - A Mineração Brasileira 2016 A 2018: Visão e Ações dos Novos Dirigentes do Setor Mineral Brasileiro;

- Fórum Estadual de Mineração (Associação Gaúcha dos Produtores de Brita, Areia e Saibro – AGABRITAS e do Sindicato da Indústria da Mineração de Brita, Areia e Saibro do Estado do Rio Grande do Sul – SINDIBRITAS ;
 - 42ª Feira Internacional do Mármore e Granito (Ago/2016) (Cachoeiro do Itapemirim);
 - Stand Congresso Mundial de Mineração/IBRAM (Out/2016 - Rio de Janeiro/RJ);
 - Stand 48º Congresso Brasileiro de Geologia (Out/2016 – Porto Alegre/RS);
 - Expo-ABINAM'2016 (Nov/2016 – Atibaia/SP);
- O DNPM participou dos Grupos de Trabalho(GT):
- GT CFEM (Ponto de Incidência);
 - GT GU (Estimativa de custo e valor da taxa de concessão da mesma);
 - GT Recomendações MPF Reaproveitamento resíduos Mineração de Ferro na elaboração e aprovação de PAE.

2.5.2 Gestão de Títulos Minerários

Na atividade de Gestão de Títulos Minerários considerando o ano de 2016, foi estabelecida como meta a análise de 19.000 novos títulos minerários a serem expedidos, sendo que foram expedidos 16.040 novos títulos, atingindo o percentual de 84,42% da meta programada, conforme os dados do Quadro17 – Desempenho Operacional de Gestão Títulos Minerários, esse desempenho contou com a realização de forças tarefas, detalhadas na FIGURA 10. Forças Tarefas 2016, no anexo.

QUADRO 17. - Desempenho Operacional de Gestão de Títulos Minerários

Títulos Gerados	Meta Anual Programada	Programada janeiro/16 a junho/16	% Meta Programada	Realizado janeiro/16 a dezembro/16	% do Período Parcial	Diferença Programado Realizado (%)
1 - Autorização de Pesquisa (AP)	16.600	8.300	50,0	13.615	82,02	(-17,98)
2 - Concessão de Lavra (CL)	300	150	50,0	456	152,00	(+52,00)
3 – Registro de Licença (RL)	1.700	850	50,0	1.627	95,70	(-4,30)
4 – Registro de Extração (RE)	200	100	50,0	196	98,00	(-2,00)

5 – Permissão de Lavra Garimpeira (PLG)	200	100	50,0	146	73,00	(-27,00)
6 – Cessão de direitos	3.400	1500	50,0	4.235	124,56	(+24,56)
7 – Imissão de Posse	15	7	50,0	11	73,00	(-27,00)

Fonte: DNPM

O procedimento de outorga de títulos minerários se inicia com o protocolo dos requerimentos eletrônicos nas Unidades Regionais do DNPM. Em 2016 houve um aumento na quantidade de petições protocoladas, equivalente a cerca de 34% em relação ao ano anterior, o que equivale a um incremento de 6.800 requerimentos a serem analisados.

O aumento de demanda de requerimentos por novas áreas para mineração pode ser atribuído à eliminação de restrições ao acesso a áreas que existiam em 2015 e anos anteriores, mesmo sob influências macroeconômicas externas, como baixa nos preços das commodities e incertezas sobre a demanda global, que naturalmente deveria diminuir o investimento na pesquisa em todo o mundo, conforme relatório World Exploration Trends 2014 da SNL Financial, assim como a eliminação da insegurança política gerada pelo Governo com a proposta do Novo Marco Regulatório da Mineração, PL nº 5.807/2013.

A Concessão de Lavra deve ser requerida no DNPM por pessoa jurídica no prazo máximo de um ano após a aprovação do Relatório Final de Pesquisa. A lavra é requerida mediante a apresentação do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida.

Depois de requerida a concessão de lavra, e caso o DNPM aprove e considere oportuno o Plano de Aproveitamento Econômico e os demais documentos necessários, é emitido um despacho ao Ministério de Minas e Energia, sugerindo a outorga da Concessão de Lavra, que tem como título uma portaria assinada pelo Ministro de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União.

Ressalta-se que, desta forma, a outorga de concessão de lavra é um procedimento que não depende apenas do DNPM, mas também da análise e gestões de órgãos externos como, por exemplo, o MME, o CDN e órgãos ambientais.

A quantidade de requerimentos analisados no DNPM, incluindo requerimentos tanto deferidos como indeferidos, afere mais precisamente o desempenho das superintendências em cada ano. A relação do que foi requerido e o esforço realizado desde 2005 até 2016, permite observar que dos requerimentos que são solicitados, grande parte é analisada. Nos anos de 2005 e 2009, o esforço realizado foi maior que o número de requerimentos. Também no ano de 2016 a quantidade de análises realizadas superou quantidade de Requerimentos apresentados.

Conforme se observa no gráfico abaixo, Figura 3 - Outorga de Requerimento – Requerimento e Análise, demonstrando a quantidade de requerimentos versus quantidade de análises realizadas.

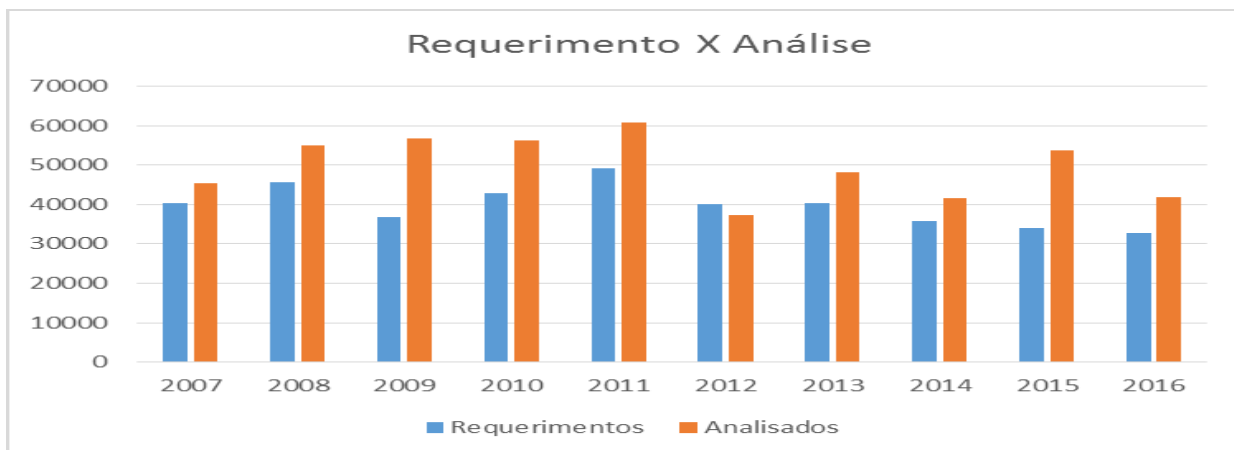


FIGURA 3. Outorga de Requerimento – Requerimento e Análise

A desistência de direitos minerários ocorre ainda na fase de requerimento, sendo assim, nessa fase não há extinção de título minerário, mas tão somente a interrupção de uma expectativa de direitos. A figura a seguir, Figura 4 - Requerimentos e Desistência, ilustra os requerimentos e as análises de desistência entre os anos de 2007 e 2016.

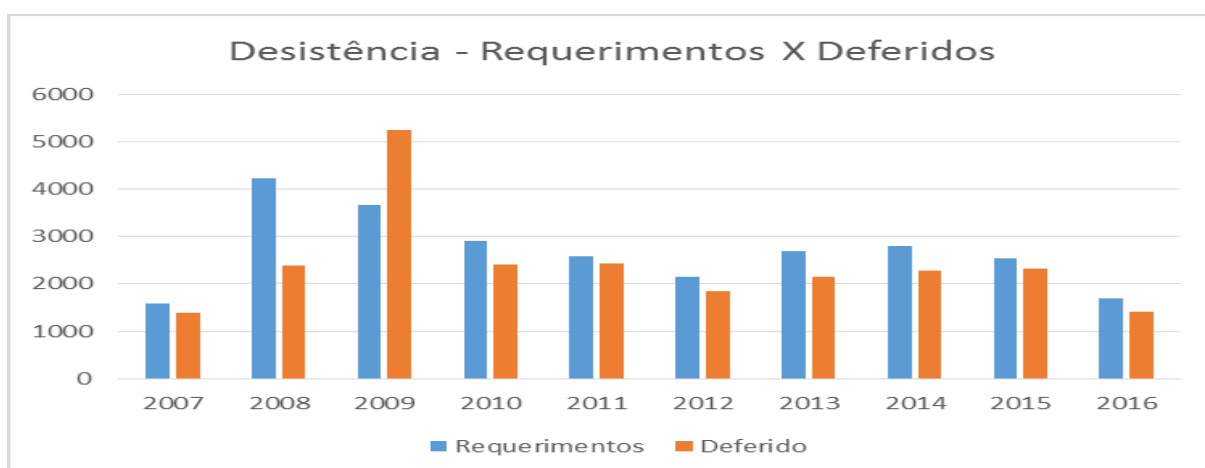


FIGURA 4. Requerimentos e Desistência

A renúncia de título minerário é admitida a qualquer tempo e tem como efeito a extinção do título minerário na data da protocolização de renúncia, com a desoneração da área. Em 2013 a quantidade de requerimentos de renúncia foi a menor dos últimos anos, em consequência o esforço também foi inferior aos demais anos. O gráfico a seguir, Figura 5 – Renúncia, ilustra os requerimentos e as análises de renúncia entre os anos de 2007 a 2016.

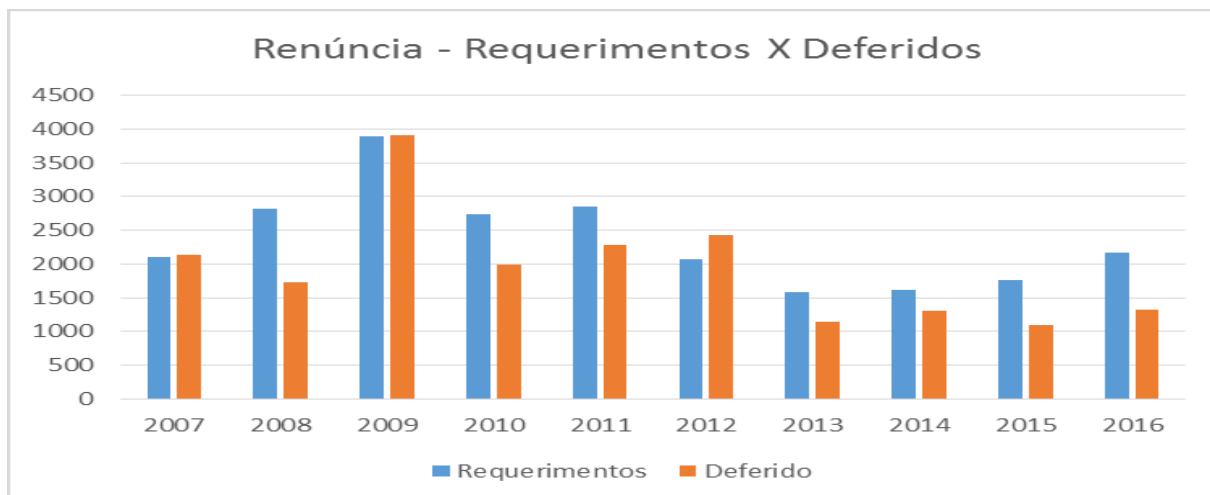


FIGURA 5. Renúncia

Foram processados em 2016 em torno de 26.348 estudos no SigÁreas, isto é, este número abrange processos que tiveram estudo de controle de áreas de qualquer natureza iniciado até mesmo em período anterior a 2016, mas que somente adquiriram a condição de publicação da alteração no Banco de dados nesse exercício.

O total de estudos processados (26.348), aqueles estudos que iniciaram em 2016 e foram processados neste mesmo exercício, alcançou um valor de 26.332 análises, quanto a estudos que iniciaram durante o ano, mas que não foram processados por não terem alcançado a condição de aptos para publicação soma-se um total de 543 estudos. Computando assim um total de 25.789 análises de controle de áreas iniciadas e concluídas no decorrer do exercício de 2016.

Foram realizadas 11 imissões de posse de jazida sendo:

- 06 pela Superintendência /DNPM/GO;
- 02 pela Superintendência/DNPM/CE,
- 03 pela Superintendência/DNPM/RS.

O pedido de anuência e averbação de cessão total ou parcial de direitos minerários é realizado por meio de formulário padronizado de pré-requerimento eletrônico. Depois de solicitado, o requerimento é analisado para decisão e posterior execução da cessão de direitos, que é dada pela publicação no D.O.U - Diário Oficial da União.

Os sistemas informatizados de apoio a atividade de Gestão de Títulos Minerários são:

- O Sistema CADASTRO MINEIRO: É responsável pela automação do processo de outorga, controlando requerentes (pessoas físicas ou jurídicas), solicitações, prioridades,

prazos, fases do processo, ações necessárias e emissão/publicação dos documentos necessários à formalização dos atos previstos no Código de Mineração;

- Sistema de protocolo: local de entrada e recepção dos requerimentos e juntadas que compõem o Processo de mineração.
- Ficha cadastral: Sistema em que o usuário se identifica junto à Autarquia;
- SIGÁREAS: Aplicação desenvolvida baseada em tecnologia de geoprocessamento com o objetivo de identificar e tratar sobreposição de áreas nas diversas fases do processo minerário, prover funcionalidades que auxiliem os técnicos nas atividades de análise de processos e controle das áreas sob os diversos regimes de pesquisa e exploração.

2.5.3 Fiscalização da Atividade Minerária

A atividade de fiscalização minerária é realizada por meio de análise de documentos técnicos apresentados pelos titulares de direito minerário e inspeções presenciais em áreas de pesquisa e minas, de ofício para o cumprimento do Código de Mineração (CM), bem como aquelas reativas para atendimento de demandas provenientes da sociedade e de outros órgãos públicos.

Para a execução de alguns processos da fiscalização são feitas parcerias com algumas instituições. Na atividade de classificação das águas minerais destaca-se o Laboratório de Análises Minerárias - LAMIN do Serviço Geológico do Brasil/CPRM, que realiza as análises das águas em cooperação com o DNPM.

No processo de Emissão do Certificado do Processo Kimberley, são encaminhadas demandas à Diretoria Técnica - DITEC do Departamento de Polícia Federal. Nos últimos anos, foram realizadas atividades de capacitação em pesquisa mineral, onde foram articulados cursos com a ADIMB - Agência Brasileira para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral.

No desenvolvimento de funcionalidades de apoio à fiscalização foi desenvolvido Acordo de Cooperação com a Universidade de Brasília. Na área de proteção de depósitos fossilíferos há boa relação de trabalho com a Sociedade Brasileira de Paleontologia - SBP.

Na área da Gestão da Fiscalização do Aproveitamento Mineral/Lavra tem havido cooperação com universidades e sido realizados eventos conjuntos com o Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM. A parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS sobre minas subterrâneas, em 2014, foi um exemplo. Seminário em novembro de 2014, em conjunto com o IBRAM e SINDIEXTRA, em MG, com 230 Responsáveis Técnicos em segurança de barragens de empresas de mineração para apresentação das normas do DNPM, foi outro exemplo.

Com a Agência Nacional de Águas – ANA, gestora do Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens – SNISB, e iniciou-se Acordo de Cooperação Técnica com o MME e a CPRM/SGB na área de segurança de barragens de mineração.

Também foram iniciadas conversações para firmar Termo de Descentralização de Crédito - TDC com a UFMG para estudos de reaproveitamento de rejeitos de barragens de mineração de ferro em Minas Gerais. Com a UFOP encontra-se em análise outra cooperação sobre métodos construtivos de barragens, e com a UFRGS sobre fechamento de mina de carvão

Em 2016 buscou-se atender demandas dos mineradores relacionadas ao CM, nas fases de pesquisa e lavra, tais como pedidos de prorrogação do início dos trabalhos de lavra (item I do Art. 47); de aditamento de nova substância ao título de lavra (Parágrafo Único do Art. 47); de modificação do Plano de Aproveitamento Econômico - PAE; de suspensão dos trabalhos de lavra (Art. 58, Caput e § 2º); de renúncia de título (descomissionamento de mina) (Art. 58, Caput e § 2º).

Foram desenvolvidos os sistemas de gerenciamento das fiscalizações - SIGFIS (em implantação), de autuação por inadimplementos - AUTFIS (interrompido por ausência e mudança de equipes) e o COPAL, de comunicações e autorizações paleontológicas, concluído e em operação.

A automatização e informatização de procedimentos de forma mais intensa, a busca pela maior qualidade dos produtos e não apenas quantidade das realizações, o ingresso de novos recursos humanos, a disponibilidade perene de recursos financeiros à sua capacitação e à atividade fiscalizatória, bem como a valorização institucional da autarquia são condições indispensáveis para o alcance dos objetivos do novo PPA e da Autarquia.

No ano de 2016 foram realizadas 13.929 fiscalizações, somando análises processuais e vistorias de campo, 16% a mais que em 2015, sendo 4.845 eventos minerários vistoriados in loco, 10% a mais que em 2015 e 9.084 análises de projetos técnicos de pesquisa e lavra - queda de 3% em relação à 2015, também foram publicados 24.978 atos referentes à fiscalização minerária, 18% a mais que em 2015 (Quadro 18 - Atos Publicados no DOU Referentes à Fiscalização Minerária).

A produtividade média por técnico da área foi em torno de 7,74 eventos fiscalizados/mês, considerando análises de projetos técnicos e fiscalizações in loco (13.929/10 meses/180 técnicos). Ou de 11,56 atos publicados no DOU/mês referentes à fiscalização minerária (24.978/12 meses/180 técnicos).

QUADRO 18. - Atos Publicados no DOU Referentes à Fiscalização Minerária

Evento	Quantidade
Auto de infração por não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa	2.147
Multa imposta por não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa	1.473
Auto de infração por não entrega de RFP	6.519
Multa imposta por não entrega de RFP	3.292
Relatório Final de Pesquisa aprovado	1.524
Relatório Final de Pesquisa negado	3.237
Relatório Final de Pesquisa arquivado	3
Relatório Final de Pesquisa sobrestado	38
Relatório de Reavaliação de Reserva aprovado	101
Relatório de Reavaliação de Reserva negado	1
Relatório de Nova Substância aprovado	35
Relatório de Nova Substância negado	0
Prorrogação do alvará de pesquisa deferida	901
Prorrogação do alvará de pesquisa indeferida	404
Guia de Utilização emitida	841
Guia de Utilização negada e cancelada	226
Prorrogação do início dos trabalhos de lavra	64
Aprovação de modificação de PAE em área concedida	93
Aditamento de nova substância em concessão de lavra	25
Suspensão temporária da lavra em fase de concessão	78
Renúncia ao título de concessão de lavra	21
Aprovação e não aprovação de rótulo de Água Mineral	220
Exigências publicadas em Concessões de Lavra, Registros de Licença e Permissões de Lavra Garimpeira	3.735
TOTAL	24.978

Fonte: DIFIS/DNPM

Em 2016 foram vistoriados 4.845 empreendimentos minerários e áreas não autorizadas, incluindo deslocamentos para atendimento de demandas externas, é apresentada na Figura 6 - Vistorias Realizadas 2004-2016, que demonstra o desempenho dessa atividade dentre vários anos. Foram analisados 9.084 projetos e relatórios técnicos nas fases de pesquisa e lavra em processos minerários.

Destaque para a análise de relatórios finais de pesquisa mineral (Art. 30 do CM) e dos relatórios anuais de atividades dos mineradores (item XVI do Art. 47 do CM), este último importante instrumento na fiscalização de acompanhamento da produção e das condições operacionais e de segurança das minas, bem como base para cálculo da CFEM e elaboração das estatísticas da produção mineral.



FIGURA 6. Vistorias Realizadas 2004-2016.

O resultado alcançado de vistorias e análises processuais por UF, é apresentado no Quadro 54 – Vistorias e Análises Processuais por UF. QUADRO 55. - Análise Processual por Superintendência - Exercício 2016 e QUADRO 56. - Vistoriados por Superintendência - Exercício 2016, que detalham os resultados operacionais da fiscalização e atividade distribuída nacionalmente.

As atividades de fiscalização da pesquisa mineral, foram executadas em áreas de processos com autorização de pesquisa outorgadas, objetivando a efetividade e o desenvolvimento da pesquisa mineral para a geração de novas jazidas.

QUADRO 19. - Detalhamento das Análises Técnicas por Unidade Regional

Evento	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Rel. final de pesquisa	31	34	14	738	170	255	478	40	1.066	19	178	103	37	94	159	269	131	146	39	1	176	269	58	236	61	4.802
Prorrogação de alvará	11	237	2	147	36	13	128	46	174	6	39	92		26	33	76	7	37	7		41	4	19	120	4	1.305
Rel. reavaliação		1		3	1	12	11		18	4		2		2	1	3	14					13		17		102
Rel. nova substância							2		3							4	6	1			2	8		9		35
Guia de utilização	3	2	6	170	29	80	56	3	295	1	19	11	18	11	3	63	12	27	58	2	4	181	2		11	1.067
TOTAL	45	274	22	1.058	236	360	675	89	1.556	30	236	208	55	133	196	415	170	211	104	3	223	475	79	382	76	7.311

Fonte:DNPM

Em 2016, foram realizadas 7.311 análises técnicas com decisões finais publicadas no DOU (QUADRO 19 - Detalhamento das Análises Técnicas por Unidade Regional) e 1.886 vistorias (QUADRO 20. - Detalhamento das vistorias referentes à pesquisa mineral), relacionadas à fiscalização de atividades de pesquisa mineral. Ao todo, as atividades de

fiscalização de direitos minerários em fase de pesquisa mineral resultaram na publicação de 20.742 atos.

QUADRO 20. - Detalhamento das vistorias referentes à pesquisa mineral

Vistoria	Superintendência																				Total					
	RS	SP	MG	PE	PA	GO	BA	AM	RJ	CE	SC	MT	PR	RN	PB	AP	TO	SE	RO	ES		PI	MA	MS	RR	AL
1- Fase de Pesquisa Mineral																										
Acomp. pesquisa	20	0	2	1	14	4	1	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	46
R. Final de Pesquisa	95	123	341	34	22	59	202	0	24	31	157	47	63	56	17	0	11	1	6	2	23	0	3	0	13	1.330
R. Parcial Pesquisa	32	0	6	0	23	2	0	0	0	5	1	2	0	13	10	6	0	0	0	0	2	0	9	0	4	115
Guia de Utilização	3	0	178	0	2	1	14	0	0	26	18	1	0	4	4	0	6	1	1	2	0	0	0	1	2	264
Água - Acomp. Pesq.	34	0	1	0	0	2	3	0	0	13	6	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	63
Água - Estudos 'in loco'	2	0	0	0	0	0	0	2	0	6	0	2	0	12	3	1	1	8	1	0	2	0	1	1	2	44
Água - Teste de vazão	0	3	6	0	0	4	4	0	0	1	2	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	24
Total	186	126	534	35	61	72	224	2	24	84	184	55	63	86	35	7	18	10	9	5	27	1	14	3	21	1.886

Fonte:DNPM

Em 2016 foram analisados 6.244 relatórios de pesquisa com decisão publicada no Diário Oficial da União (QUADRO 21. - Relatórios de Pesquisa Analisados de 2012 a 2016.), a atividade de análise e fiscalização dos relatórios de trabalhos de pesquisa apresentados ao DNPM, em cumprimento aos Incisos III e V do Código de Mineração e em áreas com direitos minerários associados. Tal atividade consiste na avaliação dos trabalhos de pesquisa realizados e, caso o relatório seja aprovado, as reservas minerais bloqueadas serão adicionadas ao patrimônio mineral do País.

QUADRO 21. - Relatórios de Pesquisa Analisados de 2012 a 2016.

	2012	2013	2014	2015	2016	Evolução 2015/2016
RFP analisados(1)	4.436	4.972	5.748	4.390	4.939	12,5%
RFP aprovados	1.522	1.613	1.472	1.732	1.660	-4,2%
Prorrogação analisada(2)	1.550	2.508	2.383	1.524	1.305	-14,4%
Prorrogação aprovada	1.387	2.233	2.110	1.210	901	-25,5%
RFP + prorrogação analisada	5.986	7.480	8.131	5.914	6.244	5,6%

(1) Engloba Relatórios Finais de Pesquisa, em regime de Autorização de Pesquisa (4.802), e Relatórios de Reavaliação de Reservas (102) e Relatórios de Nova Substância (35), em regime de Concessão de Lavra. Inclui relatórios aprovados, negados, sobrestados e arquivados com decisão publicada no Diário Oficial da União.

(2) Considerando deferimentos (901) e indeferimentos (404) de prorrogação do Alvará de Pesquisa.

Em 2016 foram efetuadas 1.067 análises relacionadas a guia de utilização, com emissão de 841 autorizações de extração para 53 substâncias, ver FIGURA 7. Distribuição das Guias de utilização com autorização de extração por substâncias diferentes, a análise de requerimentos de guias de utilização permite a atividade de extração mineral antes da concessão de lavra.

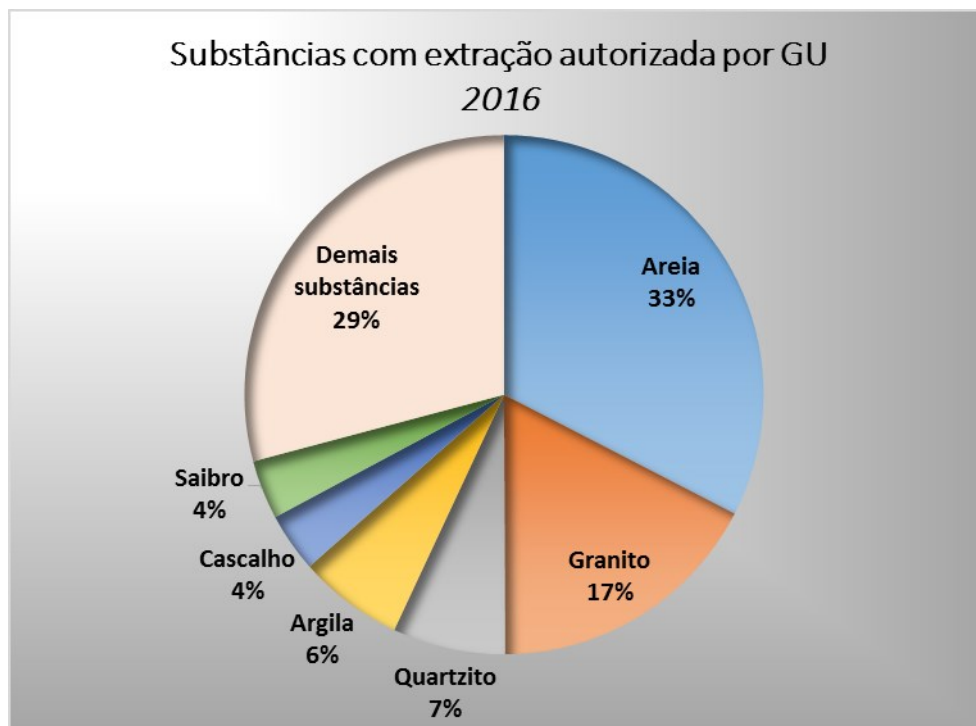


FIGURA 7. Distribuição das Guias de utilização com autorização de extração por substância.

A Fiscalização da Atividade de Lavra visa garantir o aproveitamento racional da jazida, por meio de uma mineração tecnicamente adequada, com segurança operacional e boa condição de higiene e saúde dos trabalhadores, minimizando o impacto ambiental e local (sustentabilidade social e ambiental), em áreas tituladas.

Em 2016, foram realizadas 1.857 análises técnicas, vide QUADRO 22. - Detalhamento das Análises Técnicas, e 1.724 vistorias, vide QUADRO 23. - Distribuição da lavra por assunto, pertinentes às atividades de controle da lavra. Com destaque para as auditorias nos Relatórios Anuais de Lavra - RAL que é instrumento da fiscalização para o acompanhamento da produção, e das condições operacionais e de segurança das minas, bem como base para cálculo da CFEM e elaboração das estatísticas da produção mineral.

Decorrente das ações de fiscalizações, foram publicados no DOU 5.455 atos conclusivos, referentes às competências regimentais. Homologaram-se 21 renúncias ao título de lavra que constituem processos de fechamento de mina e 78 análises de suspensões temporárias de lavra, sendo 58 autorizadas e 28 negadas, incluindo os regimes de concessão e licenciamento.

Vinculadas a outorga e arrecadação, foram publicadas 3.735 exigências em empreendimentos nas fases de lavra para todos os regimes (Concessão de lavra, Licenciamento, Permissão de Lavra Garimpeira-PLG e Registro de Extração), com destaque para as 1.307

(825+483) exigências vinculadas as análises de RAL - Relatório Anual de Lavra que corresponderam a 35% do total.

QUADRO 22. - Detalhamento das Análises Técnicas

Análise Processual de Lavra por Superintendência - Exercício 2016

	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Análise Rel. Anual Lavra (RAL)	25	14	0	128	48	128	105	31	189	160	0	39	0	39	32	10	69	61	0	13	320	114	0	8	23	1.556
Suspensão de Lavra ⁽¹⁾	0	0	0	1	0	10	2	1	9	1	0	0	0	4	0	2	1	2	0	1	3	37	0	4	0	78
Aditamento de Substância ⁽¹⁾	0	0	0	0	2	0	0	0	5	0	0	1	0	0	0	2	4	2	0	0	0	0	0	9	0	25
Novo Plano Aproveit. Econ. ⁽¹⁾	0	0	0	2	4	10	2	0	14	0	1	5	1	2	0	4	10	2	0	0	3	7	0	26	0	93
Renúncia Concessão de Lavra ⁽¹⁾	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	10	0	7	0	21
Prorrogação início trab. lavra ⁽¹⁾	4	0	0	1	4	13	1	15	4	0	0	0	3	0	1	2	0	0	0	0	14	1	1	0	0	64
TOTAL	29	14	0	132	58	163	110	47	221	161	1	46	4	46	33	20	84	67	0	14	340	169	1	54	23	1.837

Notas:

(1) Decisão publicada no Diário Oficial da União.

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

QUADRO 23. - Distribuição da lavra por assunto.

Vistoria	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total
Acompamento de lavra a céu aberto	3	0	4	20	18	5	49	0	95	40	9	8	3	24	0	14	8	1	0	0	34	3	8	25	3	374
Acompanhamento de lavra subterrânea	1	0	0	10	0	0	1	0	13	3	0	1	0	0	0	2	1	5	0	0	0	21	3	1	0	62
Acompanhamento de lavra de água mineral	0	0	0	6	6	0	31	4	15	6	4	11	0	26	1	1	1	12	9	2	16	24	1	7	0	183
Fixação de limite em profundidade horizontal	1	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Reavaliação de reservas	1	0	0	6	0	0	7	1	13	13	0	1	0	2	0	0	0	1	3	0	0	5	0	14	1	68
Aditamento nova substância	0	5	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	1	0	0	0	2	0	0	0	12
Monitoramento de segurança de barragens	0	32	0	25	0	0	8	0	262	60	24	14	0	0	0	4	0	0	6	0	4	5	1	13	8	466
Monitoramento de poços de água mineral	0	0	0	1	0	0	230	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	234
Licenciamento	1	3	2	0	15	0	1	0	2	62	3	37	0	0	0	0	2	6	2	14	53	12	6	0	0	221
Renúncia título (fechamento de mina)	0	0	0	0	6	0	9	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	21
Capacidade financeira	0	1	0	0	0	0	49	1	2	0	0	0	6	1	0	8	0	1	2	0	1	1	0	0	0	73
TOTAL	7	41	6	68	46	5	393	6	406	184	40	73	9	53	1	32	12	27	22	16	108	78	19	60	12	1.724

Destacaram-se também as seguintes ações da Fiscalização da Atividade de Lavra, em 2016:

- Retomada das oficinas de trabalho junto as Chefias da Fiscalização das Superintendências do DNPM para orientação sobre as Diretrizes, Planejamento, Metas e procedimentos da fiscalização;
- Finalização do Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Fiscalização – SIGFIS;
- Novos aperfeiçoamentos Normativos para procedimentos nas ações de fiscalização;
- Aperfeiçoamentos da legislação para exploração de Água Mineral.

Em 2016 o DNPM emitiu 47 Certificados do Processo de Kimberley válidos, vide Quadro 57 – Certificados de Kimberley Emitidos em 2016, referentes a 130.526,20 cts de diamantes brutos avaliados em US\$ 36.615.951,83. Como relacionamento interinstitucional,

destaca-se que, no decorrer desse ano, membros do GT-SCPK participaram de reunião no MME, para a definição de vagas para o DNPM, para participação no Curso de diamantes brutos, oferecido pela Embaixada da Bélgica.

Desde a retomada do processo de certificação Kimberley pelo DNPM, em setembro de 2006, já foram emitidos 338 Certificados, correspondentes a 741.890,44 cts de diamantes brutos com valor acumulado de US\$ 106.322.726,29. As Figuras 11, 12 e 13 do Anexo apresentam, respectivamente, a evolução do número de CPKs emitidos, o peso em quilates e o valor em dólares referentes à produção brasileira exportada no período entre setembro de 2006 e dezembro de 2016.

O Quadro 58, no anexo, resume os dados relativos a CPKs emitidos a partir de setembro de 2006, detalhando por ano os quantitativos de peso (ct) e valor (US\$) exportados; o número de empresas responsáveis pelas exportações; o número de municípios exportadores; e o número de áreas produtoras, a Figura 14, no anexo, apresenta os países de destino dos CPKs emitidos.

Com relação a projetos técnicos de salvamento paleontológico, 3 (três) relatórios finais de programas foram analisados e aprovados; 2 (dois) relatórios de avaliação das potencialidades paleontológicas com levantamento geopaleontológico realizado na área foram analisados e aprovados; 1 (um) relatório parcial de execução do programa foi analisado e aprovado; 1 (uma) atividade prevista no cronograma que se refere à destinação do material fóssil coletado no âmbito do programa foi analisada com parecer favorável; e 10 (dez) autorizações para extração de fósseis foram emitidas em virtude da aprovação de projetos de execução de salvamento paleontológico.

Foram autorizadas 17 (dezesete) solicitações de coleta de fósseis por pesquisadores vinculados às instituições brasileiras não enquadrados no art. 1º, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 4.146/42 referentes a projetos científicos, aulas de campo curricular/atividade didática ou outras. Dentre elas, 1 (uma) é relativa a prorrogação do prazo de autorização de coleta de fósseis para um museu municipal no interior do Estado de São Paulo.

Ademais, foram concedidas 2 (duas) autorizações de extração de fósseis para pesquisador vinculado a instituição científica estrangeira, relativas a dois períodos de trabalho de campo como Pesquisador Visitante Especial/CNPq, e 6 (seis) autorizações (via ofício) para coleta de fósseis por pesquisadores e estudantes vinculados a instituições científicas estrangeiras para participar de atividades coordenadas por pesquisadores vinculados a instituições científicas brasileiras.

Com relação aos pesquisadores vinculados a instituições oficiais congêneres a museus nacionais e estaduais, isentos da autorização de coleta de fósseis pelo DNPM (conforme o art. 1º, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 4.146/42), foram recebidas 83 (oitenta e três) comunicações de coleta de fósseis.

Também foram analisados 4 (quatro) pedidos de anuência de exportação de amostras fósseis para fins científicos, e aprovadas as informações sobre o retorno do material fóssil ao Brasil, relacionadas a 1 (uma) anuência de exportação temporária expedida pelo DNPM.

No que concerne especificamente ao atendimento do Decreto-Lei nº 4.146/42, durante o ano de 2016 destacaram-se as seguintes atividades:

- Análise de 17 (dezessete) projetos técnicos de salvamento paleontológico, sendo:
- 13 (treze) no âmbito de implantação e/ou operação de empreendimentos que se encontram sob licenciamento ambiental (linhas de transmissão de energia elétrica; usina hidrelétrica e parques eólicos, subestação para escoamento de energia elétrica, duplicação e/ou restauração de rodovias e empreendimento imobiliário)
- 4 (quatro) em áreas de mineração (nas fases de pesquisa e de lavra) com potencialidade paleontológica.
- Recebimento e ciência de 83 (oitenta e três) comunicações de coleta de fósseis por diversos estabelecimentos oficiais congêneres a museus nacionais e estaduais:
- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB;
- Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS;
- Universidade Estadual do Ceará – UECE;
- Universidade Regional do Cariri – URCA;
- Universidade de São Paulo – USP:
- Campus Ribeirão Preto;
- Museu de Zoologia.
- Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP;
- Universidade Estadual Paulista – UNESP:
- Campus Rio Claro;
- Campus Botucatu;
- Ilha Solteira.
- Universidade Federal do Acre – UFAC:
- Campus Floresta.
- Universidade Federal do Tocantins – UFT;
- Campus Araguaína.
- Universidade Federal do Pará – UFPA;
- Universidade Federal do Piauí – UFPI:
- Campus Floriano;
- Campus Teresina;
- Campus Picos.

- Universidade Federal do Ceará – UFC;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN;
- Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE;
- Universidade Federal de Pernambuco – UFPE;
- Universidade Federal de Sergipe – UFS;
- Universidade Federal da Bahia – UFBA;
- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB;
- Universidade Federal de Uberlândia – UFU;
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM;
- Universidade de Brasília – UnB:
- Campus Planaltina.
- Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT;
- Universidade Federal de Goiás – UFG;
- Universidade Federal de São Carlos – UFSCar;
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ:
- Instituto de Geociências.
- Universidade Federal do Paraná – UFPR;
- Universidade Federal do Pampa – Unipampa;
- Universidade Federal do Rio Grande – FURG;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE:
- Campus Jaguaribe.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI:
- Campus Teresina.

Análise e parecer favorável a **35 (trinta e cinco)** autorizações de coleta de fósseis:
10 (dez) para projetos técnicos de execução de salvamento paleontológico;
2 (duas) para pesquisador vinculado a instituição científica estrangeira relativas a dois períodos de trabalho de campo no País como Pesquisador Visitante Especial/CNPq;
6 (seis) autorizações para coleta de fósseis por pesquisadores e estudantes vinculados a instituições científicas estrangeiras que participaram de atividades coordenadas por pesquisadores vinculados a instituições científicas brasileiras; e
17 (dezesete) para professores/pesquisadores vinculados às instituições brasileiras não enquadrados no art. 1º, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 4.146/42.

Cita-se, abaixo, a relação das instituições brasileiras cujos professores/pesquisadores foram autorizados a coletar fósseis:

- Universidade Tiradentes – Unit;
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas;

- Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH;
- Universidade Paulista – UNIP;
- Campus Sorocaba.
- Museu de Paleontologia “Prof. Antonio Celso Arruda Campos”, museu municipal da Prefeitura de Monte Alto;
- Museu de Paleontologia de Marília;
- Centro Universitário FIEO – UNIFIEO;
- Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL;
- Universidade do Contestado – UnC;
- Campus Mafra.
- Universidade Regional de Blumenau – FURB;
- Centro Universitário UNIVATES.

Diante do quantitativo de comunicações recebidas e autorizações expedidas, dimensionou-se quais as unidades da Federação foram as mais procuradas pelos pesquisadores da área de Paleontologia. Assim como no ano de 2015, novamente a Bacia Sedimentar do Araripe, situada na região entre os Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, foi a mais procurada para atividades que objetivaram a coleta de fósseis (Figura 8 - Quantitativo das atividades de coleta de fósseis em 2016).

Há de se mencionar também os Estados de Minas Gerais, Piauí (borda oeste da Bacia do Araripe) e São Paulo como regiões de interesse no ano de 2016. As extensas áreas sedimentares, com rochas associadas às Eras Paleozóica e Mesozóica, são atrativas para novas prospecções paleontológicas e refinamento de estudos já realizados.

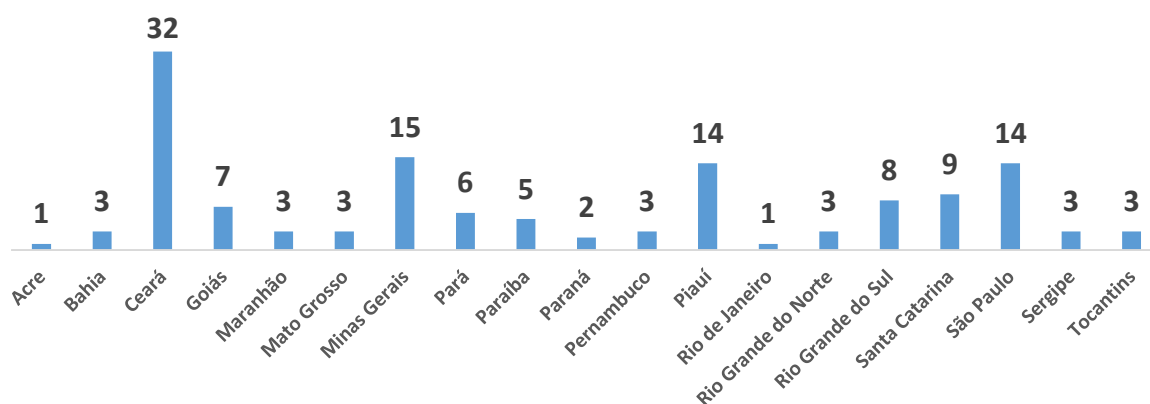


FIGURA 8. Quantitativo das atividades de coleta de fósseis em 2016,

No exercício de 2016 os resultados de boletins de estudos *in loco* emitidos pelo laboratório oficial LAMIN/CPRM (análises bacteriológicas completas + parâmetros obtidos na

fonte + análises químicas e físico-químicas) para classificação e/ou reclassificação dos tipos de águas. Tais boletins que constam dos processos de água mineral e potável de mesa em dois eventos:

- - Na fase de pesquisa para fins de aprovação do relatório final de pesquisa (4 análises);
- - Na fase de lavra, nas captações em produção a cada três anos e com possíveis desdobramentos, caso haja reavaliação de reserva de novos poços dentro das concessões.

Com o advento das Portarias DNPM nº 374/2009 e 254/2010 (regra de transição sobre 4 análises em fase de RFP) o número de análises laboratoriais para classificação/reclassificação das águas minerais vem aumentando, a partir de 2011, porquanto ficou definida na fase da pesquisa a obrigatoriedade de quatro análises completas via LAMIN dentro de um ciclo hidrológico, na vigência do alvará de pesquisa.

Avaliação da Qualidade Técnica da Água Mineral

A atividade consiste em propor e coordenar projetos afins ao tema exploração de água mineral e potável de mesa. Estão em suas atividades a análise de dados de química da água para fins de classificação estando de acordo com o Código de Águas Minerais - CAM, tanto na fase de pesquisa quanto na de lavra; análise de demandas afins aos assuntos da indústria de água mineral; projetos de monitoramento de regiões características de potencial hidromineral; produção Técnica sobre Caracterização de Distritos Hidrominerais, entre outras atividades.

A comercialização de água mineral de procedência estrangeira no Brasil depende de autorização do DNPM. A Portaria DNPM nº. 159/96 estabelece as instruções sobre o requerimento para importação e comercialização dessas águas minerais provenientes de outros países.

Analisa-se os requerimentos e emite pareceres técnicos que poderão ser de aprovação imediata, quando atendida plenamente a legislação ou para cumprimento de exigências técnicas

Monitoramento do Aquífero de Caldas Novas/GO.

A atividade de Monitoramento e Controle de Aquíferos de Águas Minerais e Termas vem sendo desenvolvida. Tal monitoramento caracteriza um modelo de gestão sustentável dos recursos hídricos subterrâneos do Sistema Hidromineral Termal de Caldas Novas/Rio Quente - GO.

São três sistemas aquíferos caracterizados:

Aquífero Superior (livre) associado ao capeamento de solo/manto de alteração e fraturas superficiais (xistos Araxá + cobertura detrítica da Serra de Caldas).

Aquífero Intermediário (confinado a semi-confinado) associado aos xistos e mármore do Grupo Araxá.

Aquífero Inferior (confinado) associado aos quartzitos, metarrimitos e metassiltitos do Grupo Paranoá.

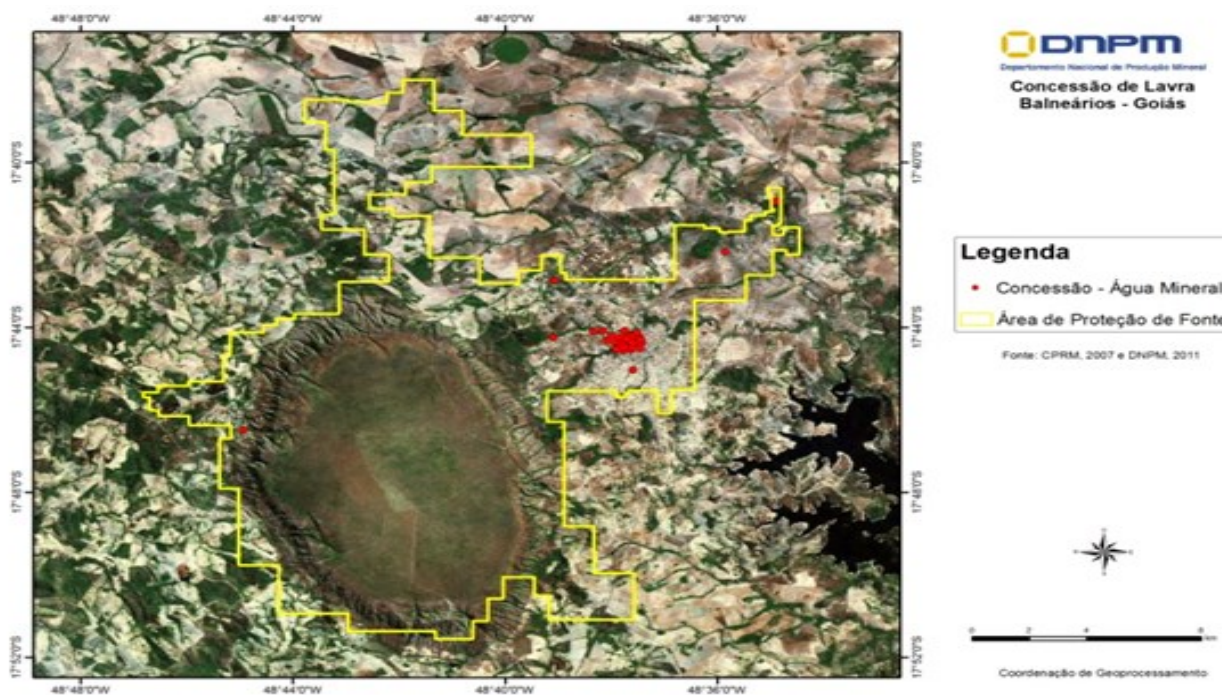


FIGURA 9. Distribuição dos poços e a área de proteção de fonte englobando a Serra de Caldas.

Em Caldas Novas/Rio Quente há um total de 141 poços no sistema aquífero termal (Figura 9); sendo 103 em funcionamento e em monitoramento. Ainda, dos 103 poços, 13 encontram-se em área em fase anterior à concessão.

O objetivo é não acentuar o desequilíbrio no balanço hídrico do sistema aquífero termal do distrito hidromineral.

Em 2016 foram vistoriados os empreendimentos com barragens de mineração, o Quadro 59 no anexo, detalha todas as 329 barragens vistoriadas.

2.5.4 Procedimentos Arrecadatórios

A Atividade de Procedimentos Arrecadatórios realizou três atribuições: arrecadar, fiscalizar a CFEM e cobrar os titulares de direitos minerários que se tornaram inadimplentes, ou seja, que não pagaram suas obrigações até o vencimento

QUADRO 24. - Arrecadação 2016 x 2015

Receitas	2016	2015	Δ%
Exploração de Recursos Minerais – CFEM	1.797.858.77,72	1.519.001.456,17	18,36
Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral – TAH	79.906.124,94	65.479.790,28	22,03
Multas previstas na Legislação Mineral	14.900.878,34	10.868.940,45	37,10
Certificação e Homologação da Atividade Mineral	5.715.164,97	4.413.294,46	29,50
Serviço de Cadastro da Atividade Mineral	13.261.804,53	12.232.322,47	8,42
Serviço Inspeção e Fiscalização	1.752.589,53	1.226.172,23	42,93
Compras e Publicações	75.269,61	142.699,27	- 47,25
Parcelamentos Cancelados	1.665.802,16	1.279.100,54	30,23
Total R\$	1.915.136.391,80	1.614.643.775,87	18,61

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

O Quadro 24 exibe uma comparação entre o arrecadado em 2015 e em 2016. Nota-se que predominou uma variação positiva, com exceção da receita “compras e publicações”. Destacaram-se as receitas “multa” e “serviço de inspeção e fiscalização”, o que provavelmente é consequência de um esforço maior do DNPM na fiscalização, sobretudo da lavra.

QUADRO 25. - Recuperação de passivos (2016 x 2015)

Receitas	2016	2015	Δ%
CFEM1	404.737.875,13	121.334.579,84	233,57
TAH1	5.017.777,96	2.266.048,24	121,43
Multa1	1.959.048,53	1.677.118,77	16,81
Vistoria1	622.900,06	320.676,81	94,25
PROJUR2	4.634.241,45	3.167.207,79	46,32
Total	416.971.843,13	128.765.631,45	223,82

Notas: (1) valores arrecadados antes da inscrição em dívida ativa por receita. (2) valores arrecadados após a inscrição em dívida ativa agregando cobranças de todas as receitas. Fonte: DNPM

Outro importante fator de explicação para o resultado da arrecadação encontra-se na intensidade da recuperação de passivos, cujo desempenho mais notável coube à CFEM, seguida pela TAH, conforme observado no QUADRO 25. - Recuperação de passivos (2016 x 2015).

Não fosse pela recuperação de passivos, a arrecadação da CFEM em 2016 seria praticamente a mesma de 2015, algo que reflete o momento econômico do país.

QUADRO 26. - Atos praticados nas cobranças (2016 x 2015)

Anos	Autos	Imposições	Nulidades	Encaminhamentos para inscrição em dívida ativa	Notificações	Anos	Autos	Imposições	Nulidades
2016	13.575	11.025	3.390	7.392	3.729	7.669	384	561	12.343
2015	10.697	6.692	2.039	8.980	1.934	5.487	279	1.018	8.718
Δ%	26,90	64,75	66,26	- 17,68	92,81	39,77	37,63	- 44,89	41,58

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios (DIPAR).

Apesar do crescimento no montante auferido, ver Quadro 26, o volume de fiscalizações CFEM caiu quase pela metade em um ano devido à indisponibilidade de técnicos e ao acúmulo de cobranças pendentes de análise de defesa e/ou recurso. Os atos relacionados exclusivamente à cobrança das receitas TAH e Multas cresceram razoavelmente e ajudam a explicar o comportamento da arrecadação, isto é, ao esforço institucional correspondeu uma melhora tangível.

Por outro lado, a queda no número de encaminhamentos para a dívida ativa pode ser interpretada como um reflexo da menor inadimplência na qual implica a forte recuperação de passivos já mencionada.

QUADRO 27. - Inscrições no CADIN (2016 x 2015)

Receitas	2016		2015		Δ%	
	R\$	Qde. CPF/CNPJ	R\$	Qde. CPF/CNPJ	R\$	Qde. CPF/CNPJ
CFEM ¹	151.821.337,98	261	67.242.189,54	176	125,78	48,30
TAH ¹	3.756.610,28	470	2.807.382,49	453	33,81	3,75
Multa ¹	4.560.677,40	846	4.040.996,42	784	12,86	7,91
Vistoria ¹	25.159,88	30	17.523,47	18	43,58	66,67
PROJUR ²	5.620.834,67	238	11.005.015,01	201	- 48,92	18,41
Total ³	165.784.620,21	1.845	85.113.106,93	1.632	94,78	13,05

Notas: (1) valores históricos antes da inscrição em dívida ativa por receita. (2) valores históricos após a inscrição em dívida ativa agregando cobranças de mais de uma receita em uma mesma cobrança. (3) o total de inscritos não corresponde à soma do total por receita porque um mesmo CPF ou CNPJ pode ser incluído por conta de mais de um débito simultaneamente. Fonte: DNPM.

Culmina com a inscrição no CADIN, ver Quadro 27, a parte em que a DIPAR colabora com a recuperação de créditos do DNPM (da inscrição em dívida ativa em diante é com a Procuradoria Federal). Houve vultoso crescimento na quantidade de inscritos, bem como nos valores. A exceção da “receita PROJUR” decorre da redução do número de processos assim classificados (todos já com mais de uma década) ainda não pagos.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das Estruturas de Governança

A estrutura de governança da Autarquia é composta pelas instâncias interna de governança (Alta Administração), interna de apoio a governança (Auditoria Interna, comitês de apoio a governanças, Sistema de Correição e Ouvidoria), pela gestão tática (Diretorias Finalísticas) e pela gestão operacional (Superintendências).

A Alta Administração do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é representada por um Diretor-Geral e cinco Diretores que analisam e decidem as matérias de competência da Autarquia, competências essas que são gerenciadas por repartições horizontalizadas, compostas pela Sede, 25 Unidades Regionais, denominadas Superintendências, 07 Escritórios, 01 Museu de Ciência da Terra que atuam de forma descentralizada.

A instância interna de governança da Unidade é constituída pela alta Administração. Não constam da estrutura do DNPM conselho de administração, conselho fiscal e comitê de auditoria.

O Regimento Interno do DNPM prevê como instância consultiva, um Comitê de Gestão Estratégica, presidido pelo Diretor-Geral e integrado pelos titulares das Diretorias, das Superintendências, do Gabinete, da Auditoria Interna e da Procuradoria Jurídica, bem como pelos assessores do Diretor-Geral objetivando a formulação e o acompanhamento do plano de gestão estratégica da autarquia, com a definição de diretrizes para a operacionalização das políticas de gestão da produção mineral e a proposição de normas para o setor.

Na instância interna de apoio a governança, inclui a Auditoria Interna, instituída pelo Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. Órgão Seccional vinculado à Diretoria - Geral, tem competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011. Também, regulamentada, conforme Regulamento Interno aprovado mediante Portaria nº 07/DNPM, de 15 de janeiro de 2014. Diretamente subordinada a Diretoria Geral, cujas atribuições e competências estão descritas neste relatório, competindo-lhe complementarmente, exames de conformidade das normas vigentes dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de recursos humanos, bem como, quando determinado pelo Diretor-Geral, a verificação da adequação entre os meios empregados e os resultados alcançados.

Inclui também a Unidade de Correição Secional, competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011, responsável pelo planejamento, direção, orientação, supervisão, avaliação e controle das atividades de correição, cujo detalhamento consta do item específico que trata do Sistema de Correição.

Destaca-se a existência da Unidade de Ouvidoria, também com competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011, responsável, dentre outros, por recepcionar e encaminhar as reclamações, denúncias, representações e sugestões relacionadas às atividades da Unidade. Com maior nível de detalhamento de suas competências na parte específica, que trata das questões de Ouvidoria.

Em apoio à governança o Comitê de Gestão do Conhecimento (CGC) instituído por meio da Portaria nº 268 / DIRE, de 05 de julho de 2013, em conformidade com a lei 8.112/90, tem como objetivo principal, assessorar o Diretor Geral do DNPM na plena execução do Plano Anual de Capacitação do DNPM, em todos os seus objetivos gerais e específicos, incluindo o auxílio no levantamento e diagnóstico quanto às necessidades de capacitação dos servidores do DNPM e na elaboração do Cronograma Anual de Eventos e Ofertas de Cursos, bem como conceder Gratificação de Qualificação dos servidores da Autarquia.

E o Comitê de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento do DNPM, instituído conforme Portaria nº 396 de 23 de setembro de 2014, tem como objetivo caráter consultivo-deliberativo tem dentre suas competências, garantir o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação às diretrizes estratégicas do Departamento Nacional de Produção Mineral, deliberar acerca das políticas, diretrizes, planos e processos para aquisição, desenvolvimento e gestão dos recursos de tecnologia da informação.

Por fim, como instância externa de governança, responsável pela fiscalização e pelo controle, o Tribunal de Contas da União – TCU.

3.2 Informações sobre os Dirigentes e Colegiados

Com a edição do Decreto nº 7.092/2010, o qual aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissões, das funções gratificadas e funções comissionadas, o DNPM passou a ter em seu quadro além dos cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superior – DAS, as Funções Comissionadas do DNPM - FCDNPM e as Funções Gratificadas FG.

Os cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior – DAS, são cargos de ocupação transitória, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento; os seus titulares são nomeados em função da relação de confiança que existe entre eles e a autoridade responsável por sua designação.

Especificamente em relação à nomeação dos Diretores e Superintendentes Regionais é uma competência privativa do Presidente da República, conforme art. 84, XXV, da Constituição de 1988, visto tratar-se de uma Autarquia Federal, ocorre mediante indicação do Ministro de Minas e Energia.

3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna - AUDIN do DNPM foi criada pelo Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. Órgão Seccional vinculado à Diretoria - Geral, tem competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011.

Em caráter complementar, regulamentada, conforme Regulamento Interno aprovado mediante Portaria nº 07/DNPM, de 15 de janeiro de 2014, em atendimento as recomendações exaradas no Relatório que fundamentou o Acórdão nº TCU 577/2010- Plenário.

3.3.1 Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades descentralizadas.

Para as atividades a serem desenvolvidas são estabelecidas prioridades, dimensionando e racionalizando tempo ao nível da capacidade instalada, em termos de recursos humanos e materiais.

No processo de hierarquização dos projetos/atividades, são avaliados os riscos das atividades a serem auditadas, a vulnerabilidade pertinente a cada uma delas e sua importância relativa.

O critério utilizado para priorização das atividades da Unidade de Auditoria Interna prevê a avaliação do risco da Unidade por meio de pontuação para cada processo/atividade passíveis de serem auditados, onde são atribuídos peso a cada variável, considerando sub variáveis; calculada a importância de cada processo; e estabelecido critério de definição das auditorias prioritárias.

O processo é dividido em etapas onde são identificadas todas atividades exercidas pela Unidade, o perfil das atividades e avaliação dos riscos correspondentes a cada uma delas.

Para tanto são elencadas todas as áreas de negócio e/ou macroprocessos da Unidade, passíveis de serem auditados, após a priorização das áreas de negócio, são relacionados e selecionados os processos/atividades relacionados a cada área de negócio e/ou macroprocessos.

Mediante a seleção dos processos/atividades, são selecionadas as Unidades Administrativas, a serem avaliadas, observando os mesmos critérios adotados na priorização das atividades.

Após a priorização das atividades e das Unidades Administrativas, é então elaborado o programa de auditoria, denominado Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, conforme disposto na IN CGU 24/2015.

3.3.2 Informações quantitativas e qualitativas referentes as áreas de negócios objeto das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício.

No exercício de 2016, já observados os créditos suplementares, o Departamento Nacional de Produção Mineral geriu um orçamento global na ordem de R\$ 478.037.954, sendo que dos recursos destinados a despesas de capital, o montante de R\$ 159.521.015 foi consignado em reserva de contingência. Dessa forma, pode-se afirmar que os recursos autorizados totalizaram a cifra de R\$ 318.516.939 dos quais foram empenhados e liquidados 73,20%.

No programa Temático 2041- Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral, a Autarquia participou por meio dos objetivos 0032, 0046, 0481, representando uma dotação de R\$ 5.520.478, da qual foi empenhado o valor de R\$ 4.328.843 e liquidado o valor de R\$ 2.870.250, correspondendo a uma execução de cerca de 78,41% do orçamento inicialmente previsto.

No Programa 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia, está inserido todas as ações de sustentação das atividades da Autarquia, incluindo as ações de Pagamento de Pessoal e Benefícios dos Servidores, as Ações de Reforma e Aquisição e também a Administração da Unidade que se configura como a ação responsável por custear todas as despesas de funcionamento da Autarquia no Brasil.

A dotação final foi de R\$ 270.242.679 as despesas empenhadas e liquidadas somaram R\$ 246.301.296, o total pago foi de R\$ 178.405.799, perfazendo 66,01% do orçamento inicialmente previsto.

3.3.3 Execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliações comparativas entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas.

Foram realizados 14 (quatorze) projetos, sendo 01 (um) projeto vinculado à missão institucional da Autarquia, 03 (três) projetos vinculados às ações de monitoramento e ao atendimento de demanda externa, proveniente da CGU e TCU, 04 (quatro) projetos relativos às disposições contidas na legislação, 06 (seis) projetos relativos à avaliação da Gestão Administrativa da Autarquia.

Usando os quantitativos de horas planejadas para execução dos trabalhos como critério para o cálculo do peso de cada auditoria em relação ao total de auditorias do PAINTE/2016 do DNPM, a execução foi de 100% relativos às HH.

Foram realizadas auditorias nas Unidades Administrativas, DNPM/Sede e Superintendências Regionais nos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Norte, culminando com a emissão de 11 (onze) Relatórios de Auditoria, contendo o resultado das avaliações, dentre os quais destacam-se os mais relevantes e as principais constatações:

Auditoria de Gestão – Convênios e Subvenções

Finalidade: Avaliação da regularidade das transferências mediante convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de cooperação, termos de compromisso ou outros acordos e ajustes de instrumentos congêneres.

Constatações:

- Inconsistências na prestação de contas apresentada;
- Ausência da apresentação da prestação de contas final;
- Ausência de acompanhamento e validação dos produtos apresentados.

Auditoria de Gestão – Gestão Patrimonial

Finalidade: Avaliação da gestão do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade do DNPM.

Constatações:

- Imóveis cedidos sem cadastro no SPIUNET e SIAFI;
- Inconsistências nos dados dos imóveis locados de terceiros no SPIUNET;
- Imóveis locados de terceiros com prazo de avaliações vencido;
- Imóveis próprios com prazo de avaliações vencido;
- Dados divergentes e/ou desatualizados no SPIUNET.

Auditoria de Gestão - CPGF

Finalidade: Avaliação das concessões de suprimento de fundos nas superintendências de MG, MT e DNPM/SEDE.

Constatações:

- Instrução processual inadequada;
- Ausência de campo no formulário de Solicitação e Concessão de Suprimento de Fundos para justificar a excepcionalidade da despesa;
- Ausência de consulta ao almoxarifado acerca da existência de material;
- Não utilização do formulário de prestação de contas exigido nos normativos;
- Ausência da fatura;
- Nota fiscal emitida fora do prazo de concessão do Suprimento de Fundos.

Auditoria de Gestão – Gestão de Pessoas

Finalidade: Avaliação dos atos de gestão praticados pela área de Recursos Humanos no que tange à remuneração, cessão, aposentadorias, pensões e admissões de servidores.

Constatações:

- Ausência de documentação nas pastas funcionais

Auditoria de Gestão - Processos Licitatórios

Finalidade: Avaliação da regularidade dos processos licitatórios nas aquisições de Superintendências da BA, RN e DNPM/SEDE.

Constatações:

- Propostas não originais e sem assinatura do fornecedor e servidor;
- Ausência da descrição do inciso que justifica a dispensa (art. 24);
- Pesquisa de mercado incompleta;
- Especificações técnicas do produto rasuradas;
- Ausência de comprovação de recursos orçamentários para as aquisições;
- Requerimentos sem assinatura do servidor;
- Não apresentação de justificativa para escolha da empresa executora, na modalidade contratação direta;
- Notas fiscais preenchidas com a razão social incorreta.

Auditoria de Gestão – Gestão de TI

Finalidade: Avaliação da gestão de TI nos aspectos relacionados ao planejamento, perfil dos recursos humanos e salvaguarda da informação.

Constatações:

- Fragilidades na Atuação do Comitê Estratégico de TI;
- Insuficiência da Força de Trabalho;

- Falta de capacitação da força de trabalho.

Em decorrência dos trabalhos realizados foram formuladas pela Auditoria Interna, 39 (trinta e nove) proposições/recomendações, de caráter operacionais e estruturantes, das quais 33 (trinta e três) foram atendidas, 06 (seis) encontram-se em fase de implementação

3.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O Decreto nº 7.092/2010, que alterou a estrutura regimental do DNPM, instituiu uma Unidade Seccional de Corregedoria, com competência e prerrogativas próprias das unidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal em consonância com as determinações legais. No ano de 2016, a unidade autuou 60 processos referentes às denúncias em 16 (dezesesseis) Unidades Estaduais, conforme descritos abaixo:

- Processo Administrativo Disciplinar-PAD = 01
- Sindicância - 07
- Investigação Preliminar = 48
- Termo Circunstanciado Administrativo-TCA = 03

Atentando-se à obrigatoriedade de sua utilização pelos órgãos e entidades vinculados ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, estabelecida pela Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, o DNPM aderiu ao gerenciamento das informações sobre processos disciplinares, tendo incluído no sistema CGU-PAD, todos os processos disciplinares desde a sua criação como autarquia em 1994. Quanto à regularidade de alimentação do referido sistema, a Corregedoria vem atendendo aos prazos estabelecidos no Parágrafo III, do artigo 1º da Portaria acima mencionada.

Em vigor desde 1º de julho de 2013, a Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses), criou mecanismos para que o servidor ou empregado público federal previna possíveis conflitos de interesses e resguarde informações privilegiadas. Para agilizar a comunicação entre o agente público e o Governo Federal no âmbito da nova lei, a Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu o SeCI - Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses. O SeCI, que permite ao servidor ou empregado público federal fazer consultas e pedir autorização para exercer atividade privada. A Corregedoria Seccional do DNPM tem atuado como administrador deste sistema tendo atendido a 04 consultas, 2 autorizações e 2 encaminhamentos a CGU.

No ano de 2016, a unidade autuou 60 processos referentes às denúncias em 16 (dezesseis) Unidades Estaduais, conforme descritos abaixo:

- Rito Sumário = 01 (em fase de conclusão)
- Processo Administrativo Disciplinar-PAD = 01 – (concluído pelo arquivamento)
- Sindicância - 07
- Termo Circunstanciado Administrativo-TCA = 03
- Investigação Preliminar = 48

3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

O modelo de planejamento e gestão estratégica tem suas diretrizes básicas estabelecidas no Regimento Interno, com a previsão como instância consultiva, o Comitê de Gestão Estratégica, presidido pelo Diretor-Geral e integrado pelos titulares das Diretorias, das Superintendências, do Gabinete, da Auditoria Interna e da Procuradoria Jurídica, bem como pelos assessores do Diretor-Geral objetivando a formulação e o acompanhamento do plano de gestão estratégica da autarquia, com a definição de diretrizes para a operacionalização das políticas de gestão da produção mineral e a proposição de normas para o setor.

Destacamos que na definição formal dos macroprocessos decisórios da Unidade, não há clareza no fluxo de trabalho, com o encadeamento das atividades e das responsabilidades. Não há a identificação dos processos críticos para definição dos objetivos e metas da Unidade, bem como, do diagnóstico de risco envolvido nos processos estratégicos, nem a definição e riscos operacionais, de informação e de conformidade.

Apesar de ter objetivos e metas da Autarquia em diversos documentos, não é prática o diagnóstico e tratamento sistemático de riscos. Cumpre destacar que a Unidade dispõe de procedimentos de controle, no entanto não com a abrangência e razoabilidade necessária para mitigar os riscos de não atingimento dos objetivos estabelecidos para instituição.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

QUADRO 28. - Força de Trabalho do DNPM

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1211	921	00	42
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		36	00	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1211	921	00	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		35	00	
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	01	00	
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública (DAS)	47	40	00	
4. Total de Servidores (1+2+3)	1258	997	00	

Fonte: DNPM

QUADRO 29. - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	453	544
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	453	544
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	442	479
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	35
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	01
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública (DAS)	11	29
4. Total de Servidores (1+2+3)	453	544

Fonte:DNPM

QUADRO 30. - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do DNPM

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	47	40		
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	47	40		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00		

1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	00	00		
1.2.4. Sem Vínculo	00	00		
1.2.5. Aposentados	00	414		
2. Funções Gratificadas	332	305		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	332	305		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	35		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	00	00		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	779	830		

Seguindo a terminologia, não foram contabilizadas as 214 funções comissionadas (FCDNPM) autorizadas. Sendo que dessas 214, 207 funções estão ocupadas efetivamente. Ao consultar o SIAPE na fonte citada foram trazidas 119 funções gratificadas (FG), sendo que 01 consta como não distribuídas, 107 como efetivamente ocupadas e 11 vagas. Fonte:DNPM

A quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades das unidades mantém a condição de insuficiente. Tal situação vem se agravando com as aposentadorias dos servidores do Plano Especial de Cargos -PEC. Uma vez que não há cadastro de reserva a ser gerido pela autarquia, o impacto das aposentadorias sobre a força de trabalho disponível, significará uma relevante perda da força de trabalho.

Observa-se que, dentre estes que se encontram em abono de permanência, existe a grande tendência à aposentadoria imediata em razão das previsões de reforma previdenciária, as quais causam grande insegurança jurídica aos servidores, pela seguinte situação:

- É fato conhecido que a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 241 tende a alcançar os atuais e futuros beneficiários.
- No caso do servidor público, seriam afetados os benefícios pela atual regra de transição, aqueles que ainda exercem o direito à paridade e integralidade na aposentadoria. Pela proposta da revisão previdenciária, supõe-se que estes servidores públicos perderão esse direito, além de também terem que contribuir com alíquota maior e permanecer mais tempo em atividade, mesmo que haja nova regra de transição em relação ao tempo que falta para aposentaria.
- Este é o cenário dos 316 servidores da autarquia que se encontram aptos a se aposentarem a qualquer momento.
- A PEC 241, como se vê, constitui-se numa espécie de gatilho para a requisição de novas aposentadorias na autarquia.

Ressalte-se ainda que se encontra em tramitação, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a Proposta de Emenda à Constituição 139/2015, que extingue o abono de permanência para o servidor público que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade. A aprovação desta PEC acarretaria a aposentadoria imediata dos 316 servidores supramencionados.

O art. 33 da Lei nº 8.112/90, prevê que a vacância do cargo público decorrerá de exoneração, demissão, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.

Considerando estas diretrizes, em dados atuais e atualizados do DNPM, no interstício de fevereiro de 2016 a novembro 2016, tem-se um egresso de 41 servidores, seja por exoneração/vacância, ou aposentadoria/falecimento, como se constata no quadro abaixo:

QUADRO 31. - Egressos 2016

Mês /Ano	PEC (cargos ocupados) *	Carreira (cargos ocupados) *	Total de cargos ocupados
Fevereiro/2016	535	450	985
Novembro/2016	500**	444*	944
Egresso – fevereiro a novembro	35 aposentadorias	06 exonerações, vacâncias ou falecimento	41

Fonte:DNPM

Destaque-se que, do número de 944 cargos ocupados no DNPM atualmente, 33,47% encontram-se em usufruto do abono de permanência com propensão à solicitação de aposentadoria nos próximos meses pelas razões expostas acima.

4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

QUADRO 32. - Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis			Total	
		Retribuições	Indenizações	Demais Despesas Variáveis		
SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADOS AO ÓRGÃO DA UNIDADE						
Exercícios	2016	73.359.275,81	58.910.625,83	12.472.831,88	20.943.649,86	165.686.383,38
	2015	71.307.050,50	58.910.625,83	12.133.864,01	20.924.291,53	163.275.831,87

Fonte: DNPM

Está em tramitação, no Ministério de Minas e Energia, o Processo nº 48400-001539/2015-94, que solicita a autorização para realização de concurso público para provimento de cargos efetivos. Os autos retornaram para o DNPM a fim de que fossem atendidos os critérios do Decreto nº 6.944/09, que dispõem sobre normas gerais relativas a concursos públicos, mais especificamente ao art. 2º.

Assim, buscou-se junto às diretorias finalísticas justificativas para a solicitação de pessoal alinhadas à apuração das metas inseridas no PPA - 2016/2019. Realizou-se a revisão do material a fim de que fossem atendidas as exigências legais de modo a fundamentar o pedido de concurso público para o ano de 2017.

Neste trabalho, ficou demonstrado o impacto do não atendimento da demanda solicitada (admissão de pessoal) no cumprimento dos macroprocessos e metas previstas no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 do DNPM-MME.

Apurou-se junto às diretorias um déficit de servidores frente às atribuições regimentais e um passivo gerado, destacando-se a relevância dos acontecimentos marcantes para a mineração no ano de 2015 e o aumento substancial das demandas junto ao DNPM. Este estudo está em fase de finalização para reenvio ao MME com vistas ao Ministério do Planejamento.

Através do levantamento de necessidade de pessoal foi apurado o quantitativo necessário, que está além das vagas apuradas dentro dos limites legais.

Soma-se a tudo isso os indicadores apresentados, os quais são solicitados pela alta administração para auxiliar na tomada de decisão quanto à: afastamentos, concurso público, realocação de pessoal.

Os indicadores de pessoal são sinalizadores da realidade sentida pela instituição: baixo número de servidores para atender as atribuições dos diversos setores e a expectativa do impacto das futuras aposentadorias (percentual de servidores com abono), e evasão dos contratados nos últimos concursos. Além destes, o per capita da capacitação.

Por oportuno, outra situação que tem trazido impacto na gestão de pessoal, especialmente nas unidades do DNPM MG e DNPM ES. Trata-se dos empregados públicos anistiados.

O DNPM recebeu em 2010 a incumbência da gestão de empregados anistiados oriundos das extintas Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Brasileira de Projetos Industriais. O quantitativo de empregados geridos pelo DNPM, em 2014, era de 664 funcionários que passaram a fazer parte do quadro em extinção da Autarquia, embora com exercício em outras instituições.

A administração do DNPM não estava preparada para assumir tal responsabilidade, em virtude de não contar em seus quadros com equipe experiente em CLT, uma vez que o regime próprio da autarquia é o RJU. Para a realização das ações pertinentes ao ingresso de tais funcionários no DNPM, foi constituído um Grupo de Trabalho e providenciado um curso de capacitação que abrangeu, além de seus membros, outros servidores da Coordenação de Recursos Humanos que atuavam na área de administração de pessoal.

O trabalho em questão vem sendo realizado, no entanto, é considerado precário, pois, os servidores envolvidos com a atividade não contam com um setor de normas para auxiliar na aplicação da legislação. Apesar da continuidade do trabalho, no decurso do tempo, não houve

a absorção suficiente, pelos servidores, de conhecimento pertinente ao regime da CLT, para o amplo volume de informações nos casos mais diversos que se apresentam.

Os envolvidos na rotina do trabalho carecem da segurança jurídica necessária e condicional para o trabalho. Atualmente, devido à licença maternidade de uma servidora, apenas um empregado público, na Sede, trata destas questões.

Como a maioria dos colaboradores anistiados está com idade avançada e possui formação acadêmica e perfil profissional divergente da necessidade da autarquia, a sua absorção para a redução dos impactos de aposentadorias dos servidores do DNPM é praticamente impossível. Esta informação faz-se necessária devido ao fato de os órgãos de controle e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contarem esta mão-de-obra como efetiva do DNPM.

No Quadro abaixo, o quantitativo atual de empregados geridos pelo DNPM, com destaque para as unidades regionais de Minas Gerais e Espírito Santo:

QUADRO 33. - Empregados Geridos pelo DNPM

ESTADO	GERIDOS PELO DNPM	EM EXERCÍCIO NO DNPM
BAHIA	2	0
BRASÍLIA	11	2
CEARÁ	1	0
ESPÍRITO SANTO	255	30
MINAS GERAIS	331	11
PARÁ	18	8
PIAUI	1	0
RIO DE JANEIRO	51	5
SANTA CATARINA	2	0
PARANÁ	1	0
TOTAL GERAL:	673	
EM EXERCÍCIO NO DNPM:		56
CEDIDOS GERIDOS PELO DNPM:		617

Fonte: DNPM

Foram realizadas, ações voltadas para capacitação, inclusive revisão das normas. Em relação à Capacitação, o objetivo para o exercício de 2016 foi a elaboração e execução do Calendário Anual de Capacitação, o qual foi devidamente elaborado e disponibilizado na intranet, tendo como base o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) 2014-2015.

No entanto, por motivo de conveniência e necessidade, em função da implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) na autarquia, foram priorizados os cursos de introdução a estes sistemas, a execução

do edital de pós-graduação para o exercício de 2016 e outros cursos com relevância para as atividades do DNPM.

A representatividade da execução de ações, fazendo uso do recurso de R\$ 600.000,00, com prioridade à capacitação, está exposta nos quadros a seguir:

QUADRO 34. - Capacitação 2016

CAPACITAÇÃO 2016			
CURSO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	CAPACITADOS	FORMA DE EXECUÇÃO
SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	SUPERINTENDÊNCIAS	325	Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC
SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	SEDE	13	Sem despesas com instrutores
SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	DIRIGENTES	10	Sem despesas com instrutores
SEGURANÇA DE BARRAGENS	SUPERINTENDÊNCIA MG	19	Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC
SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS (SIADS)	BRASÍLIA	26	Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC
48º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA	PORTO ALEGRE	10	Contratação por inexigibilidade
24º CONGRESSO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO	RIO DE JANEIRO	48	Com ônus limitado para a autarquia
DEMANDAS INDIVIDUAIS	DIVERSOS	85	Com ônus para a autarquia
PÓS-GRAUDAÇÃO COM AFASTAMENTO	DIVERSOS	11	Com ônus e ônus limitado para a autarquia
DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE COMPETÊNCIAS DA COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	BRASILIA	23	Com ônus limitado para a autarquia
Total de servidores capacitados		570	

Fonte: DNPM

Verifica-se que, para otimização do custo x benefício, a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC é uma excelente ferramenta para a execução das capacitações no DNPM, no entanto, requer regulamentação mais criteriosa para facilitar e justificar a escolha dos instrutores.

Para tanto, já existe uma minuta de orientação normativa que trata da regulamentação de diversos assuntos que constam na Portaria nº 178/2015, inclusive a GECC. Este documento encontra-se em fase de revisão.

4.1.3 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

QUADRO 35. - Contratação de Pessoal de Apoio

Unidade Contratante						
Nome : Departamento Nacional de Produção Mineral/Sede						
UG/Gestão: 323002/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
		(CNPJ)	Início	Fim		
2016	Apoio Administrativo.	20.204.491/0001-08	01/02/2016	31/01/2018	Nível Médio	A
2016	Apoio Administrativo.	02.853.446/0001-94	01/04/2016	31/03/2017	Nível Fundamental	A
2016	Apoio Administrativo.	10.869.440/0001-33	01/07/2016	30/06/2017	Nível Médio	A
2016	Apoio Administrativo.	01.493.280/0001-80	19/09/2016	18/09/2017	Nível Superior e Médio	A
2015	Limpeza e Conservação	00.478.727/0001-89	27/05/2015	26/05/2017	Nível Fundamental	A
2015	Apoio Administrativo.	03.591.209/0001-44	01/12/2015	30/11/2017	Nível Fundamental	A
2013	Apoio Administrativo.	37.057.387/0001-22	02/01/2013	01/01/2018	Nível Médio	A
2012	Apoio Administrativo.	01.708.458/0001-62	29/08/2012	28/08/2017	Nível Fundamental	A
2014	Vigilância e Segurança	08.931.820/0002-90	30/12/2014	30/12/2017	Nível Médio	A

Fonte: SIAFI e Processos DNPM n°s 48400.700440/2016, 48400.000526/2015, 48400.001.031/2015, 48400.000509/2015, 48400.000.584/2016, 48400.000.851/2014, 48400.000.935/2015, 48400.001.432/2012, 48400.000.804/2012 e 48400.001.651/201.

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/AL						
UG/Gestão: 323027/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza e Conservação	18.301.321/0001-91	22/04/2014	23/04/2017	Nível Fundamental	A

Fonte: Superintendência do DNPM / AL

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/AM						
UG/Gestão: 323010/32263						
Informações sobre os Contratos:						

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Vigilância e Segurança	02.103.266/0001-95	28/10/2013	27/10/2014	Sem exigência	P
2016	Limpeza e Conservação	05.281.484/0001-08	28/01/2016	31/10/2016	Sem exigência	E
2016	Serviços de conservação e limpeza	09.540.692/0001-35	01/11/2016	31/10/2017	Sem exigência	A

Fonte: SICON

Unidade Contratante:						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/AP.						
UG/Gestão: 323018/32263.						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Apoio Administrativo.	04.878.794/0001-41	23/03/2016	23/03/2017	Nível Superior e Médio	A
2014	Limpeza e Conservação	13.714.479/0001-70	27/01/2016	27/01/2017	Nível médio e Fundamental	E
2016	Vigilância e Segurança	09.500.531./0001-18	01/04/2016	31/12/2016	Nível médio e Fundamental	E

Fonte: SIASG

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/BA						
UG/Gestão: 323009 / 32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Apoio Administrativo.	10.297.311/001-18	26/10/2016	25/10/2017	Nível Médio, Nível Técnico	A
2015	Limpeza e Conservação	06.364.275/0001-44	16/03/2016	15/03/2017	Nível Fundamental	A
2013	Vigilância e Segurança	01.785.444/0001-42	01/10/2016	30/09/2017	Nível Técnico	A

Fonte: DGA - Bahia

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO/CE						
UG/Gestão: 323012/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das		Nível de escolaridade mínimo exigido	Sit.

			Atividades Contratadas		dos trabalhadores contratados	
			Início	Fim		
2015	Vigilância e Segurança	86.960.598/0001-86	02/05/2016	01/05/2017	Nível Fundamental	A

Fonte: SeOF/DNPM/CE

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/ES						
UG/Gestão: 323022/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Vigilância e Segurança	05.014.372/0003-52	31/10/2016	30/10/2017	Nível Médio	A
2016	Limpeza e Conservação	13.729.411/0001-64	22/03/2016	21/03/2017	Nível Médio	A

Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/ES

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/GO						
UG/Gestão:323008/32263						
Informações sobre os Contratos: CONTRATO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO/APOIO ADMINISTRATIVO/VIGILÂNCIA ARMADA						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Limpeza e Conservação	10.999.557/0001-31	01/07/2011	30/06/2017	Sem exigência	A
2016	Apoio Administrativo.	41.305.228/0001-77	01/04/2016	31/03/2017	Nível Médio	A
2013	Vigilância e Segurança	01.160.949/0001-11	02/10/2013	01/10/2017	Sem exigência	A

Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/GO

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/MA						
UG/GESTÃO:323024/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Vigilância e Segurança	10.325.594/0001-64	15/04/2016	14/04/2017	Nível Médio	A
2016	Limpeza e Conservação	05.206.485/0001-98	13/07/2016	12/07/2016	Nível Médio	A
2016	Apoio Administrativo.	07.830.6880001-86	07/12/2016	06//12/2017	Nível Médio	A

Fonte: SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/MA

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/MG						

UG/Gestão: 323005/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Apoio Administrativo.	00.385.735/0001-80	01/06/2016	01/06/2017	Nível Médio	A
2016	Vigilância e Segurança	06.311.787/0001-99	23/02/2016	23/02/2018	Nível Fundamental	A
2014	Limpeza e Conservação	15.312.517/0001-93	01/09/2014	01/09/2017	Nível Fundamental	A

Fonte: SUPERINTENDENCIA DO DNPM/MG

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/MS						
UG/Gestão: 323025/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Vigilância e Segurança	13.451.078/0001-74	25/07/2016	31/12/2016	Nível Médio	E
2014	Apoio Administrativo.	11.824.188/0001-09	02/06/2016	01/06/2017	Nível Médio	A
2014	Limpeza e Conservação	13.821.804/0001-01	01/01/2016	29/07/2016	Nível Fundamental	A
2016	Limpeza e Conservação	05.942.979/0001-16	01/08/2016	31/07/2017	Nível Fundamental	A

Fonte: Serviço de Gestão Administrativa

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/MT						
UG/Gestão: 323014/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Limpeza e Conservação	10732146/0001-85	01/01/2016	31/01/2016	Nível Fundamental	A
2010	Vigilância e Segurança	06236934/0001-03	01/01/2016	31/01/2016	Nível Fundamental	A
2014	Apoio Administrativo.	07229980/0001-48	01/01/2016	30/04/2016	Nível Fundamental	A
2016	Apoio Administrativo.	22157297/0001-36	01/01/2016	31/12/2016	Nível Fundamental	A
2015	Apoio Administrativo	21250438/0001-06	01/02/2016	31/12/2016	Nível Fundamental	A

Fonte: Processos Administrativos n°s 48418-966.909/2010-97 (L), 48412-966.709/2010-50 (V), 48412-966.070/2014-11 (R), 48412-966257/2016-86 (R) e 48412-966487/2015-64.

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/PA						
UG/Gestão: 323007/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Apoio Administrativo.	14.109.263/0001-48	15/06/2016	14/06/2017	-	A
2016	Vigilância e Segurança	04.113.174/0001-11	05/04/2016	04/04/2017	-	A
2016	Apoio Administrativo.	04.759.782/0001-06	16/11/2016	15/11/2017	-	A
2016	Apoio Administrativo.	10.450.194/0001-80	05/04/2017	04/02/2018	Nível Médio	A
2014	Apoio Administrativo.	19.362.299/0001-52	17/10/2016	16/10/2017	Nível Médio	A
2014	Apoio Administrativo.	13.258.951/0001-07	05/02/2017	04/02/2018	Nível Superior	A
2015	Limpeza e Conservação	17.156.351/0001-99	26/11/2016	25/11/2017	-	A
2015	Apoio Administrativo.	03.506.307/0001-57	28/05/2016	27/05/2017	-	A

Fonte: : Superintendência do DNPM/PA

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/PB						
UG/Gestão: 323017/32263						
Informações sobre os Contratos: Contratos de Limpeza e Conservação, Apoio Administrativo.						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Limpeza e Conservação	15.120.825/0001-17	11/03/2017	10/03/2018	Nível Fundamental	A
2015	Apoio Administrativo.	08.243.787/0001-24	16/06/2016	15/06/2017	Nível Médio	A

Fonte: Serviço de Gestão Administrativa

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/PE						
UG/Gestão: 323006/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Limpeza e Conservação	00.323.090/0001-51	01/12/2016	30/11/2021	Nível Fundamental	A

2014	Vigilância e Segurança	11.808.559/0001-69	01/09/2014	31/08/2018	Nível Médio	A
------	------------------------	--------------------	------------	------------	-------------	---

Fonte: Superintendência do DNPM - PE

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/PI						
UG/Gestão:323023/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Vigilância e Segurança	14.585.324/0001-43	13/04/2016	12/04/2017	Nível Médio	A
2016	Limpeza e Conservação	07.194.788/0001-63	13/04/2016	12/04/2017	Nível Médio	A

Fonte:SGA-DNPM-PI

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/PR						
UG/Gestão: 323015/32263						
Informações sobre os Contratos:						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza e Conservação	11.027.483/0001-34	21/12/15	21/12/16	Nível Médio	E
2016	Limpeza e Conservação	11.027.483/0001-34	21/12/16	21/12/17	Nível Médio	A
2015	Vigilância e Segurança	05.338.024/0001-79	08/08/15	08/08/16	Nível Médio	E
2016	Vigilância e Segurança	05.338.024/0001-79	08/08/16	08/18/17	Nível Médio	A

Fonte: DNPM/PR

Unidade Contratante:						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/RJ						
UG/Gestão: 323011/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza e Conservação	32.301.921/0001-80	27/11/2013	28/11/2017	Nível Fundamental	A
2014	Apoio Administrativo.	04.737.058/0001-73	18/02/2014	05/06/2016	Nível Médio	E
2014	Apoio Administrativo.	15.145.687/0001-20	04/12/2014	10/06/2016	Nível Fundamental	E
2014	Apoio Administrativo.	12.313.874/0001-88	16/12/2014	10/06/2016	Nível Médio	E

2015	Apoio Administrativo.	05.231.661/0001-41	12/02/2015	12/02/2018	Nível Médio	A
2016	Apoio Administrativo.	00.482.840/0001-38	12/12/2016	12/12/2017	Nível Médio	A

Fonte: DGA/DNPM-RJ

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/RN						
UG/Gestão: 323016/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Limpeza e Conservação	15.039.942/0001-50	15/08/2016	15/08/2017	-	A

Fonte: SGADM/DNPM/RN

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/RO						
UG/Gestão: 323021/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Vigilância e Segurança	10.760.842/0001-03	15/07/2012	15/07/2017	Nível Fundamental	A

Fonte: Contrato 01/2012 /SIASG

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/RR						
UG/Gestão: 323026/32263						
Informações sobre os Contratos:						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Limpeza e Conservação	10631850000141	17.05.2016	16.05.2017	Nível Fundamental	A
2012	Vigilância e Segurança	17428731017100	12.06.2012	11.06.2017	Nível Médio	A

Fonte: SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/RS						
UG/Gestão: 323003/32263						
Informações sobre os Contratos						

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Limpeza e Conservação	11.446.367/0001-50	04/07/2012	04/07/2017	Nível Fundamental	A
2014	Vigilância e Segurança	89.963.862/0001-23	29/01/2014	29/01/2018	Nível Fundamental	A

Fonte: DNPM/RS

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/SC						
UG/Gestão: 323013/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância e Segurança	03.130.750/0001-76	01/09/2015	29/02/2016	Sem exigência	E
2016	Vigilância e Segurança	03.130.750/0001-76	01/03/2016	28/02/2018	Sem exigência	A
2013	Apoio Administrativo.	03.181.576/0001/90	01/10/2013	30/09/2017	Sem exigência	A
2013	Apoio Administrativo.	03.181.576/0001/90	01/10/2013	30/09/2017	Sem exigência	A
2013	Limpeza e Conservação	04.231.640/0001-63	28/05/2013	27/05/2016	Sem exigência	E
2013	Limpeza e Conservação	04.231.640/0001-63	28/05/2013	27/05/2016	Sem exigência	E
2016	Limpeza e Conservação	04.231.640/0001-63	18/07/2016	17/07/2017	Sem exigência	A
2016	Limpeza e Conservação	04.231.640/0001-63	21/07/2016	20/07/2017	Sem exigência	A

Fonte: DNPM/SC

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/SE						
UG/Gestão:323020/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Vigilância e Segurança	11.984.678/0001-72	01/09/2016	01/09/2017	Ensino Médio Incompleto	A
2011	Limpeza e Conservação	11.718.029/0001-20	12/12/2015	12/12/2016	Nível Fundamental	A
2013	Apoio Administrativo.	14.782.495/0001-62	20/01/2016	20/01/2017	Nível Fundamental	A

Fonte:SGADM DNPM- SE

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/SP						
UG/Gestão: 323004/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Limpeza e Conservação	14490337/0001-39	04.02.2012	08.02.2017	Nível Fundamental	A
2012	Vigilância e Segurança	00435781/0002-28	25.03.2012	22.11.2016	Nível Fundamental	E
2016	Vigilância e Segurança	029837490001-21	22.11.2016	22.11.2017	Nível Fundamental	A
2016	Apoio Administrativo.	04350057/0001-71	13.12.2016	13.12.2017	Nível Médio	A

Fonte: DNPM-SP

Unidade Contratante						
Nome : SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/TO						
UG/Gestão:323019/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância e Segurança	06.088.000/0002-52	19/04/2015	18/04/2016	Nível médio	E
2016	Vigilância e Segurança	06.088.000/0002-52	19/04/2016	18/04/2017	Nível médio	A
2015	Apoio Administrativo.	05.488.891/0001-05	30/07/2015	29/07/2016	Nível médio	E
2016	Apoio Administrativo.	04.795.101/0001-57	05/09/2016	04/09/2017	Nível médio	A
2015	Limpeza e Conservação	10.495.485/0001-95	11/06/2015	10/06/2016	Nível médio	E
2016	Limpeza e Conservação	10.495.485/0001-95	11/06/2016	10/06/2017	Nível médio	A

Fonte:DNPM - TO

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, terceirização, tais como: Técnico em Secretariado, Manutenção predial, Brigadista, Motoristas, Recepcionista, Manutenção sistema de ar condicionado, Limpeza e higiene, Copeiragem, Manutenção ambiente tecnológico, Segurança armada e desarmada, inclusive os contratos de informática que tem mão de obra alocada no prédio do DNPM, atenderam ao DNPM de forma satisfatória, bem como cumpriram a legislação fiscal, previdenciária e trabalhista.

Não houve interrupção na prestação dos serviços bem como o não pagamento de verbas trabalhistas. Mensalmente todos os documentos e certidões são verificados, no mesmo momento do recebimento dos serviços/atesto.

QUADRO 36. - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes		Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	2016		
	PREVISTO	OCUPADO	
1. Nível Superior	174	102	Aproximadamente R\$ 60.000,00 mensais
1.1 Área Fim			
1.2 Área Meio			
2. Nível Médio	94	42	
2.1 Área Fim			
2.2 Área Meio			
3. Total (1+2)	268	144	

Fonte: DNPM.

A autarquia não possui um detalhamento das necessidades das áreas e dos objetivos que se espera alcançar com a atuação dos estagiários. Atualmente, as contratações de estagiários são realizadas para atender demandas não suportadas exclusivamente por servidores. Em 2016 foi realizada seleção pública, por meio de contrato firmado entre o DNPM e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), e os classificados começaram a ser convocados em março de 2017, conforme lista de classificação.

O baixo valor das bolsas na Administração Pública Federal é fator que contribui para a grande rotatividade de estagiários, o que por seu turno prejudica a análise dos resultados alcançados por essa força de trabalho. Embora sejam observados os princípios norteadores da Administração Pública, na seleção de estagiários não há uma definição institucional das competências que se esperam dos estagiários nas respectivas áreas do conhecimento, cabendo a cada supervisor definir os critérios que entende mais relevantes.

4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

QUADRO 37. - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	PROPRIETÁRIO
UF	MUNICÍPIO	EXERCÍCIO 2016	
AM	Manaus	1	DNPM
BA	Salvador	1	DNPM
DF	Brasília	1	DNPM
GO	Goiânia	1	DNPM
MA	São Luiz	1	UNIÃO
MG	Belo Horizonte	1	DNPM
MS	Campo Grande	1	UNIÃO
MT	Cuiabá	1	UNIÃO
PA	Belém	1	DNPM
PA	Itaituba	1	UNIÃO
PE	Recife	4	DNPM
PR	Curitiba	1	UNIÃO
RJ	Rio de Janeiro	5	UNIÃO
RN	Natal	1	UNIÃO
RR	Boa Vista	1	DNPM
RS	Porto Alegre	2	DNPM
SC	Criciúma	2	UNIÃO
SP	São Paulo	1	UNIÃO
SP	São Pedro	1	UNIÃO
		29	

Fonte: www.dnpm.gov.br, E-mail Superintendências, Contratos firmados e SpiuNET/SIAFI

QUADRO 38. - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UF	RIP	ENDEREÇO	Valor do Imóvel	
			Avaliação	Valor Reavaliado
AM	Manaus	Av. André Araújo 2150 - Petrópolis	0255 00759.500-0	2.786.789,00
BA	Salvador	Av. Ulysses Guimarães 650 - Sussuarana	3849 00584.500-9	13.992.037,45
DF	Brasília	SAN Quadra 1 Bloco B - Zona Industrial	9701 17452500-3	18.065.835,73
GO	Goiania	Rua 84 Nº 593 Lotes 49, 51 e 53 - Setor Sul	9373 00293.500-0	2.705.113,40
MA	São Luis	Rua dos Remedios 365, Centro	0921 00542.500-0	225.465,20
MG	Belo Horizonte	Praça Milton Campos, 201 - Serra	4123 00271.500-4	7.143.116,14
MS	Campo Grande	Rua Gal Odorico Quadros 123 - Jardim dos Estados	9051 00244.500-3	911.915,85
MT	Cuiabá	Av. Getulio Vargas 490 - Centro	9067 00177.500-6	5.066.212,26
PA	Belém	Av. Almirante Barroso 1839 - Marco	0427 00708.500-9	5.560.000,90
PA	Itaituba	Av. Brigadeiro Haroldo Veloso 162 - Aeroporto Velho	0471 00260.500-1	83.328,45
PE	Recife	Estrada do Arraial 3824 - Casa Amarela	2531 00739.500-3	6.785.621,06

PE	Recife	Rua Armando Gaioso 136 - Casa Amarela	2531 00741.500-4	2.783.457,38
PE	Recife	Rua Taguaritinga S/N - Casa Amarela	2531 00743.500-5	257.932,76
PE	Recife	Rua Taguaritinga S/N - Casa Amarela	2531 00746.500-1	795.356,20
PR	Curitiba	Rua Desembargador Otavio do Amaral, 279, Lotes 61 e 62 da Planta Schimmelpfeng - Bigorriho	7535 00345.500-1	1.124.439,32
RJ	Rio de Janeiro	Av. Nilo Peçanha 50, Sala 709 - Centro	6001 02117.500-5	656.831,04
RJ	Rio de Janeiro	Av. Nilo Peçanha 50, Sala 710 - Centro	6001 04540.500-0	427.166,20
RJ	Rio de Janeiro	Av. Nilo Peçanha 50, Sala 711 - Centro	6001 04542.500-1	425.286,27
RJ	Rio de Janeiro	Av. Nilo Peçanha 50, Sala 712 - Centro	6001 04544.500-2	425.230,97
RJ	Rio de Janeiro	Av. Nilo Peçanha 50, Sala 713 - Centro	600 104546.500-3	425.306,64
RN	Natal	Rua Tomaz Pereira 215 - Lagoa Nova	1761 00436.500-5	544.848,87
RO	Porto Velho	Av. Lauro Sodré, 2.661 - São Sebastião		0,00
RR	Boa Vista	Rua Dr. Arnaldo Brandão 1195 - São Francisco	0301 00178.500-9	526.124,24
RS	Porto Alegre	Rua Beck 186 - Menino Jesus	8801 00445.500-5	3.528.748,50
RS	Porto Alegre	Rua Washington Luis 815 - Cidade Baixa	8801 00487.500-4	6.968.133,50
SC	Criciúma	Rua Linha Três Ribeirões s/n - fração do lote colonial nº 36 - Primeira Linha Sangão - Bairro: Bosque do Repouso	8089 00021.500-2	454.085,46
SC	Criciúma	Rua Coronel Pedro Benedit, 269 - Centro	8089 00022.500-8	16.062.876,32
SP	São Paulo	Rua Loefgreen 2225 - Vila Clementino	7107 00591.500-9	6.400.908,52
SP	São Pedro	Prolongamento da Rua Alexandre Fávero S/N - Samambaia	7109 00002.500-1	995.207,75

Fonte: SpiuNet/SIAFI e e-mail Superintendências.

QUADRO 39. - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL – OBRAS,

UF	RIP	ENDEREÇO	VALOR	
			Obras / Reformas	Manutenção
AM	0255 00566.500-0	AV. André Araújo 2150, Petrópolis, Manaus-AM		7.649,42
BA	3849 00313.500-4	AV. Ulysses Guimarães 650, Sussuarana-Salvador-BA		46.766,71
DF ¹	9701 00156.500-3	SAN Quadra 1 Bl. B – Asa Norte-Brasília-DF	169.619,35	708.137,87
GO	9373 00024.500-7	RUA 84 Nº 593 Lotes 49, 51 E 53, Setor Sul-Goiânia-GO	336.242,53	18.005,01
MA	0921 00166.500-6	Rua dos Remédios 365, Centro, São Luis-MA (sem SIAFI)		11.811,64
MG	4123 00013.500-0	Praça Milton Campos, 201, Serra-Belo Horizonte-MG		25.620,83
MS	9051 00066.500-6	Rua Gal Odorico Quadros 123, Jardim dos Estados-Campo Grande-MS		15.271,70
MT	9067 00047.500-9	Av. Getúlio Vargas 490, Centro, Cuiabá-MT		14.046,43
PA	0471 00212.500-0	AV. Brigadeiro Haroldo Veloso 162 - Aeroporto Velho, Itaituba-PA		19.338,46
PA	0427 00501.500-3	Av. Almirante Barroso 1839, MARCO-BELEM-PA		
PE	2531 01005.500-5	Rua Taguaritinga S/N, Casa Amarela-Recife-PE		13.310,13
PE	2531 00997.500-7	Rua Taguaritinga S/N, Casa Amarela-Recife-PE		

PE	2531 01004.500-0	Rua Armando Gaioso 136, Casa Amarela-Recife-PE		
PE	2531 00740.500-9	Estrada Do Arraial 3824, Casa Amarela-Recife-PE		
PR	7535.00386.500-5	Rua Des. Otávio do Amaral, 279, Lts. 61/62 da Planta Schimmelpfeng, Bigorriho-Curitiba-PR	155.093,72	0,00
RN	1761 00229.500-0	Rua Tomaz Pereira 215, Lagoa Nova-Natal-RN	417.907,80	8.047,79
RR	0301 00255.500-7	Rua Dr. Arnaldo Brandão 1195, São Francisco, Boa Vista-RR		5.677,54
RJ	6001 01681.500-0	Av. Nilo Peçanha 50, Sala 709, Centro, Rio de Janeiro – RJ		9.392,75
RS	8801 00056.500-0	Rua Beck 186 - Menino Jesus, Porto Alegre - RS		20.713,00
RS	8801 00037.500-7	Rua Washington Luis 815, Cidade Baixa-Porto Alegre - RS		
SC	8089 00001.500-3	Estrada de Acesso a Ex-Mina 4 Nº 36, Linha De Ação-Criciúma - SC		11.335,12
SC	8089 00002.500-9	RUA Coronel Pedro Benedet, 269, Centro-Criciúma - SC		
SE	3105 00207.500-1	RUA Prof. José Lima Peixoto 98/A, D.I.A.-Aracaju-SE		2.235,00
SP	7107 00027.500-1	Rua Loefgreen 2225, Vila Clementino, São Paulo-SP	154.730,79	16.213,42
SP	7109 00001.500-6	Prolongamento da Rua Alexandre Fávero S/N, Samambaia-São Pedro-SP		

Fonte: SpiuNet/SIAFI e e-mail Superintendências.

Quanto ao estado de conservação, a maioria das edificações sob responsabilidade do Órgão apresenta necessidades de intervenções construtivas, dada a inexistência de histórico de reformas e manutenção preventiva com abrangência suficiente para o prolongamento da vida útil das edificações e seus sistemas.

Neste aspecto, é necessário salientar que, das 42 edificações distribuídas em âmbito nacional, mais de 50% apresentam demanda por manutenção corretiva de grande abrangência. Entre os problemas enfrentados, citam-se: vazamentos, infiltrações, inadequações e inseguranças elétricas, instabilidade e confiabilidade limitada das redes de telecomunicações, deficiências nos sistemas contra incêndio, obsolescência dos sistemas e aparelhos de climatização, além de necessidades de aprimoramentos sanitários e estéticos.

Nessa situação encontram-se as Superintendências e escritórios regionais dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia e a própria sede no Distrito Federal.

Em 2016 houve a contratação de empresas para a realização de algumas intervenções necessárias na Sede/DF e em algumas Superintendências, as quais estão expostas a seguir:

- Sede/DF:

Reforma dos sanitários

Instalação de aparelhos de ar-condicionado com adequação elétrica

- Superintendência DNPM/RN:

Reforma geral

- Superintendência DNPM/SP:

Adequação da rede elétrica

- Superintendência DNPM/GO:

Adequação da rede elétrica

Pintura Geral

- Superintendência DNPM/PR:

Construção de rampa de acesso

Reforma da cobertura do galpão

Entretanto, permanece a preocupação da Autarquia com a gestão dos bens imóveis em relação às outras Superintendências já citadas. Muitas das unidades apresentam ainda necessidades de manutenção preventiva e maior disponibilidade de área.

É necessário salientar ainda que o atual quadro de engenheiros e técnicos competentes para a execução das atividades relacionadas à gestão da infraestrutura e manutenção predial resume-se a 3 pessoas: 1 engenheiro civil na Sede/DF e outro Engenheiro Civil na Sup.DNPM/MS, 1 engenheiro eletricitista (cedido) e 1 técnico em edificações (já com tempo de aposentadoria).

Todas as inconsistências encontradas entre os registros no SpiuNET, e no SIAFI foram tratadas junto ao SpiuNET/SPU/MP pela Seção de Gestão de Patrimônio.

QUADRO 40. - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL CEDIDOS AO DNPM POR ESTADOS E MUNICÍPIOS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA			CEDENTE
UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Exercício 2016
SE	Aracajú	Superintendência do DNPM – SE, Rua Prof. José de Lima Peixoto, 98/A - Distrito Industrial Aracajú - SE - CEP 49040-510	Cooperativa Estadual

Fonte: SPIUNET

O imóvel localizado em Porto Velho – RO, pertence ao Estado de Rondônia, que, por intermédio do órgão responsável, está promovendo a transferência para a União/DNPM, portanto o mesmo não possui registro no SpiuNet pelo DNPM.

O imóvel localizado na Rua Álvaro Millen da Silveira, 104, Centro, Florianópolis - SC - CEP 88020-180, pertence à União e parte é utilizada pelo DNIT e outra pelo DNPM. A

União, por intermédio do órgão responsável, está promovendo a formalização do uso pelo DNIT. Conforme entendimentos, o DNIT promoverá a formalização do uso da parte utilizada pelo DNPM.

O conjunto de cinco salas, RIP imóvel nº 6001 02117.500-5; 6001 04540.500-0; 6001 04542.500-1; 6001 04544.500-2 e 600 104546.500-3, localizado no Rio de Janeiro-RJ, onde funciona a Superintendência-RJ, foi formalmente cedido ao DNPM por meio do contrato nº 14/2014, publicado no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2014.

O Escritório do DNPM no Crato/CE foi cedido por meio de comodato pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2014, firmado em 05/05/2014, entre a Prefeitura do Crato/CE e o DNPM. Contudo, ainda está em fase de regularização.

O Escritório de Rio Branco/AC foi fechado conforme informações constantes no Processo nº 48419-986072/2016-28, em função da falta de servidores que ali pudessem trabalhar, orçamento próprio, baixa demanda de processos e ocupação em prédio alugado pelo Governo do Acre, que o devolveu ao proprietário, não restando estrutura do DNPM naquele estado.

4.2.2 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Os quadros a seguir demonstram a utilização dos espaços ocupados pelos servidores/associação, com fins culturais.

QUADRO 41. - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701 00156.500-3
	Endereço	SAN Quadra 1 Bloco B DNPM
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	ANS – Associação Nacional dos Servidores do DNPM
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Espaço cultural
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	Sala no sub solo com 228,34m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Ressarcimento gastos com telefonia.
--	---	-------------------------------------

Fonte: Termos de Cessão Firmados

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7107 00027.500-1
	Endereço	Rua Loefgreen nº 2225, Bairro Vila Clementino, São Paulo.
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.495.140/0001-76
	Nome ou Razão Social	ANS – Associação Nacional dos Servidores do DNPM
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Espaço cultural
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	Sala com acesso externo.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Ressarcimento gastos com telefonia.

Fonte: Termos de Cessão Firmados

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	3849 00313.500-4
	Endereço	Avenida Ulysses Guimarães nº 650 - Sussuarana Centro Administrativo da Bahia – Ala Federal Salvador - BA - CEP 41213-000
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.495.140/0001-76
	Nome ou Razão Social	ANS – Associação Nacional dos Servidores do DNPM
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Espaço cultural
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	Sala sem número, primeiro subsolo, área de 34,20m ² e área de refeitório de 22,96m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Ressarcimento gastos com telefonia, limpeza e conservação do imóvel.

Fonte: Termos de Cessão Firmados

4.2.3 Informações sobre os Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 42. - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	MUNICÍPIO	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ
		Exercício 2015
AL	Maceió	1
AP	Macapá	1
CE	Fortaleza	1
ES	Vitória	1
MG	Governador Valadares	1
MG	Patos de Minas	1
MG	Poços de Caldas	1
MT	Cuiabá	1
PB	Campina Grande	1
PI	Teresina	1
TO	Palmas	1
TOTAL		11

Fonte: www.dnpm.gov.br, E-mail Superintendências, Contratos firmados e SIAFI

O DNPM com o objetivo de descentralizar as atividades e atender as sociedades locais, no que tange a concessão de áreas para lavra e a fiscalização, mantém instalações em todos os estados.

Em alguns estados o DNPM e a União não detêm prédios que sejam adequados para as acomodações das Superintendências, necessitando portanto efetivar a locação de imóveis.

O quadro a seguir demonstra gestão e valores referente a locação.

QUADRO 43. - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE TERCEIROS LOCADOS PELO DNPM

UF	RIP DE UTILIZAÇÃO	CNPJ/CPF DO LOCATÁRIO	ENDEREÇO	Valor do Imóvel		
				Valor do Imóvel	Validade do Contrato	Despesa Anual Aluguel/2016
AL	2785 00395.500-6	69975654000137	Rua José Luiz Calazans 168, Quadra 42, Jatiúca, Maceió - AL	668.647,76	30/04/2017	76.821,18
AP	0605 00275.500-8	00620564253	Rua Raimundo Ozanan 23,	5.696.307,00	02/01/2017	376.121,06

			Central, Macapá-AP			
CE	1389 00658.500-7	08744388000147	Rua Doutor José Lourenço 905 e 929, Aldeota, Fortaleza - CE	2.795.440,18	12/10/2017	278.003,34
ES	5705 00433.500-0	18100815000108	Av. Cezar Hilal 410, Ed. Marlin azul, Bento Ferreira, Vitória - ES	3.534.282,22	09/12/2017	922.288,63
MG	4553 00151.500-9	20215266668	Rua Graça Aranha 377, Esplanada, Governador Valadares-MG	493.418,18	09/08/2017	54.379,19
MG	4959 00022.500-1	22239790687	Rua Colômbia 95 - Alto Dos Caiçaras, Patos de Minas-MG	114.063,75	29/08/2017	48.611,21
MG	5035 00025.500-9	17247758000121	Rua Laguna 419 - Jardim Dos Estados, Poços de Caldas-MG	545.242,90	20/06/2017	47.641,32
MT	9067 00335.500-4	07844000163	Rua da Fé 177 - Jardim Primavera, Cuiabá-MT	1.367.073,93	31/12/2018	137.049,09
PB	1981 00130.500-9	01877907448	Rua Antonio Campos 252 - Lauritzen, Campina Grande - PB	133.413,22	12/09/2017	64.515,61
PI	1219 00246.500-0	10566139391	Rua Desembargador Freitas 1385 - Centro/Norte, Teresina - PI	1.184.380,84	01/07/2017	146.963,04
TO	9733 00416.500-4	96368683104	Quadra 304 Norte, QC 01, Alameda 01, Plano Diretor Norte, Palmas - TO	563.907,63	01/07/2017	195.365,14
TOTAL						2.347.758,81

Fonte: SpiuNet/SIAFI, Contratos firmados e e-mail Superintendências.

Nos estados federados ou localidades que o DNPM não tem imóveis de propriedade da União que atenda às suas necessidades, há imóveis locados para esta finalidade. São em número de 11 (doze) os imóveis locados.

Quando há a necessidade de intervenções nos imóveis de terceiros decorrentes do próprio uso, são via de regra de responsabilidade do locador, ou na sua ausência/inércia realizadas pelo DNPM e as despesas descontadas dos valores de aluguéis.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

4.3.1 Principais Sistemas de Informações

OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS - área gestora DGTM

SCM - Sistema CADASTRO MINEIRO: É responsável pela automação do processo de outorga, controlando requerentes (pessoas físicas ou jurídicas), solicitações, prioridades, prazos , fases do processo, ações necessárias e emissão/publicação dos documentos necessários à formalização dos atos previstos nos Código de Mineração. Este sistema, além de possibilitar o controle do ciclo de vida dos processos minerários, fornece informações essenciais aos sistemas das demais áreas finalísticas, sendo base para tomada das ações de arrecadação e fiscalização. A gestão deste sistema fica a cargo da Diretoria de Gestão de Títulos Minerários, responsável pela definição das regras de negócio e operação do mesmo em todas as localidades do DNPM.

SIGÁREAS: Aplicação desenvolvida baseada em tecnologia de sistemas de informações geográficas com o objetivo de identificar e analisar interferências de áreas nas diversas fases do processo minerário, com funcionalidades que auxiliam os técnicos nas atividades de análise de processos e controle das áreas sob os diversos regimes de pesquisa e exploração.

Pré-Requrimento Eletrônico: Esta aplicação possibilita ao usuário externo do DNPM a elaboração de pré-requerimento para solicitação de pesquisa, lavra ou disponibilidade de área, onde é feita uma análise automática da área pretendida no banco de dados do DNPM, sendo apresentado ao requerente a visualização de possíveis interferências com áreas já concedidas, possibilitando ao mesmo verificar se a área está onerada antes mesmo de protocolar seu pedido junto ao DNPM.

Em 2016 iniciou um trabalho de revisão dos processos da outorga de títulos minerários, desde a ficha cadastral única até o fechamento da mina, objetivando disponibilizar em 2017 o Requerimento Eletrônico aos mineradores para entrega de documentos pela internet.

O sistema de controle de áreas está sendo atualizado utilizando a nova versão do software de sistemas de informações geográficas e estará disponível com novas funcionalidades

em 2017, aproveitando o ganho tecnológico aplicado na nova versão, que não era atualizada há aproximadamente 4 anos no DNPM.

FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE MINERAÇÃO – área gestora DIFIS

AUTFIS: Sistema que controla o processo de autuação do minerador em caso de não conformidade com os prazos e exigências definidas pelo DNPM. Atualmente está implementada a funcionalidade de autuação por não entrega do Relatório Final de Pesquisa, estando em desenvolvimento a que controla o prazo de comunicação de início de pesquisa;

SIGFIS: Sistema responsável pela automação dos processos de planejamento, emissão de documentos e execução de vistorias, de planejamento de análises técnicas e de emissão de relatórios gerenciais,

ANALISADOR DO RAL: Sistema responsável pelo controle das informações declaradas pelos mineradores através do sistema RALWeb, possibilitando, através de cruzamento com informações provenientes de outros sistemas, a identificação, análise e encaminhamento de exigências e/ou vistorias.

SIGBM: Sistema Integrado de Gestão da Segurança de Barragens de Mineração. Com esse sistema, que teve seu desenvolvimento iniciado em 2016 e será implantado em 2017, será possível cadastrar, atualizar e classificar de forma *on-line* as barragens de mineração, que estão dentro do acordo de estabilidade de barragens, conforme a lei, no sentido de evitar/prevenir o acidente ocorrido com a barragem de Fundão, no município de Mariana/MG.

GESTÃO DE RECEITAS E ARRECADAÇÃO – área gestora DIPAR

ARRECADAÇÃO E CFEM: Sistemas desenvolvidos para controlar o processo de arrecadação da Autarquia, contemplando funcionalidades que controlam prazos, valores devidos, valores recolhidos, conciliação e distribuição dos recursos arrecadados, conforme previsto na Legislação. Produz também os relatórios gerenciais necessários a uma efetiva gestão dos recursos oriundos da pesquisa e exploração mineral.

CADIN: Sistema que automatiza o processo de inscrição/retirada de devedores no cadastro de inadimplentes do Banco Central – CADIN/BACEN, através do controle de pagamentos e tempo de atraso;

DÍVIDA ATIVA: Em conjunto com os sistemas de ARRECADAÇÃO e CFEM, controla o processo de inscrição em dívida ativa.

GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DO SETOR MINERAL – área gestora DIPLAM

RALWEB – RELATÓRIO ANUAL DE LAVRA: Trata-se de sistema responsável por receber as informações declaradas pelos mineradores a respeito das atividades realizadas no processo de lavra no ano referência, vinculadas a cada processo minerário de sua responsabilidade, contemplando dados da lavra, reserva, custos, valor de venda e outros.

AMBWEB – ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO: O AMBWEB é a aplicação responsável pelo tratamento das informações recebidas através da declaração do RAL, juntamente com dados do Sistema SCM e Arrecadação, de forma a possibilitar a geração de dados estatísticos do setor mineral brasileiro e sua publicação para o público interno e externo.

COMEX – Comércio Exterior: Sistema responsável por gerar informações sobre o desempenho do setor mineral na balança comercial brasileira, incluídos dados de importação e exportação por substância.

SISTEMA ADMINISTRATIVO

SEI - O DNPM iniciou em 2016 a implantação do SEI na área administrativa

4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI DNPM foi atualizado para o triênio 2017-2019, baseado em um processo de levantamento de informações relativas aos objetivos estratégicos de cada diretoria do DNPM, que foram consolidadas juntamente com documentos situacionais (documentos resultantes de levantamentos preliminares efetuados por recursos do DNPM com foco na situação atual do ambiente de infraestrutura) e com dados obtidos em reuniões com pessoas relacionadas à gestão de TI com conhecimentos dos processos e problemas hoje existentes.

A adoção desta abordagem se deu em parte pelo fato do DNPM não ter, até o presente momento, constituído e operacionalizado Comitê de Gestão Estratégica, responsável pela elaboração, acompanhamento e deliberação acerca do Planejamento Estratégico Institucional - PEI. Em função desta situação, a CGTIG busca definir suas estratégias internas visando obtenção de resultados que possibilitem o atingimento das estratégias gerais de governo, bem como, extensivamente, o que se entende ser a estratégia vigente e necessária à autarquia. No entanto, esta nova versão do PDTI está em processo de análise pela direção geral, para posterior aprovação.

Desta forma, ficaram estabelecidas as seguintes estratégias da CGTIG dentro do contexto atual do DNPM, quais sejam:

- Estabelecer ambiente seguro de tecnologia da informação;
- Estabelecer continuidade de serviço;
- Garantir qualidade do serviço;
- Primar pela economicidade das soluções;
- Implementar soluções de apoio à tomada de decisão executiva;
- Criar um ambiente propício à inovação tecnológica no âmbito da CGTIG.

Desta forma, o resultado obtido foi um planejamento estratégico para a área de TI, mas que demonstra a necessidade de aprimoramento dos processos de gestão estratégica institucional, para que a vinculação entre os objetivos institucionais e os de TI seja fortalecida, de forma a garantir que os resultados das ações estratégicas institucionais possam ser claramente associados aos das ações de TI executadas.

4.3.2.1 Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

Objetivando aprimorar o processo de Gestão de Tecnologia da Informação no DNPM, foi criado o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento, sendo que sua criação e regimento interno foram formalizados através da Portaria DIRE nº 396, de 23 de setembro de 2014. Contudo, em função de mudanças ocorridas na composição da alta administração do DNPM desde a criação do comitê, até o presente momento não foram realizadas reuniões deliberativas do Comitê.

O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento do DNPM é composto por:

- Diretor-Geral do DNPM;
- Diretor-Geral Substituto do DNPM;
- Diretor de Gestão Administrativa;
- Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária;
- Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração;
- Diretor de Procedimentos Arrecadatórios;
- Procurador-Chefe;
- Auditor Interno;

- Coordenador Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento;

4.3.2.2 Processos de Gerenciamento de Serviços de TI

Para uma efetiva Governança de Tecnologia da Informação faz-se necessária, dentre outras atividades essenciais, a implementação de processos de gerenciamento dos serviços de TI de forma a permitir a execução otimizada de suas atribuições, bem como possibilitar a gestão com elevado nível de excelência.

Estes processos têm como objetivo principal apoiar a geração de serviços e produtos de TI, garantindo padronização, qualidade e controle, seja qualitativo, seja quantitativo dos resultados alcançados.

Dentre os principais macroprocessos de TI, podemos elencar:

- Operações de Serviços de Sistemas;
- Operações de Serviços de Infraestrutura;
- Operações de Serviços de Segurança da Informação.

De forma a gerenciar os serviços de cada área, a CGTIG vem desenvolvendo uma série de processos de trabalho para apoiar e melhorar a execução das operações de TI no DNPM:

PROCESSOS DE GESTÃO DE SEGURANÇA E RISCOS DE TI: foram necessárias atualizações tanto na política de segurança da informação quanto no processo de gestão de riscos de TI. O principal motivador foi a constante mudança em tipos de ataques cibernéticos feitos contra organizações governamentais desde 2013. Por isso, durante o ano de 2016, foram atualizados alguns normativos para refletir os riscos/prevenções da atualidade.

Processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicação

Abrange todas as fases necessárias para tentar mitigar ao máximo algum fator prejudicial aos dados que se encontram sob responsabilidade do DNPM, com ênfase nas atividades de Análise, Avaliação e tratamento dos riscos de TI.

Política de Segurança da Informação (Portaria nº 296 de 23 de agosto de 2010)

Documento que estabelece a política e os princípios que norteiam a segurança da informação para o DNPM, e aplica-se tanto ao ambiente informatizado, quanto aos meios convencionais de processamento, comunicação e armazenamento da informação. Abrange todos os equipamentos possuídos ou utilizados contendo informações de interesse do DNPM.

Durante o ano de 2016 foram atualizados tais normativos de acordo com o ambiente da Autarquia bem como seguidos os normativos de segurança.

Processo de Atendimento a Demandas de Software

Este documento tem por objetivo a definição das diretrizes e critérios envolvidos no atendimento a demandas de software, definindo assim o Processo de Atendimento a Demandas de Software no âmbito no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Processo de Gestão de Requisitos

Este documento tem por objetivo a definição das diretrizes e do processo de Gestão de Requisitos de Software no âmbito no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Metodologia de Desenvolvimento de Software

Este documento tem por objetivo a definição das diretrizes e critérios envolvidos no desenvolvimento de software, definindo assim a Metodologia de Desenvolvimento de Software no âmbito do DNPM.

Processo de Desenvolvimento de Software

Este documento tem por objetivo a definição das diretrizes e do processo de Desenvolvimento de Software no âmbito no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Processo de Testes de Software

Tem por objetivo a definição das diretrizes e do processo de teste de Software no âmbito do DNPM, descrevendo técnicas utilizadas, atores e outras informações para entendimento do processo.

PROCESSOS DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA: veio sendo atualizado durante o ano de 2016 em virtude da necessidade de atualização constante para melhorar o processo de atendimento bem como a satisfação dos usuários da rede corporativa do DNPM.

Processo de Classificação de Chamados - Central de Serviços

Tem por objetivo fornecer as diretrizes para gerenciar todo o ciclo de vida de chamados que incidam na área de tecnologia da informação do DNPM.

Processo de Atendimento a Problemas

Este documento tem por objetivo fornecer as diretrizes para gerenciar todo o ciclo de vida de problemas abertos junto à área de tecnologia da informação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Foi customizado através da utilização das melhores práticas da ITIL V3 (Information Technology Infrastructure Library).

Processo de Atendimento de Incidentes

Este documento tem por objetivo fornecer as diretrizes para gerenciar todo o ciclo de vida de incidentes que venham a ocorrer na área de tecnologia da informação do DNPM.

Processo de Requisição de Serviços

Este documento tem por objetivo fornecer as diretrizes para gerenciar todo o fluxo de requisições de serviços direcionados a área de tecnologia da informação do DNPM.

Catálogo de serviços:

Traz uma visão clara de quais serviços a TI oferece e como a TI agrega valor para a área fim do órgão. Ele viabiliza a boa governança em que os principais termos, condições e controles definidos, nele estejam integrados aos processos de prestação de serviço da organização. Ele permite que a organização melhore o planejamento, a entrega e o suporte aos serviços, enquanto avalia de forma correta os custos e preços de cada serviço.

4.3.2.3 Projetos de TI

Durante o ano de 2016, o DNPM implantou basicamente os seguintes projetos:

- Foi elaborado o mapeamento do processo da Ficha Cadastral Única, que será necessária no Requerimento Eletrônico Web;
- Atualização de softwares utilizados pelos sistemas de geoprocessamento do DNPM;
- Aquisição e instalação de equipamento analisador *UTM (Gerenciamento Unificado de Ameaças)*;
- Atualização das licenças dos aplicativos e sistemas operacionais da Microsoft;
- Aquisição de 466 novos microcomputadores/estação de trabalho para os servidores do DNPM/SEDE e Superintendências;
- Aquisição de equipamentos de digitalização (tipo scanner) com objetivo de inserção de documentos no SEI;
- Aquisição de unidade de *backup* e armazenamento de salvaguarda de dados em fita;
- Aquisição de equipamentos roteadores para rede sem fio (Wi-Fi) no DNPM/SEDE;
- Aquisição de 29 equipamentos tipo *tablets*;

- Banco Mundial – Projeto META: foi obtida a aprovação de dois projetos junto ao Banco Mundial, dentro do Projeto META, no âmbito da atualização tecnológica. A execução desses projetos será no exercício de 2017. Os projetos aprovados foram:
 - **Subprojeto 1** - Aquisição de equipamentos de infraestrutura de rede de tecnologia da informação para a Sede e superintendências estaduais. Vigência: 21/02/2017 - 30/06/2017 - Valor R\$ 9.262.151,59
 - **Subprojeto 2** - Aquisição de computadores para as estações de trabalho e dispositivos móveis de acesso a sistemas informatizados disponíveis na web. Vigência: 21/02/2017 - 30/06/2017 - Valor R\$:2.739.432,80

4.3.2.4 Dependência Tecnológica

No cenário de restrição do atual quadro funcional da área de TI do DNPM frente às demandas existentes, é mister reconhecer que os riscos de se criar dependência tecnológica de fornecedores de serviços são relevantes e que a adoção de medidas preventivas para mitigar estes riscos é essencial. Neste sentido, o DNPM tem buscado o aprimoramento dos processos de gestão e documentação, tanto de sistemas de informação como de infraestrutura tecnológica, de forma a possibilitar que nas eventuais mudanças de fornecedores, todo o investimento feito seja preservado e que a curva de aprendizado seja otimizada.

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade:

As contratações de obras de engenharia e de elaboração de projetos têm incluído a obrigatoriedade do atendimento da legislação federal, municipal e estadual referente às exigências ambientais regionais. Como exemplo podemos citar que as contratações de serviços de reforma quanto a elaboração de projeto, têm buscado adotar tecnologias similares às citadas, conforme a região do país, tais como: aproveitamento das águas de chuva, sensores de presença, torneiras automáticas e outras tecnologias.

As contratações e aquisições de informática têm observado a legislação ambiental. Como exemplo cita-se que foram adquiridos computadores que possuem fontes de energia e

monitores com redução de consumo energético, bem como pode-se mencionar o processo atual de contratação do outsourcing de impressão.

Constam dos termos de referência para as aquisições de material de expediente, copa, suprimentos de informática e outros, orientações sobre aquisições sustentáveis, como exemplo cita-se a aquisição de papel, para uso comum: Papel A4 reciclado.

Em 2016 foi implantado o Processo Eletrônico, projeto denominado “DNPM SEM PAPEL” que proporcionará redução do consumo de materiais visando os critérios de sustentabilidade e de combate ao desperdício e redução do consumo de papel no DNPM, resultado do Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Planejamento.

Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):

Não, porém o DNPM vem atuando para racionalizar a utilização de água, energia e materiais de escritório.

Sobre o Plano de Logística Sustentável o DNPM está participando da Esplanada Sustentável, programa SISPEL. Atualmente está monitorando os gastos de energia e água/saneamento básico.

Principais ações executadas com referência a materiais de escritório:

- Incentivo à substituição de cópia reprográfica pela cópia digital;
- Substituição em parte, do papel branco pelo papel reciclado;
- Incentivo ao uso de caneca ou copo reutilizável em substituição aos copos plásticos;
- Redução do consumo de copo plástico, com substituição pelo copo de vidro;
- Distribuição de copos para os servidores em substituição aos de plástico.
- Implantação do SEI, que visa proporcionar a eliminação do uso de papel no DNPM.
- Melhoria das instalações sanitárias e de ar condicionado para promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho e racionalizar a utilização de água.

Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:

O DNPM promove a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação para associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006. No momento o contrato se encontra encerrado por dificuldades de comparecimento de interessado, porém o DNPM está em fase de chamamento público, para nova contratação.

Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente?

Sim. Por intermédio do Plano de Logística Sustentável, o DNPM está participando do programa SISPES. Atualmente está monitorando os gastos de energia e água/saneamento básico.

Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?

Não, embora venha atuando para atender a norma 7.746/2012, por intermédio do SISPES e ações internas.

I. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;

Não se aplica.

II. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;

Não se aplica.

III. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

Não se aplica.

IV. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

Não se aplica.

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

O DNPM em razão da falta de mão de obra para execução de todas as suas atividades a contento está com dificuldades para gerenciar o PLS, porém vem se esforçando para aumentar a eficiência dos gastos públicos com referência a sustentabilidade.

Instalação e implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informação, que substituirá todos os processos físicos, em papel, para processos eletrônicos, em busca do DNPM sem papel.

Quanto às instalações físicas, em suas reformas o órgão vem buscando substituir as lâmpadas comuns por LED; troca das torneiras comuns para torneiras automáticas e outras ações similares pertinentes e eliminação de possíveis vazamentos.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso do Cidadão

O DNPM tem em sua estrutura a Ouvidoria que é um canal aberto com a sociedade, garantindo uma comunicação ampla com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios.

Um dos principais objetivos da Ouvidoria é manter o diálogo entre o cidadão e o DNPM, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania, provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados pela Autarquia.

No ano de 2016, a ouvidoria respondeu a 3.055 demandas da sociedade por solicitações de informações sobre os temas ligados às atribuições institucionais. Desse total, 44 foram reclamações, o restante foram pedidos de informações, ambas com índice de resolubilidade de 100%.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão está disponível ao público em local com grande visibilidade. www.dnpm.gov.br → Carta de Serviços ao Cidadão. Endereço: <http://www.dnpm.gov.br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-cidadao>.

5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

O DNPM está passando por uma fase de transição. Nesse momento, a Autarquia, juntamente com os Ministérios: Minas e Energia, Fazenda e Planejamento, estão ultimando um anteprojeto de lei que vai transformar o DNPM em Agência Nacional de Mineração. Ainda está em discussão, no Poder Executivo, se encaminha ao Congresso Nacional na forma de Projeto de Lei ou se edita uma Medida Provisória, esse assunto é tratado dentro do Governo com toda urgência possível. Com a aprovação se for na modalidade Projeto de Lei ou então na forma de Medida Provisória, o DNPM deixa de existir e passa a existir em seu lugar a Agência Nacional de Mineração. Entendemos ser factível começar a pensar em parâmetros para desenvolver o Sistema de Pesquisa de Satisfação após essa fase, já como Agência Nacional de Mineração.

5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

O DNPM na busca da transparência ativa, mantém em seu sítio na Internet, diversos produtos com o objetivo de prestar o melhor serviço ao cidadão sem necessitar que este demande a Autarquia. É o caso de manutenção na página de sistemas informatizados que registram o andamento, atualizado diariamente, dos quase 200 mil processos minerários ativos.

Grande parte das informações prestadas pelo DNPM em sua página na Internet tem atuação da Ouvidoria, por exemplo: atualização da legislação minerária, seja portaria do Diretor-Geral, do Ministro de Minas e Energia sobre mineração, ou outro órgão do Governo Federal que tenha repercussão no setor mineral; Projetos de Lei, tanto da Câmara dos Deputados como do Senado Federal, que entram em tramitação naquelas casas legislativas são disponibilizados na internet, para conhecimento de toda a sociedade; Estas informações estão no canal Legislação. Acompanhamento da Execução orçamentária do DNPM, atualizada quinzenalmente, disponível no canal Despesas.

Estatísticas de atos publicados no Diário Oficial da União, a saber: Evolução dos Títulos Minerários no Brasil; Requerimentos Protocolados por Superintendência; Alvarás de Pesquisa Publicados por Superintendência; Relatórios de Pesquisa Aprovados por Superintendência; Requerimentos de Lavra Protocolados por Superintendência; Portarias de Lavra Publicadas por Superintendência; Licenciamentos Outorgados por Superintendência; Permissões de Lavra Garimpeira Outorgadas por Superintendência; Registros de Extração Outorgados por Superintendência; Guias de Utilização Autorizadas por Superintendência; Cessões de Direitos Aprovadas por Superintendência; Arrecadação da CFEM e Arrecadação da TAH. Estas estatísticas são atualizadas mensalmente com o objetivo de informar o cidadão o desenvolvimento do setor mineral em todos os seus aspectos. Estão disponíveis no canal Estatísticas.

A Ouvidoria também é responsável pela gestão da Lei de Acesso à Informação no DNPM e disponibiliza as suas estatísticas de atendimento nos Relatórios da Ouvidoria. Também no Relatório da Ouvidoria são disponibilizadas estatísticas, por Superintendências, de Inquéritos Cíveis Públicos, abertos pelo Ministério Público Federal no que concerne às possíveis irregularidades cometidas por empresas de mineração/pessoas físicas por danos ao meio ambiente ou ao patrimônio público. Também estão disponibilizadas estatísticas da atividade de mineração no canal Economia Mineral, além de outros produtos. Possui também um Sistema

de geoprocessamento que qualquer cidadão pode verificar todos os títulos minerários no seu Estado, no seu Município vendo espacialmente sua distribuição geográfica.

Para se ter uma idéia da importância da transparência ativa, no ano que a Ouvidoria foi implantada, em 2010, foram recebidas 5.512 manifestações da sociedade. Com o aumento da disponibilização de vários outros produtos e serviços, ao longo dos últimos anos, em 2016 foram recebidas apenas 3.055 demandas, isto esclarece que ao invés de aumentar a demanda, ela foi diminuída em 44,6%, fruto desse trabalho de disponibilizar o maior número possível de informações ao público usuário que deixa, naturalmente, de demandar a Autarquia.

Também estão disponíveis ao público:

Relatórios de Gestão em lugar bem visível, na front page, no canal Prestação de Contas e inclui o Relatório do TCU Prestação de Contas Anuais, no endereço <http://www.dnpm.gov.br/acesso-a-informacao/prestacao-de-contas-1>.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho Financeiro do Exercício

Em 2016 o DNPM apresentou uma execução financeira que alavancou a retomada do alto nível de execução em relação aos anos anteriores. Duas situações contribuíram para a melhora no desempenho financeiro do Exercício.

Primeiro, a Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com a ferramenta de processo eletrônico, os processos tramitaram com mais velocidade, dinâmicos, e tornou a resolução de eventuais dúvidas em tempo real, com maior nível de segurança. Economizou-se tempo, custo operacional e a tramitação dos processos pode ser acessada a qualquer momento pelos usuários.

Segundo, o aumento vertical de repasse recebido na ordem de 70% em relação ao exercício de 2015, permitiu esta Autarquia amortizar o passivo financeiro junto à Imprensa Nacional, cumprir os contratos e despesas continuadas, proporcionar o cumprimento do planejamento das Áreas Técnicas, notadamente das diligências in loco com fiscalizações das equipes de todas as Unidades da Federação.

Dessa forma, o DNPM efetuou os pagamentos de todos os contratos de despesas continuadas, baixou o passivo financeiro junto à Imprensa Nacional e permitiu maior flexibilidade para as áreas técnicas cumprirem a missão finalística da Autarquia.

6.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

No Balanço Patrimonial do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - a Conta Contábil 1.2.3.8.1.00.00 - “DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADA” demonstra a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade pelo uso, ação da natureza ou obsolescência, nos termos do item 2 da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução nº 1.136, de 21 de novembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2016, a conta contábil 1.2.3.8.1.01.00 - DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS apresentou um saldo credor de R\$ 6.834.364,54 (seis milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro

centavos), e a conta contábil 1.2.3.8.1.02.00 - DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS, um saldo credor de R\$ 76.155,68 (setenta e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 sobre o resultado apurado pela Autarquia, no exercício 2016, foi um aumento de R\$ 1.355.137,74 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos) na Conta Contábil 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis, e R\$ 26.425.672,35 (vinte e seis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos) na Conta Contábil 1.2.3.2.0.00.00 – Bens Imóveis, em relação ao ano de 2015.

O DNPM segue os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 no que tange aos critérios e procedimentos contábeis de depreciação de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme Macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional, que trata da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações. Porém, algumas Superintendências do Órgão ainda não estão aplicando integralmente os referidos dispositivos, devido às dificuldades estruturais de recursos humanos e inobservância das orientações, pelos servidores responsáveis, da Macrofunção 020330 e da Seccional Contábil – DNPM Sede, quanto a essas obrigações contábeis;

A metodologia utilizada para estimar a vida útil econômica dos bens foi a capacidade de geração de benefícios futuros, o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não, e a obsolescência tecnológica. No caso de bens que sofreram reavaliação ou redução ao valor recuperável e que ainda tinham vida útil, a depreciação foi recalculada e registrada sobre o novo valor;

A metodologia adotada no cálculo da depreciação foi compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente. Quanto ao cálculo dos encargos de depreciação foi utilizado o método das quotas constantes tanto para os bens adquiridos ou colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, quanto para os bens adquiridos anteriormente a dezembro de 2009, que foram reavaliados e que ainda possuíam vida útil econômica. Ainda não foi realizada amortização nos bens do DNPM devido tal procedimento estar a critério de cada UJ, conforme descrito na Macrofunção SIAFI 020330. Quanto à exaustão, não há bens passíveis de exaustão no patrimônio do DNPM;

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação, quando referentes ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão, foi aplicada a tabela descrita na Macrofunção

SIAFI 020330, e quando o bem não estivesse incluso na mesma, o cálculo de valor residual foi feito por similaridade;

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração do imobilizado dos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010, foi a aplicação do teste de recuperabilidade dos mesmos, depois verificação do valor de mercado, e quando não era possível foi estipulado um valor de consenso pela utilidade de cada bem, para espelhar o valor justo dos mesmos e que não possuíam valor econômico nos registros contábeis do Órgão. Quanto à avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos, dívidas e dos investimentos, foram realizadas conciliações nas referidas contas e apuradas junto ao Departamento Financeiro do Órgão os registros em contas contábeis específicas. A avaliação e mensuração dos estoques foi executada mediante a realização de inventário. A avaliação e mensuração do intangível e do diferido não foi realizada ainda devido não ter prazo estipulando sua realização na Macrofunção SIAFI 020330.

A depreciação dos bens imóveis vem sendo realizada por meio do SPIUnet.

6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas Pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

No anexo estão presentes as seguintes Demonstrações Contábeis que também estão inseridas no e-Contas:

Quadro 60. - Balanço Financeiro 2016;

Quadro 61. -Balanço Orçamentário 2016;

Quadro 62. - Balanço Patrimonial 2016,

Quadro 63 -Demonstrações dos Fluxos de Caixa 2016

Quadro 64. - Demonstrações das Variações Patrimoniais 2016.

6.3.1 NOTAS EXPLICATIVAS

O DNPM é responsável por acompanhar, fiscalizar e desenvolver as políticas públicas e ações do governo relacionadas com a pesquisa e lavra das substâncias minerais. Sua Missão Institucional é de planejamento, fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o Território Nacional.

As Demonstrações Contábeis do DNPM, encerradas em 31 de dezembro de 2016, foram elaboradas de acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, bem como com as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal. A seguir, apresenta-se uma análise dos Fornecedores e Obrigações contratuais do Órgão.

Em 31/12/2016, o Órgão 32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, apresentou um saldo de R\$ 1.761.495,24 relacionado com Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais. A seguir, apresenta-se o Quadro 40, segregando-se essas obrigações por Unidade Gestora contratante. A Unidade Gestora da Sede, por exemplo, foi responsável por 44,80% do total a ser pago.

QUADRO 44. - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais

	31/12/2016	AV (%)
DEPARTAMENTO NAC. DE PRODUCAO MINERAL - SEDE	789.124,34	44,80
SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM-PI	262.036,69	14,88
SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM-PA	171.568,17	9,74
SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM-BA	128.269,18	7,28
SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM-MG	112.185,84	6,37
Demais	298.311,02	16,94
Total	1.761.495,24	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

No Quadro 41, apresentado a seguir, relacionam-se os nove fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2016.

QUADRO 45. - Principais Fornecedores

	31/12/2016	AV (%)
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.	776.985,14	44,11
HAVAI VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME	189.634,42	10,77
UTOPIA CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI - EPP	110.875,34	6,29
MIRELLA AMORIM RODRIGUES DA SILVA	66.735,35	3,79
PRESE PREST DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	58.265,45	3,31
E S E SEGURANCA PRIVADA LTDA	55.944,40	3,18
DSP - SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI - EPP	37.504,60	2,13
TECSEG - TECNOLOGIA EM SEGURANCA PRIVADA EIRELI - EPP	30.386,60	1,73
PARA SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA	28.922,42	1,64
Demais	406.241,52	23,06
Total	1.761.495,24	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Em relação aos três primeiros fornecedores, eles representaram 61,17% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- Fornecedor 1: Serviços de publicação no Diário Oficial da União – DOU, referentes aos exercícios de 2011 a 2016.
- Fornecedor 2: Serviços de vigilância e segurança armada do DNPM/PI no exercício.
- Fornecedor 3: Serviços terceirizados de fornecimento de mão de obra do DNPM/MG.

Acrescenta-se que foi reconhecido passivo no valor de R\$ 8.685,23 (oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e vinte e três centavos), referente a diferença entre o orçamento disponível e o valor da fatura de água e esgoto do mês de novembro/2016, da UG/Gestão 323003/32263 - SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/RS, devido a vazamento referente ao mau funcionamento da boia da caixa de água inferior (andar térreo), descoberto e consertado quando da realização de sua limpeza em novembro/2016.

Quanto às Obrigações Contratuais do Órgão, em 31/12/2016, apresentou um saldo de R\$ 63.074.262,98. Apresenta-se no Quadro 42, as Obrigações por Unidade Gestora contratante.

QUADRO 46. - Obrigações Contratuais

	31/12/2016	AV (%)
DEPARTAMENTO NAC. DE PRODUCAO MINERAL - SEDE)	43.601.276,95	69,13
SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM-PI	3.456.492,74	5,48
SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM-PA	2.779.960,69	4,41
SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM-BA	1.786.788,50	2,83
SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM-MG	1.684.836,27	2,67
Demais	9.764.907,83	2,60
Total	63.074.262,98	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

E a seguir, é apresentado o Quadro 43, por Contratado.

QUADRO 47. - Maiores Contratados

	31/12/2016	AV (%)
SQUADRA TECNOLOGIA S/A	13.343.122,57	21,15
BNGL LOCACAO DE SERVICOS LTDA	4.413.297,00	7,00
HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	3.863.278,93	6,12
CLARO S.A.	2.708.514,54	4,29
CASA DA MOEDA DO BRASIL	2.425.436,56	3,85
SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	1.821.300,00	2,89
AGROSERVICE EMPREITEIRA AGRICOLA LTDA	1.724.420,17	2,73
NEW LINE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	1.375.497,15	2,18
ROCHA RODRIGUES ENGENHARIA LTDA. - EPP	1.366.584,85	2,17
DEMAIS	30.032.811,21	47,62
Total	63.074.262,98	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

A Unidade Gestora da Sede do DNPM, por exemplo, foi responsável por 69,3% das obrigações do Órgão, sendo que a contratada SQUADRA TECNOLOGIA S/A, cuja atividade é desenvolver sistemas de informação, representou 21,15% dessas obrigações.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

A Auditoria Interna do DNPM realiza o acompanhamento e monitoramento do atendimento, pelas diversas áreas da Unidade, do cumprimento das recomendações, alertas e determinações emitidas pelos órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno e Externo da Administração Pública Federal a qual se submete o DNPM.

No monitoramento são utilizadas planilhas eletrônicas (follow-up) e memorandos de monitoramento, numerados sequencialmente, encaminhados à área ou unidade que responde pela atividade ou ação constante na recomendação.

A princípio, cabe a Divisão de Planejamento e Monitoramento, proceder ao monitoramento, cadastrar as recomendações nas planilhas eletrônicas (follow-up), considerando o documento que originou a recomendação, a data, o prazo para atendimento e as comunicações expedidas.

Com base nos dados e informações coletados durante o monitoramento, a equipe classificará as recomendações segundo o grau de implementação, no período verificado, conforme as categorias, implementada, não implementada, em implementação e não mais aplicável.

No exercício de 2016 foram encaminhados ao DNPM 05 (cinco) Acórdãos com as diligências, recomendações e notificações da Corte de contas, com o seguinte detalhamento, 03 (três) notificações, 01 (um) diligência e 01 (um) acórdão relativo a deliberações.

O Acórdão nº 2272/2016 - Plenário tratou da fiscalização de orientação centralizada na governança e gestão de aquisições no DNPM, trazendo 78(setenta e oito) recomendações das quais 74 continuam pendentes de atendimento.

As deliberações pendentes de cumprimento (em implementação e não implementados) decorrentes do referido acórdão, estão detalhadas na tabela a seguir.

QUADRO 48. - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.1	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação
DNPM/DGADM
Descrição da determinação/recomendação
Realizar, periodicamente, avaliação quantitativa e qualitativa do pessoal do setor de aquisições, de forma a delimitar as necessidades de recursos humanos para que esse setor realize a gestão das atividades de aquisições da organização.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que no oriente na definição dos objetivos organizacionais para a gestão das aquisições, bem como elaboração de seus indicadores, metas e acompanhamento de desempenho. Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.4	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Aprovar plano de trabalho anual para atuação da comissão de ética.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Comissão de Ética contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada administrativamente à instância máxima da entidade ou órgão, para cumprir plano de trabalho por ela aprovado e prover o apoio técnico e material necessário ao cumprimento das suas atribuições, conforme prevê o Decreto 6.029 que Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. No DNPM não existe ainda essa estrutura administrativa, apesar de estar presente no Plano de Providência Premente e Relatório de Auditoria CGU 201503634, ainda não foi criada essa estrutura, prejudicando a possibilidade execução de atividades de disseminação, capacitação ou treinamento do Código de Ética da Administração Pública Federal. Além de executar um plano de trabalho anual para atuação da Comissão de Ética. A Ausência da Secretaria-Executiva no DNPM tem resultado na ausência de desenvolvimento de atividades para atendimento das determinações 9.1.3 e 9.1.4, pois sem a estrutura para gerenciar e executar, os planos, as ações e os intentos de atuação, não são executados.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

022.379/2014-2	2272/2016	9.1.5.1	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer formalmente: objetivos organizacionais para a gestão das aquisições, alinhados às estratégias de negócio.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que no oriente na definição dos objetivos organizacionais para a gestão das aquisições, bem como elaboração de seus indicadores, metas e acompanhamento de desempenho.</p> <p>Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.5.2	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer formalmente: pelo menos um indicador para cada objetivo definido na forma acima, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da organização.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que no oriente na definição dos objetivos organizacionais para a gestão das aquisições, bem como elaboração de seus indicadores, metas e acompanhamento de desempenho.</p> <p>Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.5.3	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				

Descrição da determinação/recomendação
Estabelecer formalmente: metas para cada indicador definido na forma acima.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que no oriente na definição dos objetivos organizacionais para a gestão das aquisições, bem como elaboração de seus indicadores, metas e acompanhamento de desempenho.
Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.5.4	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer formalmente: mecanismos a serem adotados pela alta administração para acompanhar o desempenho da gestão das aquisições.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que no oriente na definição dos objetivos organizacionais para a gestão das aquisições, bem como elaboração de seus indicadores, metas e acompanhamento de desempenho.				
Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.6.1	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer diretrizes para área de aquisição incluindo: estratégia de terceirização.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que nos oriente na definição de estratégias de terceirização, políticas de compras, estoque, sustentabilidade e compras conjuntas.

Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.6.2	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer diretrizes para área de aquisição incluindo: políticas de compras.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que nos oriente na definição de estratégias de terceirização, políticas de compras, estoque, sustentabilidade e compras conjuntas.				
Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.6.3	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer diretrizes para área de aquisição incluindo: política de estoques.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que nos oriente na definição de estratégias de terceirização, políticas de compras, estoque, sustentabilidade e compras conjuntas.				
Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.6.4	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer diretrizes para área de aquisição incluindo: políticas de sustentabilidade.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que nos oriente na definição de estratégias de terceirização, políticas de compras, estoque, sustentabilidade e compras conjuntas.</p> <p>Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.6.5	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer diretrizes para área de aquisição incluindo: política de compras conjuntas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que nos oriente na definição de estratégias de terceirização, políticas de compras, estoque, sustentabilidade e compras conjuntas.</p> <p>Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.8	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

DNPM/DGADM
Descrição da determinação/recomendação
Avaliar a necessidade de atribuir a um comitê, integrado por representantes dos diversos setores da organização, a responsabilidade por auxiliar a alta administração nas decisões relativas às aquisições, com objetivo de buscar o melhor resultado para a organização como um todo.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Embora seja relevante a necessidade de atribuir a um comitê, integrado por representantes dos diversos setores da organização, a responsabilidade por auxiliar a alta administração nas decisões relativas às aquisições, o DNPM possui um déficit de servidores que inviabiliza a instituição desse comitê, sem prejuízo de outras atividades.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.9	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer diretrizes para o gerenciamento de riscos da área de aquisições.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que nos oriente na definição de diretrizes para gerenciamento de riscos das atividades do órgão.				
Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.11	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Realizar gestão de riscos das aquisições.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

A falta de modelos de gestão e ferramentas organizacionais que nos oriente na definição de diretrizes para gerenciamento de riscos, dificulta o monitoramento em gestão de risco.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.15.1	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Executar processo de planejamento das aquisições contemplando, pelo menos: elaboração, com a participação de representantes dos diversos setores da organização, de documento que materialize o plano de aquisições, contemplando, para cada contratação pretendida, informações como: descrição do objeto, quantidade estimada para a contratação, valor estimado, identificação do requisitante, justificativa da necessidade, período estimado para aquisição (e.g., mês), programa/ação suportado (a) pela aquisição e objetivo (s) estratégico (s) apoiado (s) pela aquisição.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Com a ausência do Planejamento Estratégico, a elaboração do plano de aquisições, bem como o Plano de Gestão de Logística sustentável ficam comprometidos por não haver as diretrizes fixadas para a Autarquia. Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.15.2	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Executar processo de planejamento das aquisições contemplando, pelo menos: aprovação pela mais alta autoridade da organização do plano de aquisições.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Com a ausência do Planejamento Estratégico, a elaboração do plano de aquisições, bem como o Plano de Gestão de Logística sustentável ficam comprometidos por não haver as diretrizes fixadas para a Autarquia. Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.15.3	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Executar processo de planejamento das aquisições contemplando, pelo menos: divulgação do plano de aquisições na internet.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Com a ausência do Planejamento Estratégico, a elaboração do plano de aquisições, bem como o Plano de Gestão de Logística sustentável ficam comprometidos por não haver as diretrizes fixadas para a Autarquia.				
Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.15.4	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Executar processo de planejamento das aquisições contemplando, pelo menos: acompanhamento periódico da execução do plano, para correção de desvios.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Com a ausência do Planejamento Estratégico, a elaboração do plano de aquisições, bem como o Plano de Gestão de Logística sustentável ficam comprometidos por não haver as diretrizes fixadas para a Autarquia.				
Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.16	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				

Descrição da determinação/recomendação
Elaborar e aprovar um Plano de Gestão de Logística Sustentável, isto é, um plano, contendo objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permita à organização estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Com a ausência do Planejamento Estratégico, a elaboração do plano de aquisições, bem como o Plano de Gestão de Logística sustentável ficam comprometidos por não haver as diretrizes fixadas para a Autarquia.
Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.17	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Publicar no seu sítio na internet o Plano de Gestão de Logística Sustentável aprovado.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Com a ausência do Planejamento Estratégico, a elaboração do plano de aquisições, bem como o Plano de Gestão de Logística sustentável ficam comprometidos por não haver as diretrizes fixadas para a Autarquia.				
Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.18	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer mecanismos de monitoramento para acompanhar a execução do Plano de Gestão de Logística Sustentável.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Com a ausência do Planejamento Estratégico, a elaboração do plano de aquisições, bem como o Plano de Gestão de Logística sustentável ficam comprometidos por não haver as diretrizes fixadas para a Autarquia.

Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.19	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer um modelo de competências para os ocupantes das funções-chave da área de aquisição, em especial daqueles que desempenham papéis ligados à governança e à gestão das aquisições.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A gestão por competências é atrelada ao planejamento estratégico, pois deve alinhar os objetivos e estratégias da instituição com os conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o seu desenvolvimento e operacionalização.</p> <p>O DNPM não tem seu planejamento estratégico formalizado e também não tem equipe estruturada para aplicar todas as etapas necessárias à implantação de uma gestão por competências, quais sejam: identificação dos objetivos estratégicos da instituição; mapeamento das competências organizacionais atrelado ao planejamento estratégico; identificação de competências necessárias para a execução de uma tarefa específica; identificação das competências dos colaboradores; cruzamento das informações apuradas, identificando o gap de treinamento e o desenvolvimento necessário para o funcionário.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.20	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Expedir orientações no sentido de que, quando pertinente, a escolha dos ocupantes de funções-chave, funções de confiança ou cargos em comissão na área de aquisições seja fundamentada nos perfis de competências definidos no modelo e sempre pautada pelos princípios da transparência, da motivação, da eficiência e do interesse público.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Para expedir orientações neste sentido é necessária a implantação da gestão por competências. O cenário do DNPM ainda não favorece a implantação deste tipo de gestão, devido à ausência de planejamento estratégico.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.23	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Definir um processo formal de trabalho para as etapas de planejamento de cada uma das aquisições, seleção do fornecedor e gestão dos contratos.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Autarquia não possui modelos de gestão e ferramentas organizacionais que nos oriente na definição dos objetivos organizacionais para a gestão das aquisições, bem como elaboração de seus indicadores, metas e acompanhamento de desempenho.</p> <p>Será sugerido a alta gestão a contratação de empresa especializada para elaborar as normas estruturantes de metodologias modernas de gestão, sua implementação, acompanhamento e medição. Uma vez que a Autarquia não possui corpo técnico com expertise para o desenvolvimento desse trabalho.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.24.1	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabelecer e adotar: padrões para especificações técnicas de objetos contratados frequentemente.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>No que se refere as padronizações de documentos da Autarquia, com a implantação do Processo Eletrônico – SEI, vislumbramos a possibilidade da padronização de documentos.</p> <p>No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.25.1	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação
DNPM/DGADM
Descrição da determinação/recomendação
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares: realizar levantamento de mercado junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta a sítios na internet (e.g. portal do software público), visita a feiras, consulta a publicações especializadas (e.g. comparativos de soluções publicados em revistas especializadas) e pesquisa junto a fornecedores, a fim de avaliar as diferentes soluções que possam atender às necessidades que originaram a contratação (Lei 8.666/1993, art. 6º, inc. IX, alínea c).
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
O DNPM pratica pesquisa de preço junto aos fornecedores, contratos firmados com a administração pública licitações e sítios oficiais das empresas fornecedoras de bens ou serviços ao serviço público. O DNPM/SEDE conta ainda com a assinatura de banco de preços que disponibiliza preços praticados/atualizados de todas as fontes citadas, que atende consultas da própria SEDE e de suas regionais. No entanto, faz-se necessárias melhorias e considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.25.4	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares: definir método de cálculo das quantidades de postos de trabalho necessários à contratação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação. No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

022.379/2014-2	2272/2016	9.1.25.5	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares: documentar o método utilizado para a estimativa de quantidades de postos de trabalho no processo de contratação, juntamente com os documentos que lhe dão suporte.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.25.6	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares: definir método para a estimativa de preços, considerando uma cesta de preços, utilizando as diretrizes contidas na IN-SLTI 5/2014.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.25.7	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

DNPM/DGADM
Descrição da determinação/recomendação
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares: incluir no método definido acima a elaboração de planilhas de custos e de formação de preços que expressem a composição de todos os custos unitários da contratação: materiais, insumos e mão de obra;
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação. No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.25.8	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares: documentar o método utilizado para a estimativa de preços no processo de contratação, juntamente com os documentos que lhe dão suporte.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação. No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.25.9	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				

No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares: avaliar se a solução é divisível, levando em conta o mercado que a fornece e entendendo que a solução deve ser parcelada quando for tecnicamente e economicamente viável, quando não houver perda de escala e quando houver melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.

No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.25.10	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares: incluir, no levantamento dos requisitos da contratação, requisitos para aferição da qualidade dos serviços prestados, vinculando os pagamentos realizados à entrega dos serviços com a qualidade contratada.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.25.11	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos				

técnicos preliminares: avaliar, no caso de contratação de serviços continuados, as diferentes possibilidades de critérios de qualificação econômico- financeiras previstas na IN-SLTI 02/2008, art. 19, inciso XXIV, considerando os riscos de sua utilização ou não.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.

No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.1.1	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

DNPM/DGADM

Descrição da determinação/recomendação

No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: prever, no modelo de gestão do contrato, cláusulas de penalidades observando as seguintes diretrizes: atrelar multas às obrigações da contratada estabelecidas no modelo de execução do objeto (e.g. multas por atraso de entrega de produtos e por recusa de produtos).

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.

No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.1.2	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

DNPM/DGADM

Descrição da determinação/recomendação

No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: Prever, no modelo de gestão do contrato, cláusulas de penalidades observando as seguintes diretrizes: Definir o rigor de cada multa de modo que seja proporcional ao prejuízo causado pela desconformidade.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.1.3	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: Prever, no modelo de gestão do contrato, cláusulas de penalidades observando as seguintes diretrizes: definir o processo de aferição da desconformidade que leva à multa (e.g. cálculo do nível de serviço obtido).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.1.4	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: Prever, no modelo de gestão do contrato, cláusulas de penalidades observando as seguintes diretrizes: definir a forma de cálculo da multa, de modo que seja o mais simples possível.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.

No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.1.5	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: Prever, no modelo de gestão do contrato, cláusulas de penalidades observando as seguintes diretrizes: definir o que fazer se as multas se acumularem (e.g. distrato).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.1.6	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: Prever, no modelo de gestão do contrato, cláusulas de penalidades observando as seguintes diretrizes: definir as condições para aplicações de glosas, bem como as respectivas formas de cálculo.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação				

faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.

No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.2	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: Prever, no edital de pregão, cláusulas de penalidades específicas para cada conduta que possa se enquadrar no contido na Lei 10.520/2002, art. 7º, observando os princípios da proporcionalidade e prudência.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.3	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: Exigir, antes do início da execução contratual, a designação formal de substitutos dos responsáveis pela gestão, fiscalização e acompanhamento dos contratos durante execução contratual.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação				

faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.

No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.4	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: Prever, no modelo de gestão do contrato, a exigência de que a garantia cubra o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários não quitados pela contratada.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.5	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: Incluir, nas cláusulas de penalidades do contrato, o atraso na entrega das garantias contratuais, inclusive as respectivas atualizações de valores decorrentes de aditivos contratuais.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				

No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.26.6	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico: Estabelecer critérios de aceitabilidade de preços global e unitários, fixando preços máximos para mão de obra e materiais utilizados, de forma que propostas com valores superiores sejam desclassificadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.27.1.1	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de gestão do contrato: Avaliar os riscos de descumprimento pela contratada das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS para determinar a extensão das amostras que serão utilizadas na fiscalização do cumprimento: Das obrigações trabalhistas pela contratada, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				

No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.27.1.2	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de gestão do contrato: Avaliar os riscos de descumprimento pela contratada das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS para determinar a extensão das amostras que serão utilizadas na fiscalização do cumprimento: Das contribuições previdenciárias e dos depósitos do FGTS, por meio da análise dos extratos retirados pelos próprios empregados terceirizados utilizando-se do acesso às suas próprias contas (o objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano - sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez para um mesmo empregado, garantindo assim o "efeito surpresa" e o benefício da expectativa do controle).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.27.2	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de gestão do contrato: documentar a sistemática de fiscalização utilizada em cada período.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação				

faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.

No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.27.3	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de gestão do contrato: utilizar, quando da realização de repactuações, informações gerenciais do contrato para negociar valores consentâneos com a realidade da respectiva execução contratual.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.27.4	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de gestão do contrato: verificar, a cada prorrogação contratual, se a contratada mantém as mesmas condições de habilitação exigidas à época da licitação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				

No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.27.5	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
No modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços que vier a ser elaborado em atenção ao item 9.1.23 retro, incluir os seguintes controles internos na etapa de gestão do contrato: prever, no modelo de gestão do contrato, listas de verificação para os aceites provisório e definitivo, de modo que os atores da fiscalização tenham um referencial claro para sua atuação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Cada contratação necessita de estudos específicos para definição das quantidades de postos, preços, planilhas de custos, divisão em lotes, aferição do serviço prestado, previsões de multas e obrigações. Nesta situação faz-se necessário constituir grupo de trabalho para avaliar, definir e implantar novas metodologias, com elaboração de manuais que sustentem tal implantação.				
No entanto, considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio a longo prazo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.379/2014-2	2272/2016	9.1.29	Ofício nº 154/2016-TCU/Seinfra-Petróleo	06/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGADM				
Descrição da determinação/recomendação				
Avaliar, antes da eventual prorrogação do contrato de limpeza vigente, ou da licitação com vistas a substituí-lo, a possibilidade de incluir, como obrigação da contratada, a adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços de limpeza e conservação, nos termos da IN SLTI/MPOG 1/2010, art. 6º e IN SLTI 2/2008, art. 42, inc. III, e Em atenção à Lei 8.666/1993, art. 3º, <i>caput</i> .				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O DNPM pratica nas contratações os modelos oferecidos pela AGU, bem como os seus roteiros de check list e práticas de sustentabilidade.				
No entanto, faz se necessárias melhorias e considerando o déficit de servidores no órgão, e caso não haja concurso público para reforçar a força de trabalho, o prazo para atendimento dessa demanda se estenderá no médio e longo prazo.				

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No contexto das recomendações/solicitações da CGU, a Auditoria desenvolveu a atividade de buscar as informações nas diversas áreas da Autarquia, DNPM/Sede e Superintendências Regionais, em face da competência inerente aos questionamentos da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU/PR, quando do desenvolvimento dos trabalhos relativos às Auditorias de Avaliação da Gestão, de Acompanhamento da Gestão e/ou outros.

No exercício de 2015 a Controladoria Geral da União, emitiu Relatório de Auditoria Nº 201503634, no qual consignou 48 (quarenta e oito) recomendações de caráter operacionais e estruturantes, onde 16 (dezesesseis) foram atendidas e/ou acatadas, 32 (trinta e duas) estão pendentes de atendimento, entretanto, dentro do prazo de atendimento (2017 e 2018).

Dentre as recomendações pendentes de atendimento, destacamos que 06 (seis) delas estão condicionadas à autorização de concurso público e 03 (três) condicionadas a disponibilidades orçamentárias e financeiras, condicionantes que independem de ações da Autarquia.

As recomendações de caráter estruturantes, objetivaram basicamente a melhoria e o fortalecimento dos componentes dos controles internos administrativos, conforme detalharemos a seguir:

a) Componente Ambiente de Controle - 03 (três) recomendações relacionadas a elaboração de código de ética e de normativo com procedimentos e instruções operacionais do código de ética ou de conduta; 01 (uma) relacionada a elaboração do planejamento estratégico da autarquia e 02 (duas) relacionadas aos indicadores de desempenho.

b) Componente Avaliação de Risco – 01 (uma) recomendação acerca da implementação de política de gerenciamento de riscos, tendo como base um planejamento estratégico, com identificação dos processos críticos, assim como diagnóstico e níveis dos riscos operacionais envolvidos, de informação e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis de gestão da Autarquia, bem como a definição das medidas mitigadoras em todas as áreas de atuação.

c) Componente Procedimento de Controle - 07 (sete) recomendações relacionadas a elaboração de procedimentos e instruções operacionais padronizados.

d) Componente Informação e Comunicação - 04 (quatro) recomendações que tratam da melhoria das informações disponibilizadas ao público externo e interno.

7.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

No exercício de 2016 não houve situações que caracterizassem danos ao erário no montante ou maior que R\$ 75.000,00, por essa razão não houve instauração de Tomada de Contas Especial – TCE.

7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Quanto ao cronograma de pagamento das obrigações, o DNPM atende ao disposto no art. 5º, da Lei 8.666/93, conforme demonstrativo exemplificativo de controle de notas fiscais/faturas detalhadas por fornecedor, fonte de recurso e data de entrada na Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, para pagamento, baseado na estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

QUADRO 49. - PROCESSOS LIQUIDADOS A PAGAR

EMPRESA	NOTA FISCAL	PERÍODO	Data CEOF	-	129323002	141032184	174022018
REDISUL INFORMATICA	10380/2015	mar/15	15/04/2015		91.630,00		
HEPTA	2503/2015	jun/15	07/08/2015			208.467,79	
SQUADRA	264/2015	jul/15	19/08/2015			181.396,39	
HEPTA	2540/2015	jul/15	25/08/2015			195.347,09	
SQUADRA	321/2015	ago/15	17/09/2015			384.128,87	
PAX TRANSPORTA DORA	095/2015	out/15	18/09/2015				
REDISUL INFORMATICA	3152/2015	ago/15	22/09/2015				33.990,00
HELLEN JARJOUR	30935/2015	ago/15	24/09/2015			666,00	
HEPTA	2581/2015	ago/15	29/09/2015			207.188,33	
BARROS AUTOMOVEIS	14469/2015	ago/15	19/10/2015			625,82	
SQUADRA	358/2015	set/15	19/10/2015			223.787,72	
SQUADRA	374/2015	set/15	19/10/2015			63.825,24	
LOGGOS	1026/2015	12 MESES	04/11/2015			7.013,16	
RV PROMOCIONAL	074/2015	out/15	04/11/2015			530,00	
CENTRÃO COMERCIO	11049/2015	set/15	10/11/2015			6.378,00	
ELEVADORES OTIS	7780/2015	set/15	10/11/2015			838,90	

ERIDATA	1681/2015	out/15	10/11/2015		917,50	
JPS SEGURANÇA	913/2015	set/15	10/11/2015		290,00	
SQUADRA	428/2015	repac. Jun/14 dez/14	a 10/11/2015			303.640,02
STILOPLAST	2800/2015	out/15	10/11/2015		20.100,00	
HELLEN JARJOUR	32287/2015	out/15	13/11/2015		2.952,00	
HEPTA	2618/2015	set/15	13/11/2015		167.595,56	
JOSE DOS REIS CHAVEIRO	061/2015	out/15	13/11/2015		813,00	
PLANSUL	63591/2015	set/15	13/11/2015		132.954,22	
VISAO	620/2015	out/15	13/11/2015		9.603,68	
CSS EDITORA GRAFICA	056/2015	nov/15	16/11/2015		1.924,20	
CIEE	10/2015	out/15	18/11/2015		4.386,50	
EBC PUBLICIDADE	782893/2015	out/15	18/11/2015		1.951,08	
NEW LINE	096/2015	out/15	18/11/2015		46.206,12	
ARCANJOS COMERCIAL	1425/2015	nov/15	26/11/2015		450,00	
ELEVADORES OTIS	10107/2015	out/15	26/11/2015		838,90	
GLAUCIANE ALVES	AJUDA DE CUSTO		26/11/2015		25.046,15	
HP BRASIL	343436/2015	06/10/15 05/11/15	a 26/11/2015		6.175,49	
MULT TECNICA	137/2015	set/15	26/11/2015		8.497,78	
PLANSUL	64304/2015	out/15	26/11/2015		128.522,33	
PRIMASOFT	57614/2015	18/10/15 17/11/15	a 26/11/2015		3.273,66	
SQUADRA	438/2015	out/15	26/11/2015		296.317,23	
WORLD DIGITAL	7265/2015	nov/15	26/11/2015		9.435,60	
ACECO	1129/2015	13/10/15 12/11/15	a 01/12/2015		18.529,00	
AGROSERVICE	2905/2015	out/15	01/12/2015		32.007,45	
ALVORADA	530/2015	out/15	01/12/2015		6.066,00	
ERIDATA	1707/2015	nov/15	09/12/2015		917,50	
FOCUS	344/2015	21/10/15 20/11/15	a 09/12/2015		4.268,88	
HEPTA	2653/2015	out/15	09/12/2015		221.862,79	
VISAO	656/2015	nov/15	09/12/2015		9.603,68	
TOTAL				91.630,00	2.641.699,61	337.630,02

QUADRO 50. - Processos a Liquidar

EMPRESA	NOTA FISCAL	PER. DO SERVIÇO PREST	Data CEOF	-	129323002	141032184	174022018
CLARO	9842/2014	02/12/13 01/01/14	a 10/06/2015			3.749,81	

METROQUATT RO	10/2015	abr/15	03/08/2015	64.998,63		
SERPRO INFOVIA -	42696/2015	ago/15	17/09/2015		17.400,00	
SERPRO INFOVIA -	43286/2015	set/15	04/11/2015		17.400,00	
CIEE	08/2015	ago/15	06/11/2015		4.351,35	
CLARO	1974/2015	02/08/15 a 01/09/15	11/11/2015		2.136,93	
CLARO	13816/2015	02/08/15 a 01/09/15	11/11/2015		287,64	
CLARO	14589/2015	02/09/15 a 01/10/15	11/11/2015		1.575,46	
CLARO	14590/2015	02/09/15 a 01/10/15	11/11/2015		287,64	
CLARO	21957/2015	02/06/15 a 01/07/15	11/11/2015		287,64	
CLARO	32308/2015	02/07/15 a 01/08/15	11/11/2015		2.188,80	
CLARO	32309/2015	02/07/15 a 01/08/15	11/11/2015		287,64	
CLARO	32363/2015	02/05/15 a 01/06/15	11/11/2015		287,64	
CLARO	32662/2015	02/04/15 a 01/05/15	11/11/2015		1.808,50	
CLARO	32663/2015	02/04/15 a 01/05/15	11/11/2015		287,64	
CLARO	32379/2015	02/05/15 a 01/06/15	11/11/2015		2.241,28	
SERPRO INFOVIA -	43627/2015	out/15	26/11/2015		17.400,00	
CEB	34062/2015	14/10/15 a 13/11/15	09/12/2015		48.888,95	
OI FIXO	240308/2015	18/10/15 a 17/11/15	09/12/2015		4.539,70	
TOTAL				64.998,63	125.406,62	

TOTAL POR FONTE	156.628,63	2.767.106,23	337.630,02
SALDO FINANCEIRO - 14/12/2015	140,98	143.056,08	33.582,08

7.5 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

O DNPM revisou os contratos vigentes para identificar possíveis contratos atingidos pela Lei da Desoneração (art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012).

Identificou-se os seguintes contratos beneficiados pela referida lei:

Contrato nº 27/2009, CNPJ 41.893.678/0001-28, Processo nº 48400.0001000/2009-97, Squadra Tecnologia S/A. O contrato se encontra encerrado. Ressalte-se que o processo está sob análise para averiguação sobre a desoneração da folha de pagamentos, bem como está sob análise cálculos apresentados para a última repactuação.

Contrato nº 26/2015, CNPJ 41.893.678/0001-28, Processo nº 48400.001219/2015-34, Squadra Tecnologia S/A, O contrato foi firmado após a lei 12.546/2011 e as planilhas apresentadas contemplam a desoneração da folha de pagamento.

Contrato nº 02/2013, CNPJ 37.057.387/0001-22, Processo 48400.001.432/2012-01, Hepta Tecnologia e Informática Ltda. O contrato foi firmado após a lei 12.546/2011 e as planilhas apresentadas contemplam a desoneração da folha de pagamento.

ANEXO

QUADRO 51. - Processos de Procedimentos Arrecadatórios

Processo	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Arrecadação	Prover os meios pelos quais ocorrerão os recolhimentos espontâneos, bem como aqueles posteriores à cobrança, seja à vista ou em prestações, antes ou depois da inscrição em dívida ativa.	Disponibilização de Guias de Recolhimento da União, conciliação bancária, cálculo de débitos atualizado.	Titulares de direitos minerários, Coordenação de Fiscalização das Receitas; Municípios e Estados no caso da CFEM.	Coordenação de Gestão das Receitas
Fiscalização	Através de auditorias baseadas em documentos fiscais e contábeis, aferir se o recolhimento espontâneo da CFEM se deu em conformidade com a Lei nº 7.990/89, o Decreto nº 1/91 e a Instrução Normativa nº 06/2000 do Diretor-Geral do DNPM, entre outros diplomas aplicáveis.	Deflagrar, por meio de uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento (NFLDP) a cobrança de quem não recolheu CFEM ou de quem o fez em valor insuficiente.	Titulares de direitos minerários, a Coordenação de Gestão das Receitas, Estados e Municípios onde há exploração mineral.	Coordenação de Fiscalização das Receitas. Divisões e Serviço de Procedimentos Arrecadatórios nas Superintendências.
Cobrança	Autuar processos de cobrança e garantir o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo, além de providenciar o encaminhamento dos contenciosos encerrados para a inscrição em dívida ativa.	Recuperação de créditos não recolhidos espontaneamente ao DNPM.	Titulares de direitos minerários, Procuradoria-Geral Federal (responsável pela dívida ativa). Estados e Municípios onde há exploração mineral no caso da CFEM.	Coordenação de Gestão das Receitas. Divisões e Serviço de Procedimentos Arrecadatórios nas Superintendências.
Distribuição	Efetuar a repartição e o repasse do montante auferido a título de CFEM conforme o §2º do art. 2º da Lei nº 8.001/90.	Distribuição periódica de recursos	Estados e Municípios onde há exploração mineral.	Coordenação de Gestão das Receitas
Ressarcimentos e compensações	Proceder a devolução de recolhimentos indevidos ou a maior e, quando isto não for possível, providenciar a justa compensação.	Estorno e a compensação de valores.	Titulares de direitos minerários, Municípios e Estados no caso da CFEM.	Divisão de Cobrança, Controle e Acompanhamento das Receitas.
Gestão do CADIN	Realizar a inscrição, a baixa, a suspensão e a reativação de	Garantir a aplicação das restrições	Titulares de direitos minerários,	Setor de Análise de Recursos e

	titulares de direitos minerários no CADIN.	previstas na Lei 10.522/02 aos inadimplentes.	sistema financeiro e outros órgãos federais.	Inscrição no CADIN
Revisar preços dos serviços do DNPM	Avaliar os custos dos serviços prestados pelo DNPM para propor a atualização de seus valores.	Revisão de valores de ressarcimentos por vistoria, emolumentos, multas e da TAH.	Titulares de direitos minerários e o próprio DNPM.	Divisão de Cobrança, Controle e Acompanhamento das Receitas
Planejamento da Fiscalização	Alocar de forma racional os recursos disponíveis para maximizar a eficácia da fiscalização da CFEM	Identificação de empreendimentos prioritários para a fiscalização e elaboração de um cronograma de trabalho.	Coordenação de Fiscalização das Receitas. Divisões e Serviço de Procedimentos Arrecadatórios nas Superintendências.	Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle da Fiscalização

Fonte: DNPM

QUADRO 52. - Processos de Fiscalização da Atividade Minerária

Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Fiscalização da Atividade Minerária	<p>As principais atividades da fiscalização (por meio de análises de documentos técnicos e/ou vistorias) deste processo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Fiscalização de acompanhamento dos trabalhos de pesquisa; - Análise de Relatórios de Pesquisa; - Fiscalização para emissão de Guia de Utilização. - Análise de requerimento de prorrogação do início dos trabalhos de lavra. - Análise de aditamento de nova substância; - Análise de modificação de Plano de Aproveitamento Econômico. - Auditagens dos Relatórios Anuais de Lavra- RAL; -Análise de requerimento de suspensão temporária de lavra. - Análise de requerimento de fixação de limite de jazida ou mina em profundidade, por limite horizontal. - Análise de grupamento mineiro. - Análise de requerimento de renúncia de Título de Lavra. - Apuração de denúncia. 	<p>Os principais produtos/serviço deste processo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regularização das áreas de Pesquisa; - Disponibilização de áreas para novas pesquisas; - Geração de Novas Jazidas; - Regularização de extração mineral na fase de Pesquisa. (G.U); - Conhecimento dos recursos e reservas minerais do Brasil. - Aproveitamento racional da jazida; - Redução de acidentes de trabalho; -Redução de acidentes em Barragens de Mineração; 	<p>Empreendedores, Cooperativas e Instituições Governamentais e Instituições de Ensino.</p>	<p>Coordenação de Fiscalização da Pesquisa Mineral e Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral-CFAM, Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral-CORDEM e Divisões/Serviço de Fiscalização nas Superintendências</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização para o acompanhamento dos trabalhos de lavra: - Fisc. Mina SS, CA, Água Mineral - Fisc. da Gestão de Segurança das Barragens de Mineração - Fisc. Minas Suspensas e/ou Inativas - Fisc. das Permissões de lavra Garimpeira - PLG 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução dos impactos ambientais; - Desenvolvimento sustentável da atividade minerária; - Conhecimento da produção Mineral Brasileira; - Preservação da qualidade das Águas Minerais; - Geração de Receitas para a União. -Disponibilidade de jazida para novos investimentos minerais; Conhecimento da atividade Garimpeira; - Redução da extração ilegal de ouro, gemas e diamantes; -Segurança Jurídica aos empreendimentos Mineiros; 		
Ordenamento Mineral	<p>As principais atividades da fiscalização (por meio de análises de documentos técnicos e/ou vistorias) deste processo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apuração de extração mineral não autorizada em área não titulada; - Apuração de extração mineral não autorizada em área titulada; - Cadastramento de áreas de extração mineral não autorizada em área não titulada; - Cadastramento de áreas de extração mineral não autorizada em área titulada; - Formalização de aglomerados minerais. 	<p>Os principais produtos/serviços deste processo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução da extração mineral ilegal, em especial de minérios de uso na construção civil; - Aproveitamento racional da jazida; - Redução de acidentes de trabalho; - Redução dos impactos ambientais; 	Sociedade, Empresas de Mineração, Cooperativas e Instituições Governamentais.	Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral-CORDEM e Divisões/Serviço de Fiscalização nas Superintendências

		<ul style="list-style-type: none"> - Geração de receitas para a União; - Viabilização da mineração em aglomerados minerais. 		
Emissão do Certificado do Processo Kimberley;	<p>As principais atividades da fiscalização (por meio de análises de documentos técnicos e/ou vistorias) deste processo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gerenciar em conjunto com os órgãos descentralizados, as atividades de análise processual, laudos, pareceres e fiscalização, necessárias à emissão do Certificado do Processo Kimberley- CPK; - Gerenciar o Cadastro Nacional de Comércio de Diamantes - CNCD; - Orientar e apoiar os trabalhos desenvolvidos nos órgãos descentralizados em relação à Certificação Kimberley e CNCD - Coordenar e supervisionar as análises e auditorias, executadas em conjunto com os órgãos descentralizados, do relatório anual apresentado pelos titulares de áreas permissionadas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Emissão do Certificado do Processo de Kimberley - CPK pelo DNPM para exportação de diamantes brutos. - Alinhamento com Acordo Internacional que o Brasil é signatário. 	Sociedade, empresas, cooperativas, Poder Público	Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral- CORDEM e Divisões/Serviço de Fiscalização nas Superintendências
Proteção de Depósitos Fossilíferos	<p>As principais atividades da fiscalização (por meio de análises de documentos técnicos e/ou vistorias) deste processo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Análise para autorização de coleta de fósseis -Análise para anuência de exportação de fósseis; -Análise para cessão ou permissão de uso de espécimes fósseis; - Registro do recebimento de comunicação (prévia) de coleta de fósseis; -Fiscalização das autorizações concedidas; 	<p>Os principais produtos/serviços deste processo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção da proteção de espécimes fósseis e depósitos fossilíferos; - Redução da extração ilegal de fósseis; 	Sociedade, Empresas de Mineração Instituições Governamentais, Museus e Instituições de ensino e pesquisa.	Divisão de Proteção de Depósitos Fossilíferos- DNPM, Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral- CORDEM e Divisões/Serviço de Fiscalização nas Superintendências

	-Fiscalização de denúncias de extração clandestina de fósseis.			
Avaliação da Qualidade Técnica da Água Mineral	<p>As principais atividades desse processo (por meio de análises de documentos técnicos e/ou vistorias) são:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Classificação de águas minerais; -Monitoramento de poços de águas termais e minerais em estâncias hidrominerais com o objetivo de preservação do aquífero; -Análise de requerimento de importação de águas minerais; -Assessoramento à Direção Geral nos trabalhos da Comissão de Crenologia; - Acompanhamento de teste de vazão, de estudos <i>in loco</i>; e - Aprovação de rótulos para uso de água mineral engarrafada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação da qualidade das Águas Minerais; - Aproveitamento racional dos aquíferos nas estâncias hidrominerais. - Garantia da qualidade da água mineral importada no mercado brasileiro. 	Sociedade, Empresas de Mineração Instituições Governamentais.	Divisão Técnica de Água Mineral-DTAM e Divisões/Serviço de Fiscalização nas Superintendências

Fonte:DNPM

QUADRO 53. - Planos Orçamentários 2016

Ação Governo		Plano Orçamentário	
0005	SENTENCAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATORIOS)	0001	PRECATORIOS
00G5	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	0000	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATORIOS E REQUISICOES DE PEQUENO VALOR
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	0001	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	0000	APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	0000	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES

			PUBLICOS FEDERAIS
0Z00	RESERVA DE CONTINGENCIA - FINANCEIRA	0000	RESERVA DE CONTINGENCIA - FINANCEIRA
15AL	REFORMA DE UNIDADES DO DNPM	0000	REFORMA DE UNIDADES DO DNPM - DESPESAS DIVERSAS
		0001	REFORMA DO DNPM- SEDE
		0002	REFORMA DO DNPM/GO
		0004	REFORMA DO DNPM/RN
		0005	REFORMA DO DNPM/SP
		0006	REFORMA DO DNPM/RS
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS
		0002	ADMINISTRACAO DA SEDE DO DNPM
		0003	INVESTIMENTO NA ESTRUTURA DA AUTARQUIA
		0004	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DAS ALAGOAS
		0005	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO AMAPA
		0006	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO AMAZONAS
		0007	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DA BAHIA
		0008	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO CEARA
		0009	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO ESPIRITO SANTO
		000A	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO GOIAS
		000B	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO MARANHAO
		000C	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE MINAS GERAIS
		000D	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA

			DO MATO GROSSO DO SUL
		000E	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE MATO GROSSO
		000F	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO RIO GRANDE DO NORTE
		000G	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO RIO GRANDE DO SUL
		000H	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE RONDONIA
		000I	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO PARA
		000J	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DA PARAIBA
		000K	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE PERNAMBUCO
		000L	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO PIAUI
		000M	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO PARANA
		000N	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO RIO DE JANEIRO
		000O	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE RORAIMA
		000P	INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO
		000Q	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE SANTA CATARINA
		000R	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE SERGIPE
		000S	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE SAO PAULO
		000T	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE TOCANTINS

		000U	SERVICO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
		000V	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS PROPRIOS DA UNIAO
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	0001	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT	0001	AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS
20TP	PESSOAL ATIVO DA UNIAO	0000	PESSOAL ATIVO DA UNIAO
20TZ	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA MINERACAO	0002	EXTENSIONISMO MINERAL
215Z	OUTORGA E FISCALIZACAO MINERARIA	0001	GESTAO DA OUTORGA DE TITULOS MINERARIOS
		0002	FISCALIZACAO MINERAL EM AREAS TITULADAS
		0003	FISCALIZACAO DE RECEITAS
		0004	FISCALIZACAO DA ATIVIDADE MINERAL ILEGAL
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	0000	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUBLICOS
4396	AVALIACAO DE DISTRITOS MINEIROS	0000	AVALIACAO DE DISTRITOS MINEIROS
8890	INFORMACOES E ESTUDOS DO SETOR MINERAL	0000	INFORMACOES E ESTUDOS DO SETOR MINERAL

Fonte:DNPM

FORÇA TAREFA - Realizada em 2016												
N.º	Servidores	Função	Origem	Destino	Diárias	(Diárias)	Passag Aéreas	Objetivo	Setor	Período	Processos	
1	Paulo Junio	Tec Min	Brasília	Goiana	0,5	119,85		Veiculo oficial	GNSS GEODÉSICO	SUP/GO	21/01 a 21/01/16	1
2	Saul Batista de Assis	Motorisata	Brasília	Goiana	5	79,13		Veiculo oficial	Conduziu Técnico	SUP/GO	21/01 a 21/01/16	1
3	Paulo Junio	Tec. Min	Brasília	São Paulo	4,5	972,90	1.168,27	Vistoria in Loco		SUP/SP	01/02 à 05/02/16	1
4	Nelson Canhada Soares	Motorisata	São Paulo	Santa Izabel	4,5	796,50		Veiculo oficial	Conduziu Técnico	Santa Isabel /SP	01/02 à 05/02/16	1
5	Cassio Constantino	Tec. Min	Brasília	São Paulo	4,5	710,10	1.420,27	Vistoria in Loco		São Paulo	01/02 à 05/02/16	1
6	Aloísio Souza Jesus e Cruz	Diretor	Brasília	Porto Velho	3,5	850,67	2.078,68	Reunião /SUP/RO		SUP/RO	15/02 à 18/02/16	1
7	Charles Daniel M. Araújo	Eng. Minas	Belém	Brasília	12,5	2.689,30	1.516,00	Comissão Disp		DGTM/SEDE	28/02 à 11/03/16	19
8	Francisco da Silva Freire		Santa Catarina	Brasília	0,6	892,87	1.324,65	Reunião trabalho		DGTM/SEDE	21/02 à 27/02/16	1
9	Francisc Lustosa de Araujo	Eng. Minas	Recife	Brasília	12,5	2802,50	1.107,80	Comissão Disp		DGTM/SEDE	28/02 à 11/03/16	19
10	André Elias Marques	Esp. Rec Min	Goiana	Brasília	11,5	2390,20	411,08	Força Tarefa		Controle Áreas	28/03 à 08/04/16	116
11	Francisco Lustosa de Araújo	Eng. Minas	Recife	Brasília	13,5	2913,50	1.767,08	Comissão Disp		DGTM/SEDE	27/03 à 09/04/16	29
12	Lucilea Alves de Avelar	Tec Min	Belem	Brasília	11,5	2465,10	1097,10	Força Tarefa		Controle Áreas	28/03 à 08/04/16	108
13	Ricardo Moreira Peçanha	Eng. Minas	Santa Catarina	Brasília	2,5	560,50	943,28	Reunião trabalho		DGTM/SEDE	28/03 à 30/03/16	1
14	Charles Daniel M. Araújo	Eng. Minas	Belem	Brasília	13,5	2913,50	1.430,80	Comissão Disp		DGTM/SEDE	27/03 à 09/04/16	29
15	Fernando Evangelista K	Téc. Min	Goiana	Brasília	11,5	2370,10		veicula próprio		Força Tarefa	28/03 à 08/04/16	116
16	Marise Cardoso Oliveira	Tec. MG	Goiana	Brasília	11,5	2465,10	649,40	Força Tarefa		Controle Áreas	28/03 à 08/04/16	108
17	Reinaldo Batista Nascimento	Esp. Rec Min	Recife	Porto Velho	11,5	2465,10	1.279,28	Força Tarefa		SUP/RO	18/04 à 29/04/16	14
18	Maria Marilac F e Souza T	Ag Adm	Campo Grande	Cuiabá	11,5	2507,50	1.050,00	Força Tarefa		SUP/MT	10/04 à 22/04/16	1
19	João Victor Albuquerque	Geólogo	Recife	Brasília	11,5	2465,10	1.288,18	Força Tarefa		DGTM/SEDE	25/04 à 06/05/16	1
20	Rubens Sirtoli	Tec. Min	Vitória	Brasília	11,5	2465,10	2.081,18	Força Tarefa		DGTM/SEDE	04/04 à 15/04/16	108
21	Ronildo José de Lima	Ag. Administr.	Brasília	B. Horizonte	9,5	1927,44	1.801,98	Força Tarefa		SUP/MG	11/04 à 20/04/16	113
22	Eutiquia Lúcia Vale Ramos		Boa Vista	B. Horizonte	9,5	1919,44	2.469,28	Força Tarefa		SUP/MG	11/04 à 20/04/16	
23	Maira Moreira Rodrigues	Tec. Adm	R. de Janeiro	B. Horizonte	9,5	1984,02	2.149,28	Força Tarefa		SUP/MG	11/04 à 20/04/16	1
24	Marise Cardoso	Esp. Rec Minerais	Goiania	Brasília	11,50	2370,10	1.000,00	Força Tarefa		DGTM/SEDE	02/05 à 13/05/2016	1
25	Rubens Sirtoli	Tec Cartografia	Vitória	Brasília	11,50	2465,10	1.279,28	Força Tarefa		DGTM/SEDE	02/05 à 13/05/2016	1
26	Fernando Ferreira da Rosa	Esp. Rec Minerais	Goiania	Brasília	11,5	2370,10	1.000,00	Força Tarefa		DGTM/SEDE	02/05 à 13/05/2016	60
27	Lucilea Alves de Avelar	Tec. Rec. Minerais	Belem	Brasília	11,5	2465,10	1.769,08	Força Tarefa		DGTM/SEDE	02/05 à 13/05/2016	
28	Claudio Sousa da Silva	Tec. Rec. Minerais	Natal	Brasília	11,5	2458,90	1.269,18	Força Tarefa		DGTM/SEDE	02/05 à 13/05/2016	108
29	Edson Silva dos Santos	Esp. Rec. Minerais	Belém	Itaituba	12,5	2099,30	2.229,50	Imissão de Posse		SUP/PA	08/05 à 20/05/2016	2
30	José Luiz Bastos Rodrigues	Geólogo	Belém	Itaituba	12,5	2099,30	2.229,50	Imissão de Posse		SUP/PA	08/05 à 20/05/2016	2
31	Edileia Soares Pires	Tec Ativ. Mineraç	Belém	Itaituba	12,5	2099,30	2.229,50	Força Tarefa		SUP/PA	08/05 à 20/05/2016	2
32	Fernando Evangelista K. Jun	Técnico em Miner	Goiania	Brasília	4,5	904,80		Veículo próprio		Força Tarefa	09/05 à 13/05/2016	116
33	Elina Maria de Figueiredo	Geóloga	Cuiabá	Brasília	12,5	2689,30	1.007,41	Força Tarefa		DGTM/SEDE	15/05 à 27/05/2016	12
34	Wagner Araújo Nascimento	Esp. Rec Minerais	Vitória	Cuiabá	12,5	2394,30	1697,08	Força Tarefa		SUP/MT	15/05 à 27/05/2016	10
35	Livia Kishinami Barbosa	Tec. Rec Minerais	São Paulo	Goiana	12,50	2193,70	1.301,08	Força Tarefa		SUP/GO	16/05 à 27/05/2016	149
36	Solange da Silva	Tec. Mineração	Goiania	Brasília	25,5	5212,70	1.080,28	Força Tarefa		DGTM/SEDE	30/05 à 24/06/2016	1.146
37	Rubens Sirtoli	Téc. Mineração	Vitória	Brasília	11,5	2578,30	1.566,29	Força Tarefa		DGTM/Controle de	06-06 à 17/06/2016	18
38	André Elias Marques	Téc. em Atividade	Goiana	Brasília	11,5	2279,20		veiculo próprio		Força Tarefa	DGTM/Controle de	13/06 à 24/06/2016
39	Cláudio Souza da Silva	Téc. Recurso Mine	Natal	Brasília	11,5	2458,90	601,08	Força Tarefa		DGTM/Controle de	13/06 à 24/06/2016	32
40	Roberto Cordeiro da Silva	Téc. em Mineraç	Salvador	Belém	18,5	3398,50	3.566,28	Força Tarefa		SUP/PA	13/06 à 01/07/2016	407
41	Maria dos Reis de Teixeira	Agente Administr	Macapá	Belém	11,5	3493,80	997,65	Força Tarefa		SUP/PA	13/06 à 01/07/2016	
42	Fernando José de Barros	Datilográfico	Brasília	Belo Horizont	11,5	2325,90	982,08	Força Tarefa		SUP/BH	13/06 à 24/06/2016	280
43	Artur César de Oliveira	Tec Ativ. Mineraç	Salvador	PortoVelho	9,5	1774,22	1.973,18	Força Tarefa		SUP/RO	22/6 a 01/07/2016	2
44	Maria Emilia M Tenreiro	Técnico em Miner	Vitória	B. Horizonte	11,5	2329,40	1.089,08	Força Tarefa		SUP/MG	13/06 à 24/06/2016	2
45	Maria Marilac F. Souza de To	Agente Administr	Campo Grande	Brasília	12,5	2637,18	1.101,08	Força Tarefa		DGTM/EMP	19/06 à 01/07/2016	
46	Jardel Carvalho Dias	Téc. Rec Minerais	Natal	B. Horizonte	12,5	2541,80	1.559,08	Força Tarefa		SUP/MG	27/06 à 09/07/2016	41
47	Júlio César Ferreira	Téc Rec. Minerais	Goiana	Natal	18,5	3356,55	1.832,05	Força Tarefa		SUP/RN	20/06 a 08/07/2016	
48	Cassio Teixeira Constatino	Téc. Em Ativ. Min	Brasília	B. Horizonte	11,5	2329,40	1.341,98	Força Tarefa		SUP/MG	13/06 a 24/06/2016	220
49	Joaquim Ribeiro Neto	Téc. em Rec. Min	Porto velho	Cruz. Do Sul	8	1546,38	1.401,62	Força Tarefa		Vistoria in loco	17/06 a 25/06/2016	3
50	Aloísio Souza de Jesus e Cruz	Diretor	Brasília	Macapá	4,5	1090,37	3.619,18	Avaliação Téc		SUP/PA	28/06 à 02/07/2016	1
51	Francisco Lustosa de Araujo	Eng. Minas	Recife	Brasília	12,5	2689,30	1.067,08	Comissão disp.		DGTM/lavra	03/07 à 15/07/2016	17
52	Charles Daniel M. de Araujo	Eng. Minas	Belém	Brasília	12,5	2689,30	2.704,08	Comissão disp.		DGTM/lavra	03/07 à 25/07/2016	26
53	Glória Lorena Sousa Sena	Esp. Rec.Minerais	Manaus	Porto Velho	12,5	2394,30	1.200,08	Força Tarefa		SUP/RO	03/07 à 15/07/2016	69
54	Ronildo José de Lima	Agente Administr	Brasília	B. Horizonte	11,5	2305,90	1.293,08	Força Tarefa		SUP/MG	04/07 à 15/07/2016	31
55	Reinaldo Batista do Naschmen	Tec. Mineração	Recife	Goiana	12,5	2394,30	1.979,28	Força Tarefa		SUP/GO	10/07 à 22/07/2016	34
56	Claudio Sousa da Silva	Tec. Mineração	Natal	Brasília	12,5	2683,10	869,28	Força Tarefa		DGTM/SEDE	11/07 à 23/07/2016	20
57	Livia Kishinami Barbosa	Tec. Rec. Minerais	São Paulo	Goiana	11,5	2193,70	2.715,08	Força Tarefa		SUP/GO	18/07 à 29/07/2016	127
58	Paulo Junio Ribeiro Peixoto	Tec. Rec. Minerais	Brasília	Curitiba	5,5	1186,95	2.390,08	Vistoria in loco		SUP/PR	25/07 à 30/07/2016	2
59	Angelo dos Santos	Esp. Rec.Minerais	Brasília	Curitiba	5,5	1094,20	1.762,08	Vistoria in loco		SUP/PR	25/07 à 30/07/2016	2
60	Fernando Antonio Guimarães	Tec. Rec. Minerais	Curitiba	Foz do Iguacu	5,5	869,40		carro oficial		Cond. Equipe	25/07 à 30/07/2016	1
61	Maria dos Reis Reis Teixeira	Agente Administr	Macapá	Porto Alegre	11,5	1922,30	3049,28	Força Tarefa		SUP/RS	18/07 à 29/07/2016	200
62	José de Anchieta Barbosa	Eng. Minas	SÃO PAULO	Goiana	11,5	2193,70	1.955,08	Força Tarefa		SUP/GO	18/07 à 29/07/2016	9
63	Solange da Silva	Ag. Administrativ	Goiana	São Paulo	11,5	2373,60	1.716,08	Apoio técnico		SUP/GO	18/07 à 29/07/2016	1.358
64	Jocy Miranda	Gólogo	Cuiabá	Brasília	5,5	1.224,00	1.716,08	Força Tarefa		DGTM/SEDE	24/07 à 29/07/2016	67
65	Jose de Sousa Guimarães Net	Tec Recursos Min	Manaus	Porto Velho	13,5	2541,40	1.209,08	Apoio técnico		SUP/RO	24/07 à 19/08/2016	11
66	Sergio Luiz Klein	Eng. Minas	Natal	Palmas	13,5	2.128,08	2.128,08	Análise proc PAE		SUP/TO	31/07 à 13/08/2016	15
67	Elina Maria F. Araújo	Geóloga	Cuiabá	Brasília	13,5	4426,85	1.309,08	Análise F.Front		DGTM/SEDE	31/07 à 13/08/2016	1
68	Maria Marilac F. S Toledo	Agente Administr	Campo Grande	Brasília	13,5	4375,35	1.742,18	Anal. F. Front.		DGTM/SEDE	31/07 à 13/08/2016	1
69	Francisco Lustosa de Araujo	Eng. Minas	Recife	Brasília	12,5	4090,55	1.774,63	Comissão disp.		DGTM/lavra	31/07 à 12/08/2016	19
70	Charles Daniel M. de Araujo	Geóloga	Belém	Brasília	20,5	6060,30	3.491,98	Comissão disp.		DGTM/lavra	31/07 à 20/08/2016	
71	Aloísio Souza de Jesus e Cruz	Diretor-Geólogo	Brasília	Porto Velho	3,5	871,49	1.828,18	Reunião		SUP/RO	07/08 à 10/08/2016	1
72	Vanda Lima de Andrade	Tec em Administr	Brasília	Curitiba	11,5	2607,85	1.733,63	Força Tarefa		SUP/PR	08/08 à 19/08/2016	19
73	Antônio Dantas	Tec. Em Rec. Mine	Brasília	Curitiba	11,5	2193,70	1.733,63	Força Tarefa		SUP/PR	08/08 à 19/08/2016	
74	Helenilda M. Caldas F. Caldas	Eng. Minas	Brasília	Curitiba	11,5	2193,70	1.733,63	Análise PAE		SUP/PR	08/08 à 19/08/2016	20
75	Roberto Magno	Tec. Adm	Braília	Salvador	11,5	3041,30	901,08	Anál.processual		SUP/BA	08/08 à 19/08/2016	54

FIGURA 10. Forças Tarefas 2016

QUADRO 54. - Vistorias e Análises Processuais por UF

	Vistorias	Análise processual	Total ⁽¹⁾
Minas Gerais	1.242	1.773	3.015
Bahia	363	1.189	1.552
Goiás	541	784	1.325
Santa Catarina	353	643	996
Rio Grande do Sul	325	549	874
São Paulo	267	436	703
Espírito Santo	89	510	599
Paraná	148	433	581
Pará	192	254	446
Ceará	132	290	422
Rio Grande do Norte	141	278	419
Mato Grosso do Sul	207	191	398
Mato Grosso	160	237	397
Amazonas	66	288	354
Rio de Janeiro	69	254	323
Pernambuco	109	179	288
Piauí	33	228	261
Alagoas	83	70	153
Rondônia	49	104	153
Paraíba	95	56	151
Maranhão	27	121	148
Sergipe	60	79	139
Tocantins	40	99	139
Amapá	27	22	49
Roraima	27	17	44
Total	4.845	9.084	13.929

Notas: (1) A coluna Total é calculada pela soma das vistorias extraídas do Relatório Gerencial Mensal mais as análises processuais registradas no Cadastro Mineiro, que são atos decisórios publicados no DOU.

Fonte: DNPM

QUADRO 55. - Análise Processual por Superintendência - Exercício 2016.

Análise Processual por Superintendência - Exercício 2016

Superintendências

	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Rel. final de pesquisa ⁽¹⁾	31	34	14	738	170	255	478	40	1.066	19	178	103	37	94	159	269	131	146	39	1	176	269	58	236	61	4.802
Prorrogação de Alvará ⁽²⁾	11	237	2	147	36	13	128	46	174	6	39	92	0	26	33	76	7	37	7	0	41	4	19	120	4	1.305
Rel. reavaliação ⁽³⁾	0	1	0	3	1	12	11	0	18	4	0	2	0	2	1	3	14	0	0	0	0	13	0	17	0	102
Rel. nova substância ⁽³⁾	0	0	0	0	0	0	2	0	3	0	0	0	0	0	0	4	6	1	0	0	2	8	0	9	0	35
Guia de utilização ⁽³⁾	3	2	6	170	29	80	56	3	295	1	19	11	18	11	3	63	12	27	58	2	4	181	2	0	11	1.067
RAL	25	14	0	128	48	128	105	31	189	160	0	39	0	39	32	10	69	61	0	13	320	114	0	8	23	1.556
Suspensão de Lavra ⁽⁴⁾	0	0	0	1	0	10	2	1	9	1	0	0	0	4	0	2	1	2	0	1	3	37	0	4	0	78
Aditamento de Substância ⁽⁴⁾	0	0	0	0	2	0	0	0	5	0	0	1	0	0	0	2	4	2	0	0	0	0	0	9	0	25
Novo PAE ⁽⁴⁾	0	0	0	2	4	10	2	0	14	0	1	5	1	2	0	4	10	2	0	0	3	7	0	26	0	93
Renúncia de título ⁽⁴⁾	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	10	0	7	0	21
TOTAL	70	288	22	1.189	290	510	784	121	1.773	191	237	254	56	179	228	433	254	278	104	17	549	643	79	436	99	9.084

Notas: (1) Inclui os relatórios aprovados, negados, arquivados e sobrestrados, que são apresentados ao término da fase de pesquisa. Fonte: CFPM extraídos do Cadastro Mineiro.

(2) São incluídos os relatórios parciais aprovados e indeferidos, referentes a pedidos de prorrogação do Alvará de Pesquisa. Fonte: CFPM extraídos do Cadastro Mineiro.

(3) Total de RRR, Rel. nova substância e GU analisadas com decisão publicada no Diário Oficial da União (deferidos, indeferidos e cancelamentos). Fonte: CFPM extraídos do Cadastro Mineiro.

(4) Decisão publicada no Diário Oficial da União. Fonte: CFAM extraídos do Cadastro Mineiro.

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS – DNPM

QUADRO 56. - Vistoriados por Superintendência - Exercício 2016.

		Superintendência																										
Vistoria		RS	SP	MG	PE	PA	GO	BA	AM	RJ	CE	SC	MT	PR	RN	PB	AP	TO	SE	RO	ES	PI	MA	MS	RR	AL	Total	
1 – Fase de Pesquisa Mineral																												
Acomp. pesquisa		20	0	2	1	14	4	1	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	46	
R. Final Pesquisa		95	123	341	34	22	59	202	0	24	31	157	47	63	56	17	0	11	1	6	2	23	0	3	0	13	1.330	
R. Parcial Pesquisa		32	0	6	0	23	2	0	0	0	5	1	2	0	13	10	6	0	0	0	0	2	0	9	0	4	115	
Guia de Utilização		3	0	178	0	2	1	14	0	0	26	18	1	0	4	4	0	6	1	1	2	0	0	0	1	2	264	
Água mineral e potável de mesa	Acomp. pesquisa	34	0	1	0	0	2	3	0	0	13	6	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	63	
	Estudos “in loco”	2	0	0	0	0	0	0	2	0	6	0	2	0	12	3	1	1	8	1	0	2	0	1	1	2	44	
	Teste de vazão	0	3	6	0	0	4	4	0	0	1	2	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	24	
TOTAL		186	126	534	35	61	72	224	2	24	84	184	55	63	86	35	7	18	10	9	5	27	1	14	3	21	1.886	
2 – Fase de Concessão de Lavra / Licenciamento																												
Acomp. lavra céu ab.		34	26	95	24	8	49	20	0	8	18	3	9	14	1	3	4	3	8	0	5	0	0	40	0	3	375	
Acomp. lavra subter.		0	1	13	0	1	1	10	0	1	0	21	0	2	5	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0	1	62	
Lavra água mineral		16	7	15	26	11	31	6	0	1	6	24	4	1	12	0	0	0	1	9	0	1	4	6	2	0	183	
Fix. limite prof horiz.		0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10	
Reaval. reservas		0	15	13	2	1	7	6	0	0	0	5	0	0	1	0	0	1	0	3	0	0	1	13	0	1	69	
Aditamento de nova subst.		0	1	0	0	1	0	0	5	0	1	2	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Monit. barragens		4	19	262	0	14	8	25	32	0	0	5	24	4	0	0	0	8	1	6	0	0	0	60	0	0	472	
Monit. Poços		0	0	3	0	0	230	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	234	
Licenciamento		53	0	2	0	37	1	0	3	2	15	12	3	0	6	0	2	0	6	2	0	0	0	62	14	1	221	
Renúncia título (fech.)		0	0	1	0	0	9	0	0	0	6	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	
Capacidade financeira		1	0	2	1	0	49	0	1	0	0	1	0	8	1	6	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	73	
TOTAL		108	69	406	53	73	393	68	41	12	46	78	40	32	27	9	6	12	19	22	5	1	6	184	16	7	1.733	

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS – DNPM (extraído da compilação dos Relatórios Gerenciais Mensais)

Eventos Vistoriados por Superintendência - Exercício 2016 (continuação).

Superintendência																											
Vistoria	RS	SP	MG	PE	PA	GO	BA	AM	RJ	CE	SC	MT	PR	RN	PB	AP	TO	SE	RO	ES	PI	MA	MS	RR	AL	Total	
3 – Fase de Permissão de Lavra Garimpeira / Registro de Extração																											
Vistoria prévia PLG	1	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26
Acomp. PLG	7	0	5	0	8	0	3	0	0	0	0	33	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	58
Registro Extração	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
TOTAL	10	0	5	9	9	0	3	0	0	0	0	35	0	0	17	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	91	
4 – Demandas externas																											
Área não autorizada	19	0	143	12	40	50	54	2	29	2	62	24	48	16	16	1	8	5	4	33	5	2	0	5	32	612	
Ordenamento mineral	0	0	15	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	22
Eventos interinstitucionais	0	0	0	0	4	9	0	0	3	0	4	1	0	0	7	1	1	5	2	1	0	0	0	0	20	58	
Outros	2	72	139	0	5	17	9	21	1	0	25	5	5	12	11	9	1	19	12	45	0	18	9	3	3	443	
Total	21	72	297	12	49	76	68	23	33	2	91	30	53	28	34	11	10	31	18	79	5	20	9	8	55	1.135	
TOTAL GERAL	325	267	1.242	109	192	541	363	66	69	132	353	160	148	141	95	27	40	60	49	89	33	27	207	27	83	4.845	

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS – DNPM (extraído da compilação dos Relatórios Gerenciais Mensais)

Observação: As vistorias realizadas, por vezes, podem englobar mais de um assunto abordado. Nesses casos, cada assunto representa um quantitativo de vistoria. Razão para a diferença com as informações do Sistema de Ressarcimento de Vistoria.

QUADRO 57. - Certificados de Kimberley emitidos em 2016

#	Nº CPK	Município	UF	Peso (ct)	Valor (US\$)	País Importador
01	523	São Gonçalo do Abaeté	MG	7,18	299.968,08	Israel
02	524	Coromandel	MG	257,54	238.173,77	U.S.A.
03	526	Torixoréu/MT-Baliza/GO	MT	833,05	596.300,00	Bélgica-UE
04	528	Torixoréu/MT-Baliza/GO	MT	563,95	1.067.169,01	U.S.A.
05	529	Itaituba	PA	2.261,77	226.740,00	Israel
06	530	Juína	MT	5.841,82	123.800,00	Bélgica-UE
07	531	Torixoréu/MT-Baliza/GO	MT	728,40	820.000,00	U.S.A.
08	533	Coromandel	MG	120,09	750.000,00	USA
09	535	Juína	MT	2.031,11	25.650,00	R. Tcheca-
10	536	Coromandel	MG	174,42	250.004,18	USA
11	537	Coromandel	MG	106,71	550.000,00	China
12	538	Itaituba	PA	1.507,50	148.507,50	Israel
13	540	Coromandel	MG	32,50	45.500,00	Bélgica-EU
14	541	Tiros/S. Gonçalo do Abaeté	MG	32,46	499.901,00	EAU
15	542	Coromandel	MG	72,08	250.000,00	USA
16	547	Nordestina	BA	21.884,87	4.172.285,06	EAU
17	548	Ituiutaba/Monte Alegre de Minas	MG	20,00	60.000,00	USA
18	549	São Gonçalo do Abaeté	MG	227,31	120.000,00	USA
19	550	Abadia dos Dourados	MG	13,14	7.299.980,00	EAU
20	551	Coromandel	MG	105,76	157.284,84	Israel
21	552	Juína	MT	4.717,86	95.175,00	Bélgica - UE
22	553	Juína	MT	4.598,20	96.725,00	Bélgica - UE
23	554	Varjão de Minas e São Gonçalo do	MG	129,53	531.976,23	USA
24	555	São Gonçalo do Abaeté	MG	20,88	60.000,00	USA
25	556	Itaituba	PA	1.285,06	144.915,00	Israel
26	557	Torixoréu	MT	583,22	466.576,00	Bélgica - UE
27	558	São Gonçalo do Abaeté/Varjão de	MG	58,60	580.000,00	EAU
28	559	Nordestina	BA	9.385,45	1.459.435,49	EAU
29	560	Nordestina	BA	9.497,68	2.392.642,29	EAU
30	561	Nordestina	BA	8.086,80	2.090.367,23	EAU
31	562	Nordestina	BA	9.198,50	1.309.000,38	EAU
32	563	Juína	MT	1.430,20	48.050,00	Israel
33	564	Juína	MT	502,00	40.000,00	EAU
34	568	Abadia dos Dourados	MG	8,12	25.000,00	USA
35	569	Coromandel	MG	124,14	220.500,00EU	USA
36	571	Juína	MT	955,59	23.538,00	EAU
37	573	Guiratinga	MT	1.341,83	221.401,95	USA
38	575	Nordestina	BA	11.257,02	2.639.371,59	EAU
39	576	Nordestina	BA	8.156,63	1.497.887,80	EAU
40	577	Nordestina	BA	9.145,58	346.569,01	EAU
41	578	Nordestina	BA	10.667,42	2.972.236,90	EAU
42	579	Juína	MT	378,38	12.105,00	Israel
43	580	Coromandel	MG	6,94	530.000,00	EAU
44	582	Coromandel	MG	38,57	62.875,00	Israel
45	583	Patos de Minas e Coromandel	MG	427,90	385.110,00	USA
46	586	São Gonçalo do Abaeté	MG	483,40	245.000,00	EAU
47	587	Itaituba	PA	1.050,30	107.130,60	Israel
				130526,20	36615951,8 3	

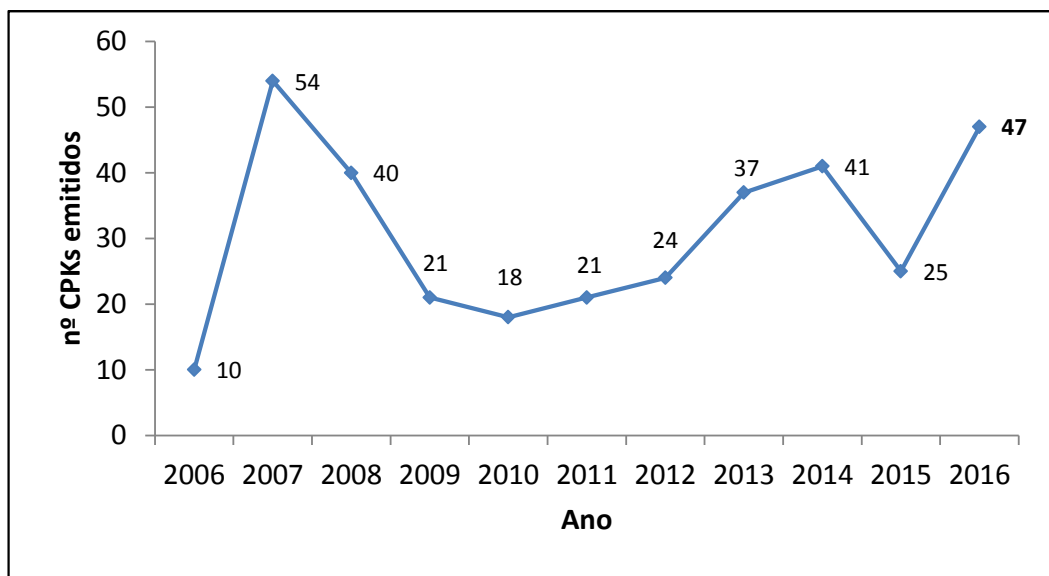


FIGURA 11. Número de CPKs emitidos no Brasil entre 09/2006 e 12/2016

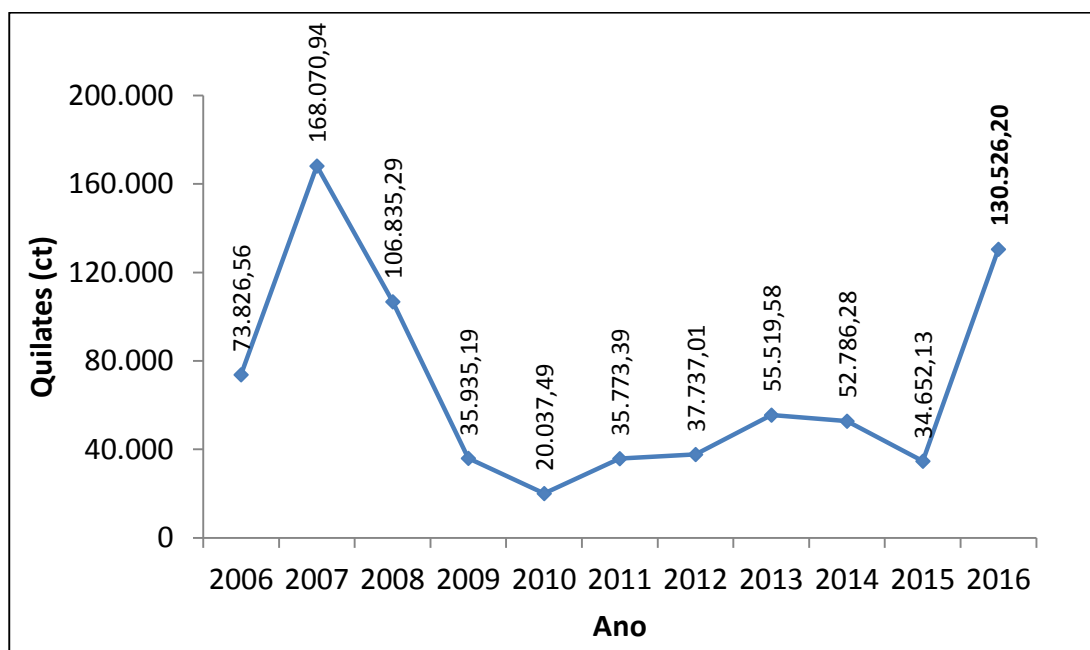


FIGURA 12. Peso em quilates dos lotes certificados no Brasil entre 09/2006 e 12/2016.

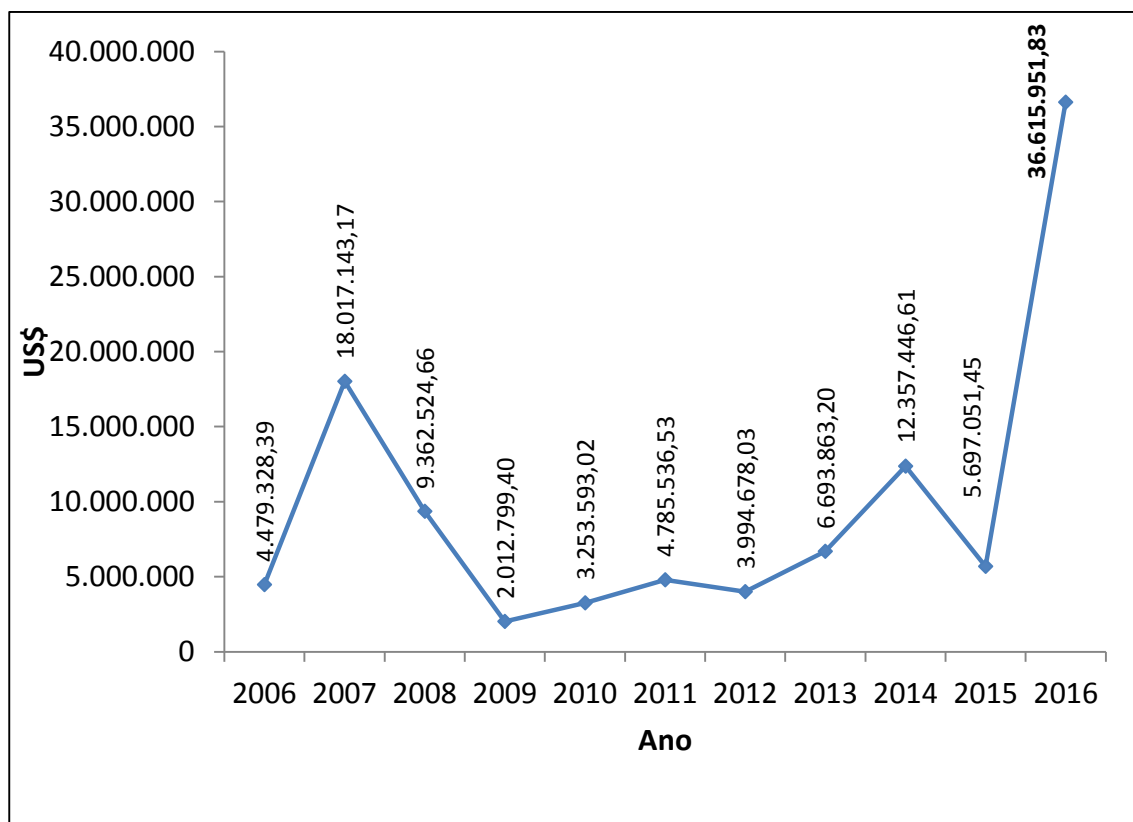


FIGURA 13. Valor total em US\$ dos lotes certificados no Brasil entre 09/2006 e 12/2016.

QUADRO 58. - CPKs emitidos a partir de setembro de 2006

Ano	Peso (ct)	Valor (US\$)	Nº de Empresas	Nº de Municípios	Nº de áreas produtoras
2006	73.826,56	4.479.328,39	4	3	7
2007	168.070,94	18.017.143,17	12	7	18
2008	106.835,29	9.362.524,66	12	11	27
2009	35.935,19	2.012.799,40	8	9	35
2010	20.037,49	3.253.593,02	8	14	27
2011	35.773,39	4.785.536,53	8	11	27
2012	37.737,01	3.994.678,03	10	9	15
2013	55.519,58	6.693.863,20	11	11	25
2014	52.786,28	12.357.446,61	12	9	23
2015	34.652,13	5.697.051,45	07	11	15
2016	130.526,20	36.615.951,83	21	13	30
Total	751.700,06	107.269.916,29	---	---	---

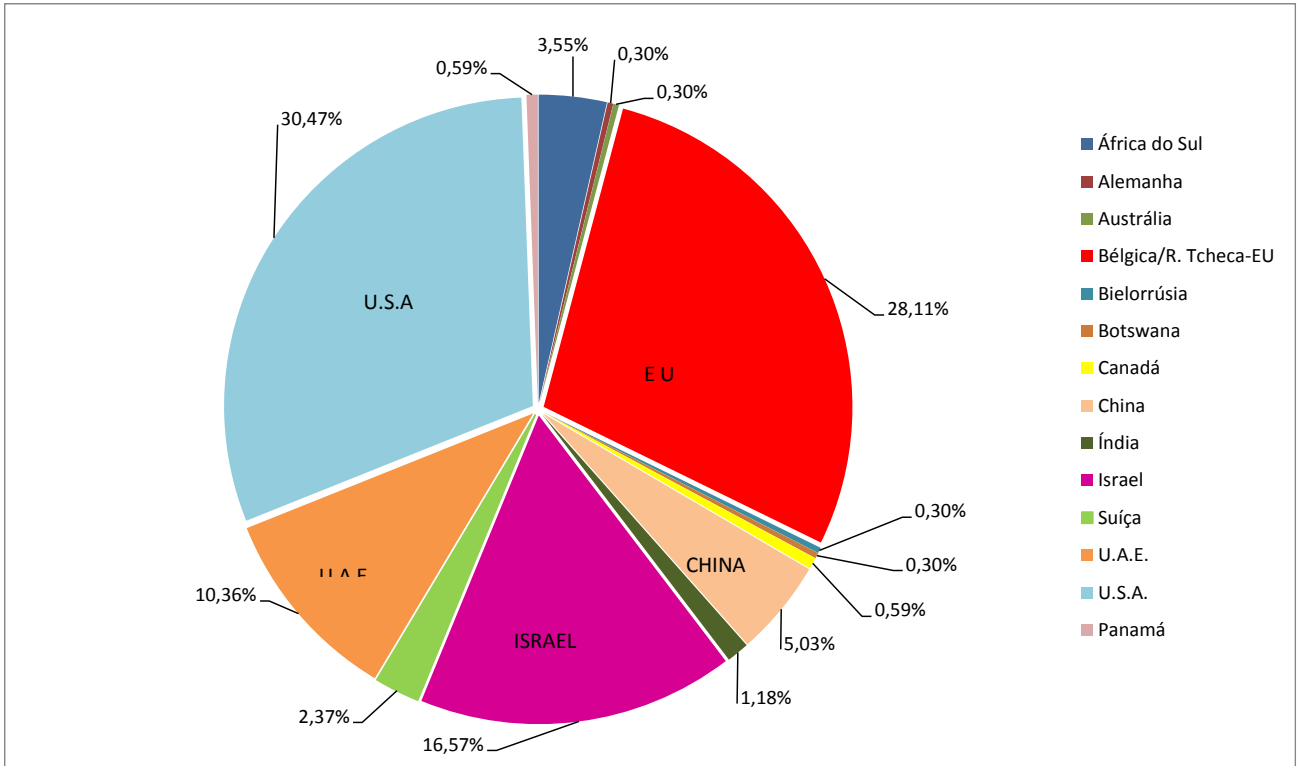


FIGURA 14. Países de destino dos CPKs brasileiros emitidos de 2006 a 2016.

QUADRO 59. - Lista de Barragens Vistoriadas no Ano de 2016

ITEM	Nome da Barragem	Nome do Empreendedor	CLASSIF	Inseridas na PNSB
1	0-1	Mineração Taboca S.A.	D	SIM
2	0-2	Mineração Taboca S.A.	D	SIM
3	158 (A-1)	Mineração Taboca S.A.	C	SIM
4	161 (A2)	Mineração Taboca S.A.	D	SIM
5	189	Mineração Taboca S.A.	E	NÃO
6	22	Mineração Taboca S.A.	E	NÃO
7	30-1	Mineração Taboca S.A.	E	NÃO
8	42	Mineração Taboca S.A.	E	NÃO
9	444 (A-3)	Mineração Taboca S.A.	D	SIM
10	68-1	Mineração Taboca S.A.	E	NÃO
11	69	Mineração Taboca S.A.	E	NÃO
12	75-1	Mineração Taboca S.A.	E	NÃO
13	81-1	Mineração Taboca S.A.	D	SIM
14	Pau D'Arco	Mineração Taboca S.A.	D	SIM
15	Mário Cruz	Zamin Amapá Mineração S.a.	B	SIM
16	North Mill Pond	Beadell Brasil Ltda	D	SIM
17	TAP D	Beadell Brasil Ltda	C	SIM
18	West Pond	Beadell Brasil Ltda	D	SIM
19	BARRAGEM BM	Vale Fertilizantes S A	C	SIM
20	BARRAGEM BR	Vale Fertilizantes S A	C	SIM
21	BARRAGEM DE REJEITOS CGO	Pilar de Goiás Desenvolvimento Mineral S.a.	C	SIM
22	BARRAGEM DE REJEITOS DO CÔRREGO BACO PARÍ	Mineração Maracá Industria e Comercio Sa	C	SIM
23	BARRAGEM DO BURACO	Anglo American Fosfatos Brasil Ltda.	C	SIM
24	Barragem do Jacuba	Votorantim Metais S.A.	C	SIM
25	Barragem MSG	Mineração Serra Grande S.a.	C	SIM
26	Reservatório de Água Industrial - Niquelândia	Anglo American Níquel Brasil Ltda	D	NÃO
27	Reservatório de Água Industrial Barro Alto	Anglo American Níquel Brasil Ltda	D	SIM
28	Unidade I	Anglo American Nióbio Brasil Ltda.	C	SIM
29	Unidade II	Anglo American Nióbio Brasil Ltda.	C	SIM
30	BACIA 01 ALTO DA SERRA MN	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
31	BACIA 02 ALTO DA SERRA FE	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
32	BACIA 02 ALTO DA SERRA MN	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
33	BACIA 02 PÉ DA SERRA FE	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
34	BACIA 03 ALTO DA SERRA FE	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
35	BACIA 03 ALTO DA SERRA MN	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
36	BACIA 03-04 PÉ DA SERRA FE	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
37	BACIA 04 ALTO DA SERRA FE	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
38	BACIA 05 ALTO DA SERRA FE	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
39	BACIA 05 PÉ DA SERRA FE	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
40	BACIA 07 ALTO DA SERRA FE	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
41	BACIA 07-08 PÉ DA SERRA FE	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
42	Baia 4	Mmx Corumbá Mineração S A	C	SIM
43	Barragem 6	Vetorial Mineração S.A	C	SIM
44	BARRAGEM DO GREGÓRIO	Mineração Corumbaense Reunida S.a.	C	SIM
45	Barragem Sul 1	Mmx Corumbá Mineração S A	C	SIM
46	B5	Mineração Apoena S A	C	SIM
47	Bacia de Rejeito	Reginaldo Luiz de Almeida Ferreira Me	D	SIM
48	Bacia de Rejeito Rio do Couro	MANEY MINERAÇÃO CASA DE PEDRA LTDA	C	SIM
49	BACIA PB SANTA CLARA	VALDINEI MAURO DE SOUZA	C	SIM
50	BARRAGEM 01	MORRINHO MINERAÇÃO LTDA	B	SIM
51	BARRAGEM ALAIN 2	Alain Stephane Riviere Mineracao	B	SIM
52	Barragem EPP	Serra da Borda Mineração e Metalurgia S.a	C	SIM
53	BOM PASTOR	SIDNEI RAFAEL DE SOUSA	E	NÃO
54	Dique de Finos	Mineração Apoena S A	C	SIM
55	maranata	SIDNEI RAFAEL DE SOUSA	E	SIM
56	Oregon	SÉRGIO DE FRANÇA	E	SIM
57	POND 1 - BARRAGEM DE LIXIVIAÇÃO	Nx Gold S.a	C	SIM
58	REJEITO CASA DE PEDRA	MANEY MINERAÇÃO CASA DE PEDRA LTDA	C	SIM
59	Santa Helena	PROMETÁLICA MINERAÇÃO LTDA	D	SIM

ITEM	Nome da Barragem	Nome do Empreendedor	CLASSIF	Inseridas na PNSB
60	B1	Mineração Paragominas S A	C	SIM
61	B3	Mineração Paragominas S A	C	SIM
62	B5	Mineração Paragominas S A	C	SIM
63	B6	Mineração Paragominas S A	C	SIM
64	Bacia 1 A	Imerys Rio Capim Caulim S/A	C	SIM
65	Bacia 1 B	Imerys Rio Capim Caulim S/A	C	SIM
66	Bacia 4	Imerys Rio Capim Caulim S/A	C	SIM
67	Bacia 5 A	Imerys Rio Capim Caulim S/A	C	SIM
68	Bacia 5 B	Imerys Rio Capim Caulim S/A	C	SIM
69	Bacia 5 C	Imerys Rio Capim Caulim S/A	C	SIM
70	Bacia 6 A	Imerys Rio Capim Caulim S/A	D	SIM
71	Bacia B 1	Imerys Rio Capim Caulim S/A	C	SIM
72	Bacia B 1	PARÁ PIGMENTOS S.A	D	SIM
73	Bacia B 4	Imerys Rio Capim Caulim S/A	D	SIM
74	Bacia de Controle Ambiental	PARÁ PIGMENTOS S.A	D	SIM
75	Bacia de Segurança	Imerys Rio Capim Caulim S/A	D	SIM
76	Barragem Igarapé	Companhia Vale do Rio Doce	E	NÃO
77	Barragem São Geraldo 01	COOP. MINERADORA DOS GARIMPEIROS DE ARIQUEMES LTDA.	C	NÃO
78	Barragem São Geraldo 02	COOP. MINERADORA DOS GARIMPEIROS DE ARIQUEMES LTDA.	C	NÃO
79	Barragem Usina	Companhia Vale do Rio Doce	E	NÃO
80	BRILASA	BRILASA - BRITAGEM E LAMINAÇÃO DE ROCHAS S/A	D	NÃO
81	BR-MFA 01	MINERAÇÃO FLORESTA DO ARAGUAIA S/A	E	NÃO
82	BR-MFA 02	MINERAÇÃO FLORESTA DO ARAGUAIA S/A	E	NÃO
83	BR-MFA 03	MINERAÇÃO FLORESTA DO ARAGUAIA S/A	E	NÃO
84	BR-MFA 04	MINERAÇÃO FLORESTA DO ARAGUAIA S/A	E	NÃO
85	Deposito de Rejeito B2	PARÁ PIGMENTOS S.A	D	SIM
86	Deposito de Rejeito R4	PARÁ PIGMENTOS S.A	D	SIM
87	Dique 04	Companhia Vale do Rio Doce	E	NÃO
88	Dique 05	Companhia Vale do Rio Doce	E	NÃO
89	Dique 06	Companhia Vale do Rio Doce	E	NÃO
90	Mirante I e II	CADAM S.A.	E	SIM
91	BARRAGEM DE REJEITO	White Solder Metalurgia e Mineração Ltda	D	NÃO
92	BARRAGEM DE REJEITO DO TABOQUINHA 1	Estanho de Rondonia S A	C	SIM
93	BARRAGEM DE REJEITO DO TABOQUINHA 2	Estanho de Rondonia S A	C	SIM
94	BARRAGEM DE REJEITO DO TABOQUINHA 3	Estanho de Rondonia S A	C	SIM
95	BARRAGEM JACARÉ SUPERIOR	Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz Ltda	D	SIM
96	IGARAPÉ MUTUM	Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz Ltda	E	SIM
97	RESERVATÓRIO 01	White Solder Metalurgia e Mineração Ltda	D	NÃO
98	RIO BRANCO	Minerais & Metais Comércio e Indústria Ltda	C	NÃO
99	Rio Santa Cruz	Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz Ltda	E	SIM
100	Bacia A	CARBONIFERA METROPOLITANA SA	C	SIM
101	Bacia B	CARBONIFERA METROPOLITANA SA	C	SIM
102	Bacia de Acumulação 01	CARBONÍFERA SIDERÓPOLIS LTDA	C	SIM
103	BACIA DE DECANTAÇÃO - MÓDULO A	CARBONIFERA CRICIUMA S.A.	D	SIM
104	Barragem Cruz de Malta	INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA	C	SIM
105	Barragem Rio Fiorita	CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.	C	SIM
106	BOA VISTA	CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA	B	SIM
107	LAURO MULLER	CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.	C	SIM
108	NOVO HORIZONTE	CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA	B	SIM
109	USINA DE FLUORITA ESTAÇÃO DE COCAL	Nazca Participações Ltda.	C	SIM
110	Barragem 2 - Britagem	PEDREIRA SARGON LTDA	D	NÃO
111	Barragem 3 - Bota Fora	PEDREIRA SARGON LTDA	D	NÃO
112	Barragem 4 - Bota Fora	PEDREIRA SARGON LTDA	D	NÃO
113	Barragem de sedimentos da Pedreira Itapeti	EMBU S/A ENGENHARIA E COMERCIO	C	SIM
114	Barragem de sedimentos da Pedreira Juruauçu	EMBU S/A ENGENHARIA E COMERCIO	C	SIM
115	CHAPADINHA 061	UILSON ROMANHA & CIA LTDA	E	SIM
116	CHAPADINHA 221	UILSON ROMANHA & CIA LTDA	E	SIM
117	Dique 2	PEDREIRA SARGON LTDA	C	SIM
118	OURO BRANCO	MINERAÇÃO OURO BRANCO SALTO DE PIRAPORA LTDA ME	E	NÃO
119	PIRAPORÃO	UILSON ROMANHA & CIA LTDA	E	SIM
120	Sítio Horii	Empresa de Mineração Horii Ltda.	E	NÃO

ITEM	Nome da Barragem	Nome do Empreendedor	CLASSIF	Inseridas na PNSB
121	UNIDOS	Unidos Extração e Comércio de Areia e Pedra Ltda Epp	E	NÃO
122	BARRAGEM DE ÁGUA BRUTA	Itafós Mineração Ltda	D	SIM
123	BARRAGEM DE CONTENÇÃO DE REJEITOS	Itafós Mineração Ltda	D	SIM
124	CAJÁ 1	Geominas Minerações Ltda.	C	SIM
125	CAJÁ 2	Geominas Minerações Ltda.	C	SIM
126	CAJÁ 3	Geominas Minerações Ltda.	C	SIM
127	A0 (Mina Barreiro)	Vale Fertilizantes S A	C	SIM
128	Alemães	GERDAU AÇOMINAS S.A.	C	SIM
129	B1	Itaminas Comércio de Minérios S.a.	C	SIM
130	Barragem B-1	Nacional de Grafite Ltda	D	SIM
131	B1/B4 (Mina Barreiro)	Vale Fertilizantes S A	C	SIM
132	B2	Itaminas Comércio de Minérios S.a.	C	SIM
133	B2 (Mina Barreiro)	Vale Fertilizantes S A	D	SIM
134	B4	Itaminas Comércio de Minérios S.a.	C	SIM
135	B5 (Mina Barreiro)	Vale Fertilizantes S A	C	SIM
136	B5	VERMELHÃO MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA	B	SIM
137	Baia da UTM I	GERDAU AÇOMINAS S.A.	B	SIM
138	Baias da UTM II	GERDAU AÇOMINAS S.A.	D	SIM
139	Barragem 01 - Jose Jaime	MINERITA - MINÉRIOS ITAÚNA LTDA.	C	SIM
140	Barragem 02	Companhia Siderúrgica Nacional SA	E	NÃO
141	Barragem 02 - Canindé	MINERITA - MINÉRIOS ITAÚNA LTDA.	C	SIM
142	Barragem 03	Companhia Siderúrgica Nacional SA	D	SIM
143	Barragem 1	Votorantim Metais Zinco S.A.	C	SIM
144	Barragem 2	Votorantim Metais Zinco S.A.	C	SIM
145	Barragem 3	Votorantim Metais Zinco S.A.	C	SIM
146	BARRAGEM 5	Vale S A	C	SIM
147	BARRAGEM 5 (Mutuca)	Vale S A	C	SIM
148	BARRAGEM 7	Ferrous Resources do Brasil Sa	C	SIM
149	BARRAGEM 7B	Vale S A	C	SIM
150	BARRAGEM 8B	Vale S A	C	SIM
151	Barragem A	KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S. A.	C	SIM
152	BARRAGEM A (UPM)	Vale Fertilizantes S A	D	SIM
153	BARRAGEM ALCINDO VIEIRA (CAUÊ)	Vale S A	D	SIM
154	BARRAGEM ALTO JACUTINGA	Vale S A	D	SIM
155	Barragem Aroeira	VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A	C	SIM
156	BARRAGEM ATHAYDE	Vale S A	E	NÃO
157	BARRAGEM B	Vale Fertilizantes S A	D	SIM
158	BARRAGEM B 03	Vale S A	C	SIM
159	Barragem B1	Herculano Mineração Ltda.	B	SIM
160	Barragem B1	Mineração Geral do Brasil Ltda.	D	SIM
161	Barragem B1 Auxiliar Tico Tico	Mmx Sudeste Mineração S.a.	C	SIM
162	Barragem B1 Ipê	Mmx Sudeste Mineração S.a.	C	SIM
163	Barragem B1 Tico Tico	Mmx Sudeste Mineração S.a.	C	SIM
164	Barragem B1A Ipê	EMICOM Mmx Sudeste Mineração S.a.	C	SIM
165	Barragem B2	Herculano Mineração Ltda.	D	SIM
166	Barragem B2	Mineração Geral do Brasil Ltda.	D	SIM
167	Barragem B-2	Nacional de Grafite Ltda	B	SIM
168	Barragem B3	Herculano Mineração Ltda.	D	SIM
169	Barragem B3	Mineração Geral do Brasil Ltda.	E	NÃO
170	BARRAGEM B4	Companhia Siderúrgica Nacional SA	C	SIM
171	Barragem B4	Herculano Mineração Ltda.	C	SIM
172	Barragem B-4	Nacional de Grafite Ltda	C	SIM
173	BARRAGEM B5	Companhia Siderúrgica Nacional SA	C	SIM
174	BARRAGEM B6	MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS SA	C	SIM
175	BARRAGEM B7	MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS SA	C	SIM
176	BARRAGEM BAIXO JOÃO PEREIRA	Vale S A	D	SIM
177	BARRAGEM BARNABÉ	Vale S A	D	SIM
178	Barragem BD-2 (CMT)	Vale Fertilizantes S A	E	SIM
179	Barragem BD-5 (CMT)	Vale Fertilizantes S A	C	SIM
180	Barragem BL-1 (CMT)	Vale Fertilizantes S A	C	SIM

ITEM	Nome da Barragem	Nome do Empreendedor	CLASSIF	Inseridas na PNSB
181	BARRAGEM BOM JARDIM	BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA	C	SIM
182	Barragem BR (CMT)	Vale Fertilizantes S A	C	SIM
183	Barragem BRI (CMT)	Vale Fertilizantes S A	C	SIM
184	BARRAGEM C (UPM)	Vale Fertilizantes S A	E	NÃO
185	BARRAGEM CAMBUCAL I (MINAS DO MEIO)	Vale S A	C	SIM
186	BARRAGEM CAMBUCAL II (Minas do Meio)	Vale S A	C	SIM
187	BARRAGEM CAMPO GRANDE	Vale S A	C	SIM
188	BARRAGEM CAPÃO DA SERRA	Vale S A	C	SIM
189	BARRAGEM CAPIM BRANCO (Inativa)	MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS SA	C	SIM
190	Barragem Captação de Água	Mineração Usiminas S.a.	D	NÃO
191	BARRAGEM CASA DE PEDRA	Companhia Siderúrgica Nacional SA	C	SIM
192	BARRAGEM CEMIG I	Vale S A	C	SIM
193	BARRAGEM CEMIG II	Vale S A	C	SIM
194	Barragem Central	Mineração Usiminas S.a.	C	SIM
195	BARRAGEM CIANITA I	Vale S A	D	SIM
196	BARRAGEM CONCEIÇÃO	Vale S A	C	SIM
197	Barragem da Mina II	COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ	E	SIM
198	Barragem de Rejeitos	ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S.A.	C	SIM
199	BARRAGEM DE REJEITOS	Votorantim Metais Zinco S A	C	SIM
200	Barragem de Rejeitos- MRDM	Mineração Riacho dos Machados Ltda.	C	SIM
201	BARRAGEM DICÃO	Vale S A	C	SIM
202	BARRAGEM DICÃO LESTE	Vale S A	D	SIM
203	BARRAGEM DO DIOGO	Vale S A	C	SIM
204	BARRAGEM DO DOUTOR	Vale S A	C	SIM
205	BARRAGEM DO ELEFANTE	Vale S A	E	SIM
206	BARRAGEM DO GRUPO (Inativa)	Vale S A	E	SIM
207	Barragem do Josino	FERRO + MINERAÇÃO S/A	D	SIM
208	BARRAGEM DO PRATA	Vale S A	E	NÃO
209	Barragem Eustáquio	KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S. A.	C	SIM
210	BARRAGEM FORQUILHA I	Vale S A	D	SIM
211	BARRAGEM FORQUILHA II	Vale S A	D	SIM
212	BARRAGEM FORQUILHA III	Vale S A	C	SIM
213	BARRAGEM FORQUILHA IV	Vale S A	D	SIM
214	BARRAGEM GALEGO	Vale S A	C	SIM
215	BARRAGEM GAMBÁ	Vale S A	D	SIM
216	BARRAGEM I (Córrego Feijão)	Vale S A	C	SIM
217	Barragem II Mina Engenho	Mundo Mineração Ltda.	A	SIM
218	BARRAGEM ITABIRUÇU (Conceição)	Vale S A	C	SIM
219	BARRAGEM IV (Córrego do Feijão)	Vale S A	C	SIM
220	BARRAGEM IV-A (Córrego do Feijão)	Vale S A	C	SIM
221	BARRAGEM JIRAU (CAUÊ)	Vale S A	D	SIM
222	BARRAGEM MARAVILHAS I	Vale S A	C	SIM
223	BARRAGEM MARAVILHAS II	Vale S A	C	SIM
224	BARRAGEM MARÉS I	Vale S A	E	SIM
225	BARRAGEM MARÉS II	Vale S A	C	SIM
226	BARRAGEM MENEZES I (Córrego do Meio)	Vale S A	E	NÃO
227	BARRAGEM MENEZES II (Córrego do Feijão)	Vale S A	C	SIM
228	BARRAGEM MERCES	BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA	E	SIM
229	Barragem Mina Engenho	Mundo Mineração Ltda.	A	SIM
230	Barragem Mina Oeste (Somisa)	Mineração Usiminas S.a.	B	SIM
231	BARRAGEM MONJOLO	Vale S A	C	SIM
232	BARRAGEM MOSQUITO	Vale S A	C	SIM
233	BARRAGEM NATIVIDADE (TIMBOPEBA)	Vale S A	C	SIM
234	Barragem Paciência	Mineração Serras do Oeste Ltda	C	SIM
235	BARRAGEM PENEIRINHA	Vale S A	C	SIM
236	BARRAGEM PIABAS (CAUÊ)	Vale S A	C	SIM
237	BARRAGEM PONTAL (Mina Cauê)	Vale S A	C	SIM
238	BARRAGEM PORTEIRINHA	Vale S A	C	SIM
239	BARRAGEM PRINCIPAL	Vale S A	D	SIM
240	BARRAGEM RIO DO PEIXE (Conceição)	Vale S A	C	SIM
241	Barragem Samambaia 0 (zero)	Mineração Usiminas S.a.	C	SIM

ITEM	Nome da Barragem	Nome do Empreendedor	CLASSIF	Inseridas na PNSB
242	BARRAGEM SANTANA (CAUÊ)	Vale S A	C	SIM
243	Barragem Santo Antônio	KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S. A.	C	SIM
244	BARRAGEM SUL (CÓRREGO DO CANAL)	Vale S A	C	SIM
245	BARRAGEM SUL INFERIOR	Vale S A	C	SIM
246	BARRAGEM SUL SUPERIOR	Vale S A	C	SIM
247	BARRAGEM TAQUARAS	MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS SA	C	SIM
248	BARRAGEM TIMBOPEBA	Vale S A	C	SIM
249	BARRAGEM VARGEM GRANDE	Vale S A	C	SIM
250	BARRAGEM VI (Córrego do Feijão)	Vale S A	C	SIM
251	BARRAGEM VII (Córrego do Feijão)	Vale S A	D	SIM
252	Bocaina	GERDAU AÇOMINAS S.A.	C	SIM
253	Cachoeirinha	Vallourec Mineração Ltda.	C	SIM
254	Calcinados	ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.	C	SIM
255	Califórnia	Nacional de Grafite Ltda	C	SIM
256	Clarificação Bocaina	GERDAU AÇOMINAS S.A.	C	SIM
257	Cocoruto	ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.	C	SIM
258	Contenção de Rejeitos de CDS II	ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.	C	SIM
259	Contenção de Rejeitos de Cuiabá	ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.	C	SIM
260	Dique 01	COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL - COMISA	D	SIM
261	Dique 01	EMPABRA - EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA.	B	SIM
262	Dique 02	COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL - COMISA	D	SIM
263	Dique 02	EMPABRA - EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA.	A	SIM
264	DIQUE 02 - GONGO SOCO	Vale S A	E	NÃO
265	DIQUE 02 PONTAL	Vale S A	C	SIM
266	Dique 03	COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL - COMISA	C	SIM
267	DIQUE 03 PONTAL	Vale S A	C	SIM
268	DIQUE 04 PONTAL (ou Dique 4 braço) CAUÊ	Vale S A	C	SIM
269	DIQUE 05 PONTAL	Vale S A	C	SIM
270	DIQUE 06 PONTAL (CAUÊ)	Vale S A	C	SIM
271	DIQUE 105 I (Minas do Meio)	Vale S A	C	SIM
272	Dique 1A Conceição	Vale S A	E	SIM
273	DIQUE 1B CONCEIÇÃO	Vale S A	E	SIM
274	Dique B3 Ipê	EMICOM Mmx Sudeste Mineração S.a.	B	SIM
275	Dique B4 Ipê	EMICOM Mmx Sudeste Mineração S.a.	B	SIM
276	DIQUE C - GONGO SOCO	Vale S A	E	NÃO
277	DIQUE CORDÃO NOVA VISTA (CAUÊ)	Vale S A	C	SIM
278	DIQUE D	BRASMIC MINERAÇÃO AREIA E BRITA LTDA.	C	SIM
279	DIQUE DA PDE 03	Vale S A	E	SIM
280	DIQUE DA PDE LAGOA SECA	Vale S A	D	SIM
281	DIQUE DA PERA	Vale S A	C	SIM
282	DIQUE DA PILHA DA VILA II	Companhia Siderúrgica Nacional SA	D	SIM
283	Dique de contenção de finos	PEDRAS CONGONHAS EXTRAÇÃO ARTE INDUSTRIA LTDA	E	NÃO
284	DIQUE DE PÉ DE PILHA/EMESA	Empresa de Mineração Esperança Sa	D	NÃO
285	DIQUE DO BICHENTO IIIA	Companhia Siderúrgica Nacional SA	D	SIM
286	Dique do Esmeril I	Companhia Siderúrgica Nacional SA	E	SIM
287	DIQUE DO ESMERIL IV	Companhia Siderúrgica Nacional SA	C	SIM
288	DIQUE FERNANDINHO	Vale S A	D	SIM
289	DIQUE II	Vale S A	D	SIM
290	DIQUE III	Vale S A	D	SIM
291	Dique Lisa	Vallourec Mineração Ltda.	C	SIM
292	DIQUE MINERVINO (CAUÊ)	Vale S A	C	SIM
293	Dique Oeste	Mineração Usiminas S.a.	E	SIM
294	DIQUE PARACATU	Vale S A	D	SIM
295	DIQUE PDE FOSFOROSO (Alegria)	Vale S A	D	SIM
296	DIQUE QUÉIAS	COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL - COMISA	C	SIM
297	DIQUE QUINZINHO (Minas do Meio)	Vale S A	C	SIM
298	DIQUE TRÊS FONTES (Minas do Meio)	Vale S A	C	SIM
299	E (Mina Barreiro)	Vale Fertilizantes S A	C	SIM
300	Finos de CDS I	ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.	C	SIM

ITEM	Nome da Barragem	Nome do Empreendedor	CLASSIF	Inseridas na PNSB
301	GABIÕES	Empresa de Mineração Esperança Sa	E	NÃO
302	Itamarati de Minas	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO	C	SIM
303	Malaquias	NIKI MINERAÇÃO, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.	D	SIM
304	Marçu	Nacional de Grafite Ltda	D	SIM
305	MIRAI/MG	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO	C	SIM
306	Modulo 3	VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A	E	NÃO
307	Moita	Mineração Serras do Oeste Ltda	C	SIM
308	Pilha Barragem	EXTRATIVA MINERAL LTDA	E	SIM
309	Rancho Casca	Nacional de Grafite Ltda	C	SIM
310	Rapaunha	ANGLOGOLD ASHANTI CÔRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.	C	SIM
311	Santa Bárbara	Vallourec Mineração Ltda.	C	SIM
312	SANTO ANTÔNIO	NIKI MINERAÇÃO, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.	D	SIM
313	Tanque Especifico IX B	KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S. A.	D	SIM
314	Tanque Especifico X	KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S. A.	D	SIM
315	Tanque Especifico XI	KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S. A.	B	SIM
316	Tanque Especifico XII	KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S. A.	D	SIM
317	Turmalina	MINERAÇÃO TURMALINA LTDA.	C	SIM
318	Volta Grande 1	AMG MINERAÇÃO S.A	C	SIM
319	Volta Grande 2	AMG MINERAÇÃO S.A	C	SIM
320	Cruz	Mineração Taboca S.A.	D	SIM
321	Índio	Mineração Taboca S.A.	D	SIM
322	B2	Zamin Amapá Mineração S.a.	B	SIM
323	BACIA DE DECANTAÇÃO	MINERAÇÃO M. M. LTDA	E	NÃO
324	CAVA B	GALVANI INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS S.A.	C	SIM
325	RG2W	Mineração Serras do Oeste Ltda	C	SIM
326	PDE Engano	Vale S A	X	NÃO
327	Barragem Mata Porcos	Vale S A	E	NÃO
328	Barragem Freitas	Vale S A	X	NÃO
329	Barragem Captação	Vale S A	E	NÃO

QUADRO 60. - Balanço Financeiro 2016



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - AUTARQUIA
 ORGÃO
 SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 21/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	1.892.988.588,03	1.571.499.140,22	Despesas Orçamentárias	316.875.620,01	298.784.878,49
Ordinárias	122.501,58	54.016,12	Ordinárias	207.708.238,03	44.563.801,75
Vinculadas	1.893.829.125,35	1.571.756.277,08	Vinculadas	109.167.381,98	254.221.076,74
Transferências Constitucionais e Legais	1.583.315.133,19	1.316.747.130,83	Seguridade Social (Exceto RGPS)	37.711.482,34	31.345.140,49
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	310.513.992,16	255.009.146,25	Operação de Crédito		17.728.739,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-963.038,90	-311.152,98	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	71.455.899,64	205.147.197,25
Transferências Financeiras Recebidas	384.070.803,36	323.128.524,49	Transferências Financeiras Concedidas	1.986.953.086,75	1.630.784.148,97
Resultantes da Execução Orçamentária	328.798.819,65	280.976.349,10	Resultantes da Execução Orçamentária	41.258.425,79	18.710.810,39
Repasso Recebido	287.540.393,86	262.265.538,71	Sub-repasso Concedido	41.258.425,79	18.710.810,39
Sub-repasso Recebido	41.258.425,79	18.710.810,39	Independentes da Execução Orçamentária	1.945.694.660,96	1.612.073.338,58

Independentes da Execução Orçamentária	55.271.983,71	42.152.175,39	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	11.907.501,67	7.003.971,41
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	26.728.467,75	20.785.589,45	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.933.787.159,29	1.605.069.367,17
Movimentação de Saldos Patrimoniais	28.543.515,96	21.366.585,94	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	53.597.672,61	49.868.141,13	Despesas Extraorçamentárias	18.163.609,07	18.057.951,12
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	897.133,30	5.462.199,85	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.863.820,90	7.388.171,87
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	12.336.942,81	11.430.978,55	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10.536.679,49	10.203.887,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	760.615,78	27.077,57	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	115.540,69	48.816,12
Outros Recebimentos Extraorçamentários	39.602.980,72	32.947.885,16	Outros Pagamentos Extraorçamentários	647.567,99	417.076,13
Restituições a Pagar	2.822,92		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	21.457,79	7.076,13
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		4.600,92	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		410.000,00
Arrecadação de Outra Unidade	39.600.157,80	32.920.954,09	Demais Pagamentos	626.110,20	
Demais Recebimentos		22.330,15			
Saldo do Exercício Anterior	4.652.018,42	7.783.191,16	Saldo para o Exercício Seguinte	13.316.766,59	4.652.018,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.652.018,42	7.783.191,16	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.316.766,59	4.652.018,42
TOTAL	2.335.309.082,42	1.952.278.997,00	TOTAL	2.335.309.082,42	1.952.278.997,00

Fonte: SIAFI Web

QUADRO 61. - Balanço Orçamentário 2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 21/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	232.791.909,00	232.791.909,00	1.892.988.588,03	1.660.196.679,03
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	194.062.248,00	194.062.248,00	1.845.436.419,57	1.651.374.171,57
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-

Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	194.062.248,00	194.062.248,00	1.845.436.419,57	1.651.374.171,57
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	19.633.032,00	19.633.032,00	27.308.610,37	7.675.578,37
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	19.633.032,00	19.633.032,00	27.308.610,37	7.675.578,37
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	19.096.629,00	19.096.629,00	20.243.558,09	1.146.929,09
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	19.096.629,00	19.096.629,00	20.084.456,55	987.827,55
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	151.861,56	151.861,56
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	7.239,98	7.239,98
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-

Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	232.791.909,00	232.791.909,00	1.892.988.588,03	1.660.196.679,03
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	232.791.909,00	232.791.909,00	1.892.988.588,03	1.660.196.679,03
TOTAL	232.791.909,00	232.791.909,00	1.892.988.588,03	1.660.196.679,03
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	297.313.142,00	316.418.538,00	311.189.292,24	303.853.952,01	302.963.252,70	5.229.245,76
Pessoal e Encargos Sociais	237.334.142,00	256.263.070,00	253.006.130,54	251.512.630,08	251.512.630,08	3.256.939,46
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	59.979.000,00	60.155.468,00	58.183.161,70	52.341.321,93	51.450.622,62	1.972.306,30
DESPESAS DE CAPITAL	4.090.000,00	5.740.000,00	5.686.327,77	684.725,19	678.291,20	53.672,23
Investimentos	4.090.000,00	5.740.000,00	5.686.327,77	684.725,19	678.291,20	53.672,23
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	159.521.015,00	159.521.015,00	-	-	-	159.521.015,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	460.924.157,00	481.679.553,00	316.875.620,01	304.538.677,20	303.641.543,90	164.803.932,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	460.924.157,00	481.679.553,00	316.875.620,01	304.538.677,20	303.641.543,90	164.803.932,99
SUPERÁVIT			1.576.112.968,02			-
						1.576.112.968,02
TOTAL	460.924.157,00	481.679.553,00	1.892.988.588,03	304.538.677,20	303.641.543,90	-
						1.411.309.035,03

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.637.989,00	9.746.680,13	9.048.275,56	9.048.275,56	571.043,08	1.765.350,49
Pessoal e Encargos Sociais	3.345,39	536.062,83	414.300,77	414.300,77	-	125.107,45
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.634.643,61	9.210.617,30	8.633.974,79	8.633.974,79	571.043,08	1.640.243,04
DESPESAS DE CAPITAL	125.962,50	1.684.298,42	1.488.403,93	1.488.403,93	12.609,70	309.247,29
Investimentos	125.962,50	1.684.298,42	1.488.403,93	1.488.403,93	12.609,70	309.247,29
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.763.951,50	11.430.978,55	10.536.679,49	10.536.679,49	583.652,78	2.074.597,78

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	283.094,50	6.634.257,20	6.679.627,53	-	237.724,17
Pessoal e Encargos Sociais	-	185.554,18	185.554,18	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-

Outras Despesas Correntes	283.094,50	6.448.703,02	6.494.073,35	-	237.724,17
DESPESAS DE CAPITAL	-	184.193,37	184.193,37	-	-
Investimentos	-	184.193,37	184.193,37	-	-
Inversões	-	-	-	-	-
Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	283.094,50	6.818.450,57	6.863.820,90	-	237.724,17

Fonte: SIAFI Web

QUADRO 62. - Balanço Patrimonial 2016



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - AUTARQUIA
 ORGÃO
 SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 21/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	14.945.820,94	6.702.433,84	PASSIVO CIRCULANTE	2.746.977,42	15.246.283,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.316.766,59	4.652.018,42	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	185.554,18
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.002.523,84	1.383.285,05	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.761.495,24	13.037.470,65
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	626.530,51	667.130,37	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	2.972,32	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	982.509,86	2.023.258,41
ATIVO NÃO CIRCULANTE	136.901.035,06	111.090.369,89	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	28.310,22	28.310,22	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	28.310,22	28.310,22	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	2.235,26	2.235,26	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-

Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.746.977,42	15.246.283,24
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	2.235,26	2.235,26	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	2.235,26	2.235,26	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	136.608.271,71	110.797.606,54	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	24.854.736,50	25.423.566,96	Demais Reservas	117.111,02	117.111,02
Bens Móveis	32.659.160,84	31.304.023,10	Resultados Acumulados	148.982.767,56	102.429.409,47
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-6.834.364,54	-5.514.446,12	Resultado do Exercício	66.167.978,45	191.024.058,43
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-970.059,80	-366.010,02	Resultados de Exercícios Anteriores	102.429.409,47	-88.374.013,38
Bens Imóveis	111.753.535,21	85.374.039,58	Ajustes de Exercícios Anteriores	-19.614.620,36	-220.635,58
Bens Imóveis	111.829.690,89	85.404.018,54	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
	-76.155,68	-29.978,96			

(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	149.099.878,58	102.546.520,49
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	262.217,87	262.217,87			
Softwares	45.303,91	45.303,91			
Softwares	45.303,91	45.303,91			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	216.913,96	216.913,96			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	216.913,96	216.913,96			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	151.846.856,00	117.792.803,73	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	151.846.856,00	117.792.803,73

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	13.316.766,59	4.670.751,60	PASSIVO FINANCEIRO	16.175.312,86	21.259.701,32
ATIVO PERMANENTE	138.530.089,41	113.122.052,13	PASSIVO PERMANENTE	983.205,15	7.071.651,28
			SALDO PATRIMONIAL	134.688.337,99	89.461.451,13

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	7.714.420,08	6.271.648,37	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	81.972.962,77	77.146.418,64
Execução dos Atos Potenciais Ativos	7.714.420,08	6.271.648,37	Execução dos Atos Potenciais Passivos	81.972.962,77	77.146.418,64
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.706.120,89	2.259.908,83	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	18.898.699,79	12.338.699,79

Direitos Contratuais a Executar	4.008.299,19	4.011.739,54	Obrigações Contratuais a Executar	63.074.262,98	64.807.718,85
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	7.714.420,08	6.271.648,37	TOTAL	81.972.962,77	77.146.418,64

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.225.417,16
Recursos Vinculados	-1.633.129,11
Seguridade Social (Exceto RGPS)	218,73
Transferências Constitucionais e Legais	193.392,55
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-1.183.979,74
Demais Recursos	-642.760,65
TOTAL	-2.858.546,27

Fonte: SIAFI Web

QUADRO 63. - Demonstrações dos Fluxos de Caixa 2016



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA
SECRETARIA DO
TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - AUTARQUIA
 ORGÃO 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 21/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	11.015.636,67	1.660.800,16
INGRESSOS	2.317.422.987,89	1.927.602.627,44
Receitas Derivadas e Originárias	1.892.988.588,03	1.571.499.140,22
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.845.436.419,57	1.529.280.745,98
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	27.308.610,37	20.680.344,90
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	20.243.558,09	21.538.049,34
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	424.434.399,86	356.103.487,22
Ingressos Extraorçamentários	760.615,78	27.077,57
Restituições a Pagar	2.822,92	-

Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		4.600,92
Transferências Financeiras Recebidas	384.070.803,36	323.128.524,49
Arrecadação de Outra Unidade	39.600.157,80	32.920.954,09
Demais Recebimentos		22.330,15
DESEMBOLSOS	-2.306.407.351,22	-1.925.941.827,28
Pessoal e Demais Despesas	-282.281.503,60	-262.410.959,40
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-43.028.468,63	-38.193.108,71
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-239.231.577,18	-224.210.774,56
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-21.457,79	-7.076,13
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-

Transferências Concedidas	-36.431.109,98	-32.287.902,79
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-36.431.109,98	-32.287.902,79
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-1.987.694.737,64	-1.631.242.965,09
Dispêndios Extraorçamentários	-115.540,69	-48.816,12
Transferências Financeiras Concedidas	-1.986.953.086,75	-1.630.784.148,97
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-410.000,00
Demais Pagamentos	-626.110,20	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.350.888,50	-4.791.972,90
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.350.888,50	-4.791.972,90
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.989.213,73	-4.791.972,90
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-361.674,77	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.664.748,17	-3.131.172,74
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.652.018,42	7.783.191,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	13.316.766,59	4.652.018,42

Fonte: SIAFI Web

QUADRO 64. - Demonstrações das Variações Patrimoniais 2016



**MINISTÉRIO
DA FAZENDA
SECRETARIA
DO
TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - AUTARQUIA
 ORGÃO 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 21/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.352.211.663,20	2.132.608.430,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.912.305.517,40	1.587.149.527,04
Venda de Mercadorias	127.997,28	229.241,03
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.912.177.520,12	1.586.920.286,01
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	37.246,30	25.373,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-

Juros e Encargos de Mora	37.246,30	25.373,31
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	386.237.003,64	326.336.950,14
Transferências Intragovernamentais	384.070.803,36	323.128.524,49
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.166.200,28	3.208.425,65
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	33.367.368,24	201.850.371,48
Reavaliação de Ativos	25.195.007,78	2.898.855,98
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	244.523,20	971.834,90
Ganhos com Desincorporação de Passivos	7.927.837,26	197.979.680,60
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	20.264.527,62	17.246.208,37
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	20.264.527,62	17.246.208,37
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.286.043.684,75	1.941.584.371,91
Pessoal e Encargos	203.931.081,10	212.834.399,77
Remuneração a Pessoal	153.396.717,40	164.906.830,21
Encargos Patronais	34.842.539,46	34.434.803,25
Benefícios a Pessoal	11.754.997,47	9.257.295,10
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.936.826,77	4.235.471,21
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	43.077.716,56	38.228.744,19
Aposentadorias e Reformas	35.187.902,95	31.469.357,53
Pensões	7.840.565,68	6.724.100,24
Benefícios de Prestação Continuada	-	-

Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	49.247,93	35.286,42
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	49.116.118,11	45.608.406,04
Uso de Material de Consumo	1.212.423,34	939.581,49
Serviços	46.559.078,29	43.270.640,67
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.344.616,48	1.398.183,88
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	28.571,78	35.566,17
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	17.592,07	34.551,76
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	10.979,71	1.014,41
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.987.991.611,09	1.632.110.520,76
Transferências Intragovernamentais	1.986.953.086,75	1.630.784.148,97
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.038.524,34	1.326.371,79
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.477.959,73	12.444.475,61
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	719.796,28	1.720.003,10
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	17.914,93	6.223,77
Incorporação de Passivos	499.744,66	9.201.603,58
Desincorporação de Ativos	240.503,86	1.516.645,16
Tributárias	52.393,74	50.212,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	51.878,28	50.142,39
Contribuições	515,46	70,00
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	368.232,64	272.046,98
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-

Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	647,64	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	367.585,00	272.046,98
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	66.167.978,45	191.024.058,43

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

Fonte: SIAFI Web